

Mitos Liberais acerca do Estado Brasileiro: dados e argumentos para combater o *bullying* institucional do governo Bolsonaro

José Celso Cardoso Jr.

(Colaboradores: Félix Lopez, Erivelton Guedes, J. Carlos dos Santos, Otávio Ventura)

Afipea, BSB, 16 agosto 2019



Casos de Bullying Institucional do governo Bolsonaro contra Organizações do Setor Público Federal Brasileiro

IBGE

- Desqualificação dos dados divulgados, fragilizando a imagem e confiança da Instituição.
- Alteração/redução do questionário do Censo Demográfico e as mudanças na metodologia de coleta às vésperas de sua realização representam um grande risco à qualidade dos dados censitários.
- Plano de alterações do Censo levou à exoneração de dois diretores (de Pesquisa e de Informática) envolvidos na operação em momento crucial para a execução do trabalho.

IBAMA, ICMBio

- A gestão de IBAMA e ICMBio tem sido marcada pelo tom difamatório adotado pelo Ministro do Meio Ambiente e pelo Presidente da República, que desautorizam publicamente ações de seus servidores.

BNDES, FINEP

- Processo de decisão técnica e gestão de programas no BNDES também foi desconsiderado e atacado com o afastamento da chefe do Departamento de Meio Ambiente, que responde pela gestão do Fundo Amazônia.

Casos de Bullying Institucional do governo Bolsonaro contra Organizações do Setor Público Federal Brasileiro

INEP, Instituições públicas de ensino superior e de C&T (CNPq, CAPES)

- Ministro da Educação nomeou reitores ignorando consultas realizadas às comunidades acadêmicas, como na Universidade Federal da Grande Dourados e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Instituições de ensino superior foram alvo dos ataques do governo federal, que as acusa de fazer "balbúrdia" e, dessa forma, tenta justificar cortes no orçamento da pesquisa e de universidades públicas, institutos e Cefet.
- Carreiras de C&T, que operam todos os institutos públicos de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento, vêm perdendo de 10 a 15% de seus quadros anualmente, ameaçando a maioria dos institutos de extinção em curto período.

Fiocruz, Anvisa

- Críticas de dirigentes baseadas tão somente em vivências pessoais ao 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira desenvolvido pela FIOCRUZ, por meio do embargo da pesquisa, e também ao Atlas da Violência 2019 no IPEA, em seu lançamento.

INPE

- Governo cortou 95% dos recursos destinados aos programas para políticas sobre mudanças climáticas, afrouxou o combate ao desmatamento da Amazônia e aos crimes ambientais, acelerou o ritmo de liberação de agrotóxicos e alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente e do Comitê de Compensação Ambiental Federal.
- Desqualificação dos dados divulgados de desmatamento da Amazônia, fragilizando a imagem e confiança da Instituição, com subsequente exoneração de seu diretor, cujo mandato iria até 2020.

A lógica da Reforma Administrativa do governo Bolsonaro

(por Antônio Augusto de Queiroz – Ass Rel Inst e Gov)

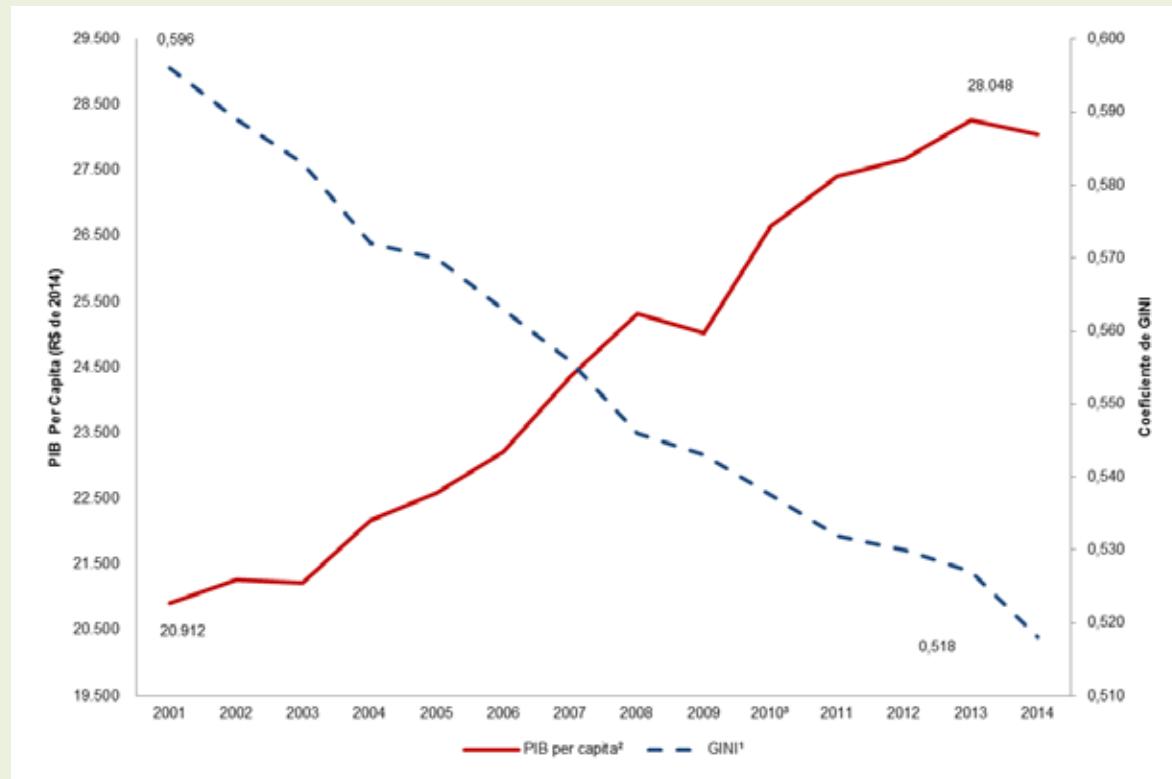
- 1) Enxugamento das estruturas e do gasto com servidores, com extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos;
- 2) Redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo;
- 3) Redução de jornada com redução de salário;
- 4) na instituição de um carreirão horizontal e transversal, com mobilidade plena dos servidores;
- 5) Adoção de critérios de avaliação para efeito de dispensa por insuficiência de desempenho;
- 6) Ampliação da contratação temporária;
- 7) Autorização para a União criar fundações privadas, organizações sociais e serviço social autônomo – cujos empregados são contratados pela CLT – para, mediante delegação legislativa, contrato de gestão ou mesmo convênio, prestar serviço ao Estado, especialmente nas áreas de Seguridade (Saúde, Previdência e Assistência Social), Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Turismo e Comunicação Social, entre outros.
- 8) Intensificar a descentralização, mediante a transferência de atribuições e responsabilidades para estados e municípios;
- 9) Criar programas de automação e digitalização de serviços, especialmente no campo da seguridade social;
- 10) Terceirizar vários outros serviços públicos, inclusive na atividade-fim, como previsto na Lei 13.429/2017; e
- 11) Regulamentar, de modo restritivo o direito de greve do servidor público.

7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

1. O Estado brasileiro é anticapitalista, contra os interesses do mercado??? NÃO!!!
2. O Estado brasileiro é grande demais??? NÃO!!!
3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!
4. A Estabilidade dos servidores públicos federais é absoluta??? NÃO!!!
5. O RPPS dos servidores públicos federais tem déficit permanente e insustentável??? NÃO!!!
6. A Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa e as reformas microeconômicas vão acordar a “Fada da Confiança” na economia brasileira, recuperando o crescimento, o emprego e a arrecadação??? NÃO!!!
7. As finanças do Estado devem ser pensadas, contabilizadas e tratadas de modo distinto das finanças pessoais e empresariais??? Ou por outra: as Finanças Públicas possuem estrutura e forma de funcionamento diferentes das finanças pessoais e empresariais??? Em suma: O Estado brasileiro pode gastar, em termos reais, mais do que arrecada, em determinados contextos críticos??? SIM!!!

7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

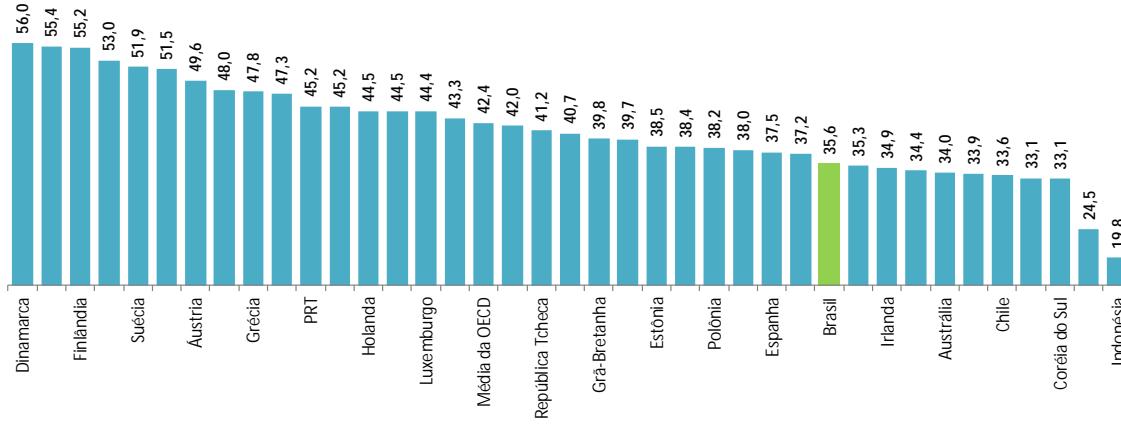
1. O Estado brasileiro é anticapitalista, contra os interesses do mercado??? NÃO!!!



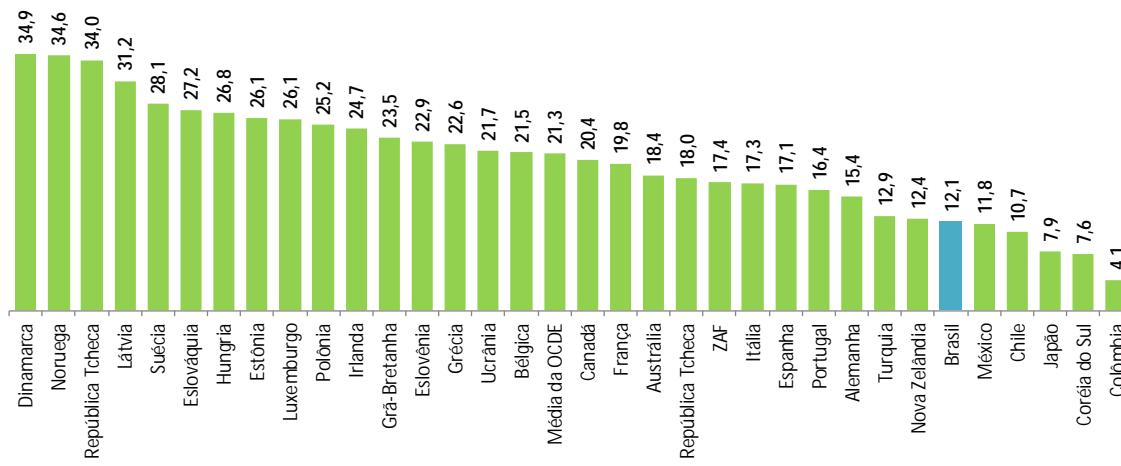
7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

2. O Estado brasileiro é grande demais??? NÃO!!!

Arrecadação tributária (% do PIB)

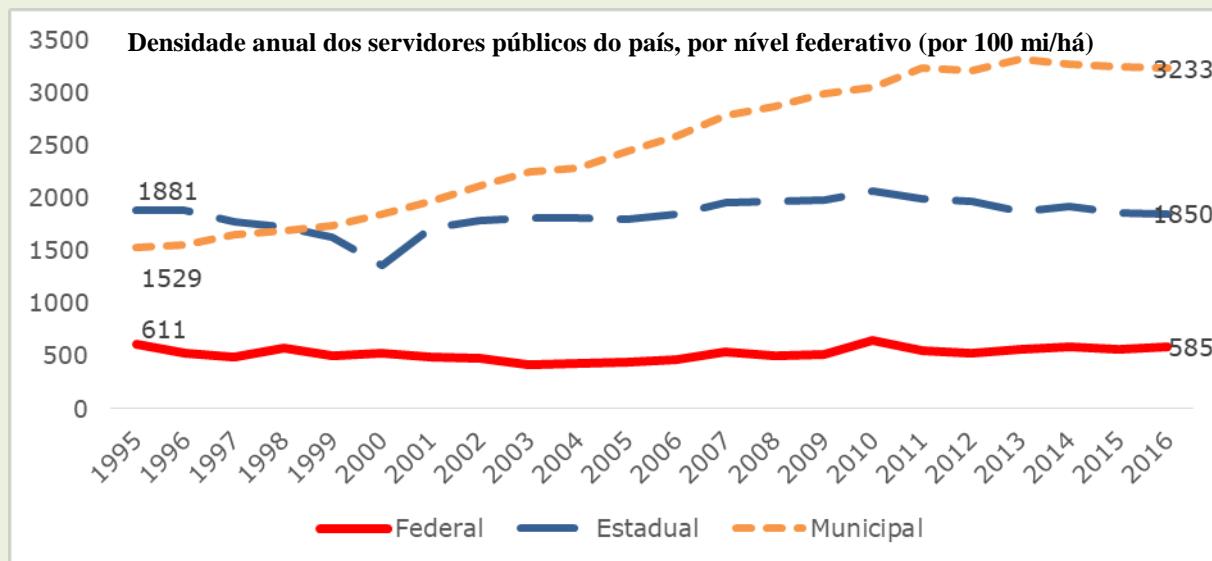
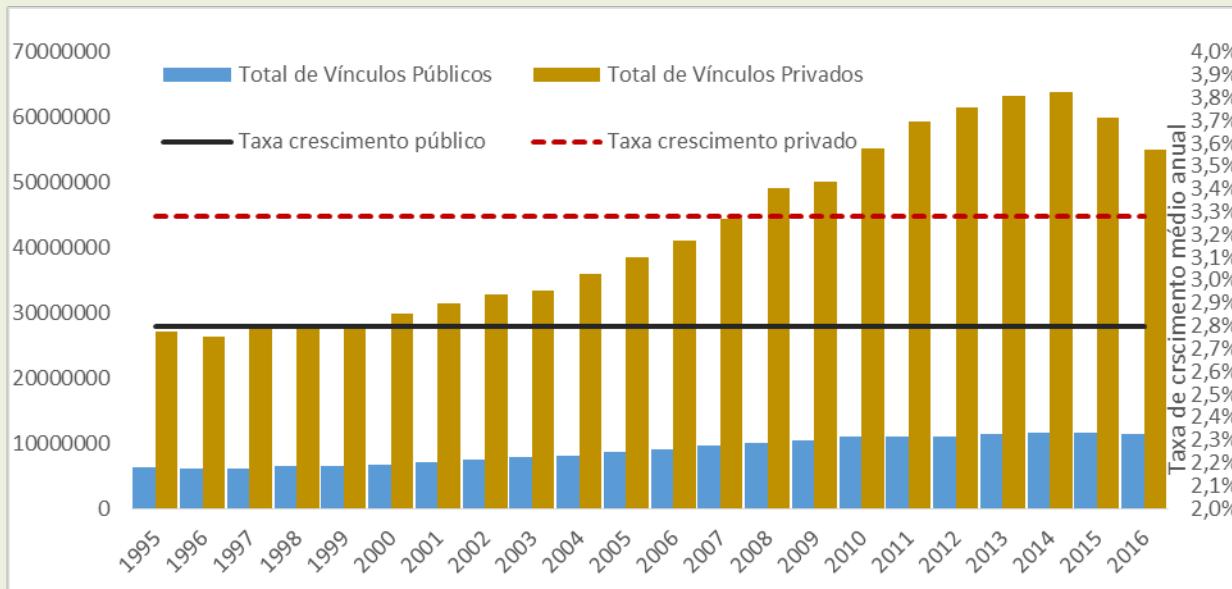


Pessoas empregadas no setor público (% do total de pessoas empregadas)



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

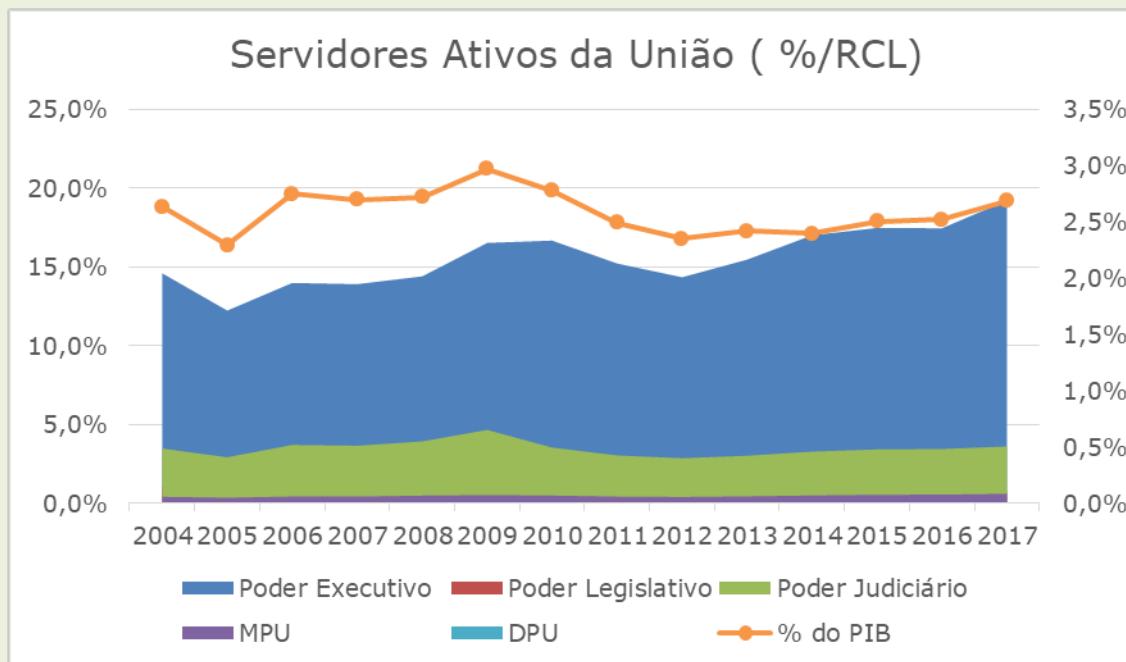
2. O Estado brasileiro é grande demais??? NÃO!!!



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!

Despesa com servidores federais ativos em relação à
Receita Corrente Líquida e ao PIB – (2004-2017)



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!

UTILIZAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA	2002	2013	2018
TRANSPORTES			
Bilhetes pagos em voos regulares nacionais	34,3 milhões	89,9 milhões	118 milhões
Movimentação de passageiros nos aeroportos	71,2 milhões (2003)	193,1 milhões	215,2 milhões
Movimentos de pouso e decolagem nos aeroportos	723 mil (2007)	1.095 mil	1.775 mil
Frota de veículos	39,0 milhões (2004)	82,0 milhões	101,0 milhões
Transporte interestadual rodoviário de passageiros	70,4 milhões (2003)	54,4 milhões	40 milhões
Movimentação de contêineres (ton)	35,0 milhões	98,0 milhões	113 milhões
Movimentação de carga nos portos e Terminais (ton)	529 milhões	931 milhões	1.121 milhões
Carga transportada em ferrovias (tu)	389 mil (2006)	463 mil	570 mil
ENERGIA			
Número de unidades consumidoras	52,8 milhões (2003)	74,6 milhões	
Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) per capita	2444,5 Kwh/hab (2006)	3020,8 Kwh/hab	
COMUNICAÇÕES			
Telefones móveis ativos	34,8 milhões	271,1 milhões	
Telefones fixos ativos	38,7 milhões (2006)	44,3 milhões	
Assinantes de TV	3,5 milhões	18,0 milhões	
Domicílios com acesso à internet	12,9 % (2005)	40%	
AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA	2002	2013	2018
TRANSPORTES			
Extensão da malha rodoviária pavimentada (km)	156,4 mil	202,6 mil	213.452 (2017)
Extensão concedida (km)	11,96 mil (2008)	15,4 mil	20,7 mil (2018)
Extensão da malha ferroviária (km)	28,8 mil (2004)	29,6 mil	30,5 (2015)
ENERGIA			
Capacidade instalada de geração (MW)	82,5 mil	126,7 mil	
Extensão de linhas de transmissão (km)	72,5 mil	116,8 mil	
Capacidade de transformação (MVA)	166,2 mil	278,3 mil	
COMUNICAÇÕES			
Escolas públicas urbanas com banda larga	21,3 mil (2008)	62,5 mil	

7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

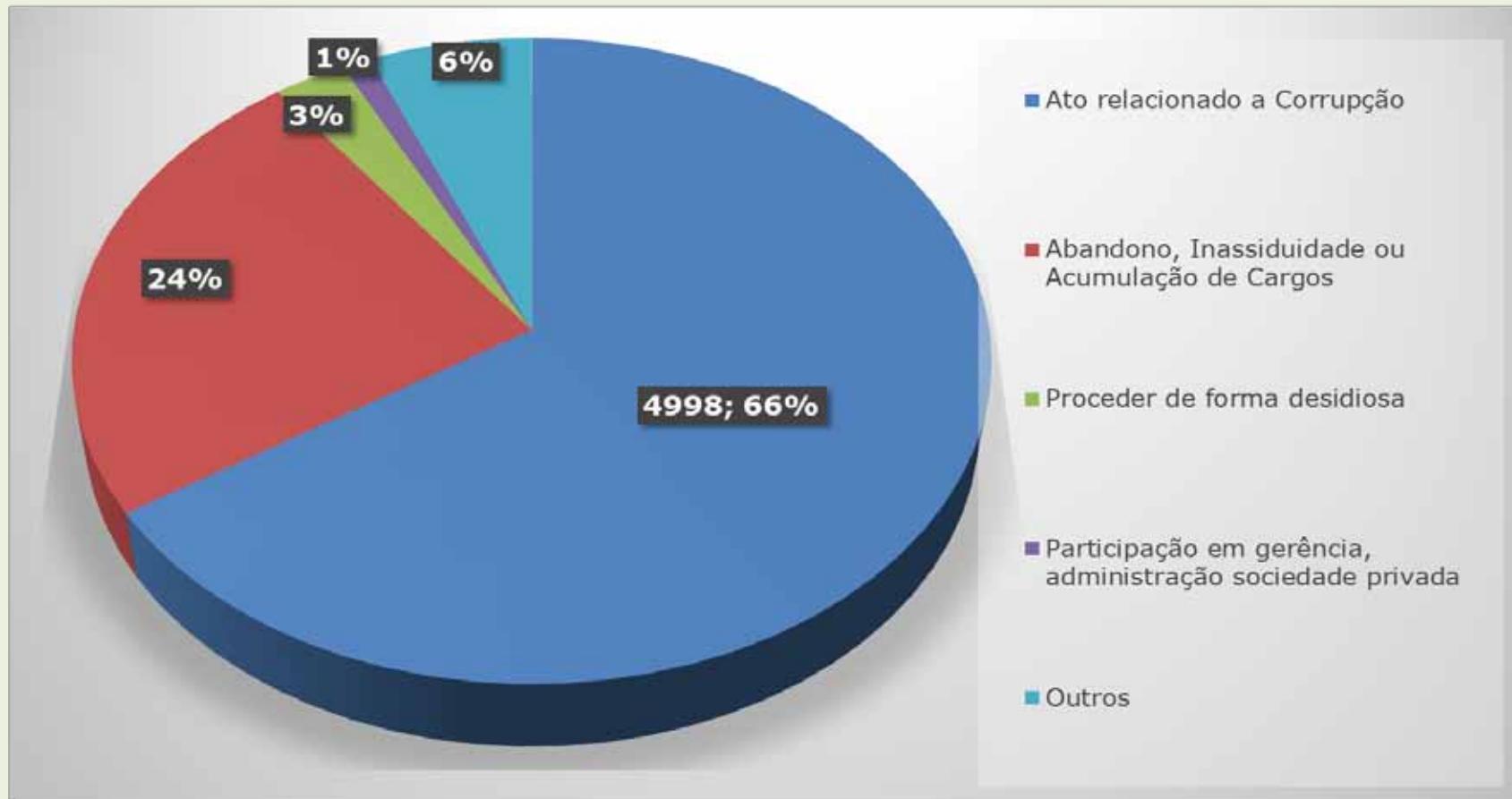
3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!

POLÍTICAS SOCIAIS	2002	2013	2018
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	3,6 milhões (2003)	14,1 milhões	13,95 milhões
Beneficiários do BPC e RMV3	2,3 milhões	4,2 milhões	4,6 milhões
PREVIDÊNCIA			
Beneficiários do RGPS	18,9 milhões	27,0 milhões	30,3 milhões
TRABALHO E RENDA			
Beneficiários do Seguro Desemprego	4,8 milhões	8,6 milhões	6,24 milhões
Beneficiários do Abono Salarial	6,5 milhões	21,4 milhões (2012)	22,4
SAÚDE			
Procedimentos Ambulatoriais	1.883,5 milhões	3.794,2 milhões	
Atendimentos na Atenção Básica	868,0 milhões	1.200,8 milhões	
Atendimentos na Atenção Especializada	146,4 milhões	447,0 milhões	
Internações Eletivas	1,5 milhão	2,2 milhões	
Internações de Urgência	10,6 milhões	9,1 milhões	
EDUCAÇÃO			
Matrículas na Educação Infantil	4,4 milhões	5,4 milhões	8.745.184
Matrículas no Ensino Fundamental Regular	33,3 milhões	24,7 milhões	27.183.970
Matrículas no Ensino Fundamental em Tempo Integral	1,3 milhão (2010)	3,1 milhões	1.549.913 (anos iniciais) 1.005.689 (anos finais)
Matrículas no Ensino Médio Regular	7,6 milhões	7,25 milhões	7.709.929
Pnae - Alunos Beneficiados	36,9 milhões	43,3 milhões	41,0 milhões
PNLD - Livros Didáticos Adquiridos	96,0 milhões (2005)	132,7 milhões	144,2 milhões
Pnate - Alunos Beneficiados	3,2 milhões (2004)	4,4 milhões	4,38 milhões
Caminho da Escola - Ônibus Adquiridos	2.391 (2008)	6.225 (2010)	1987
Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio	279.143	749.675	1.791.806
Matrículas no Ensino Superior	1,1 milhão	1,9 milhão (2012)	8.290 milhões (2017)
Fies - Contratos Firmados	65.921	559.896	82,3 mil contratos em 2018
Prouni - Bolsas Ocupadas	95.612 (2005)	177.284	329.180 (em 2016)
DESENVOLVIMENTO URBANO			
Moradias do Minha Casa Minha Vida	-	1,5 milhão	527.115
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			
Contratos realizados no Pronaf	0,9 milhão	2,2 milhões	1,7 milhões

7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

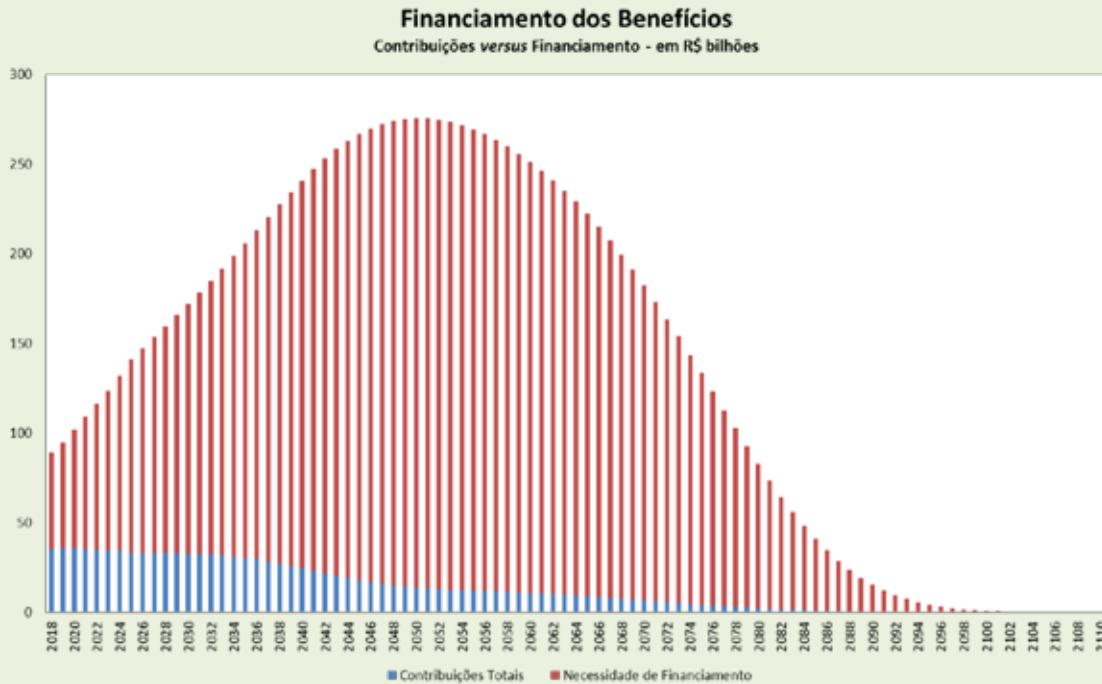
4. A Estabilidade dos servidores públicos federais é absoluta??? NÃO!!!

Punições expulsivas aplicadas a estatutários no âmbito da administração pública federal,



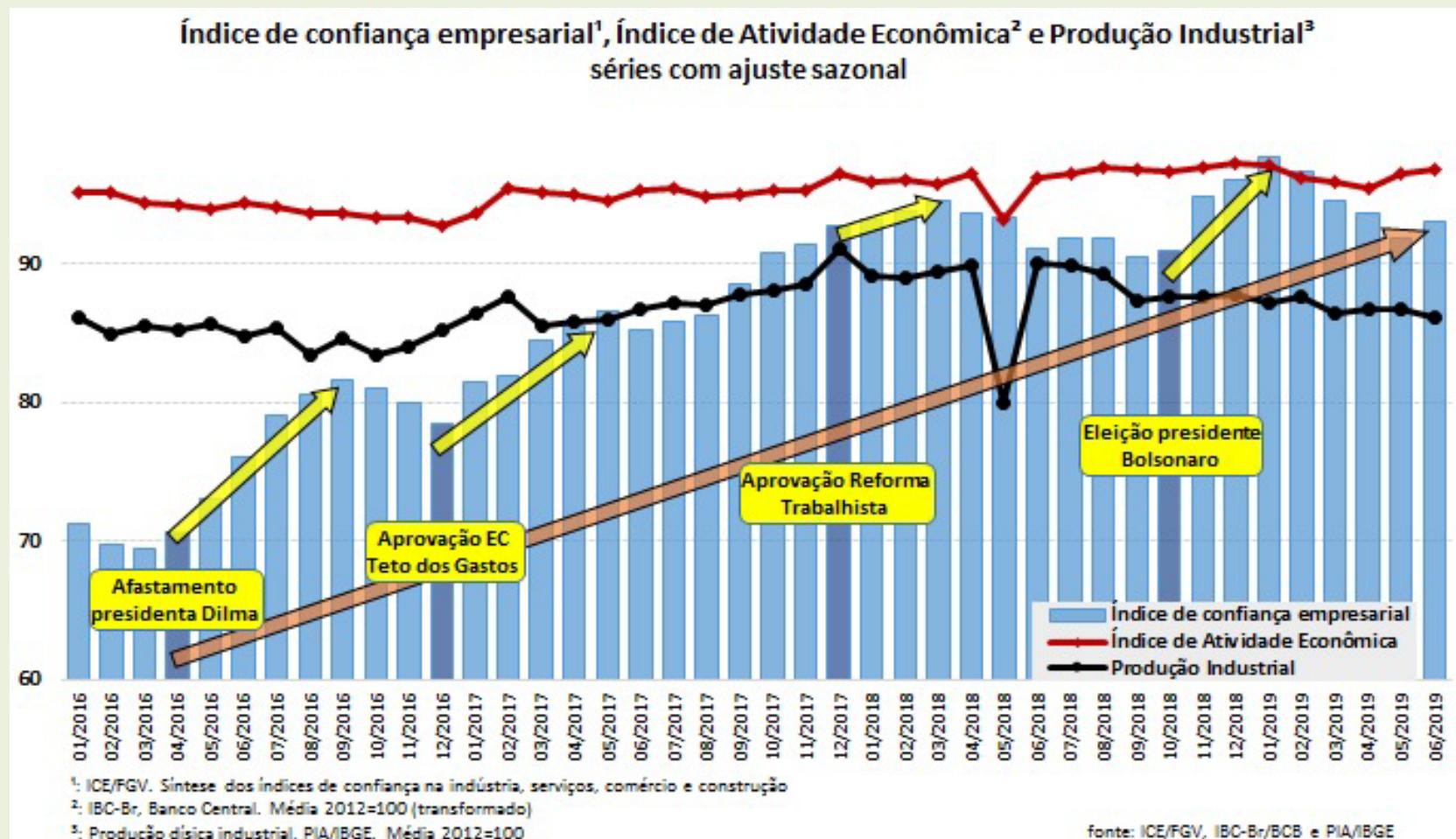
7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

5.O RPPS dos servidores públicos federais tem déficit permanente e insustentável??? NÃO!!!



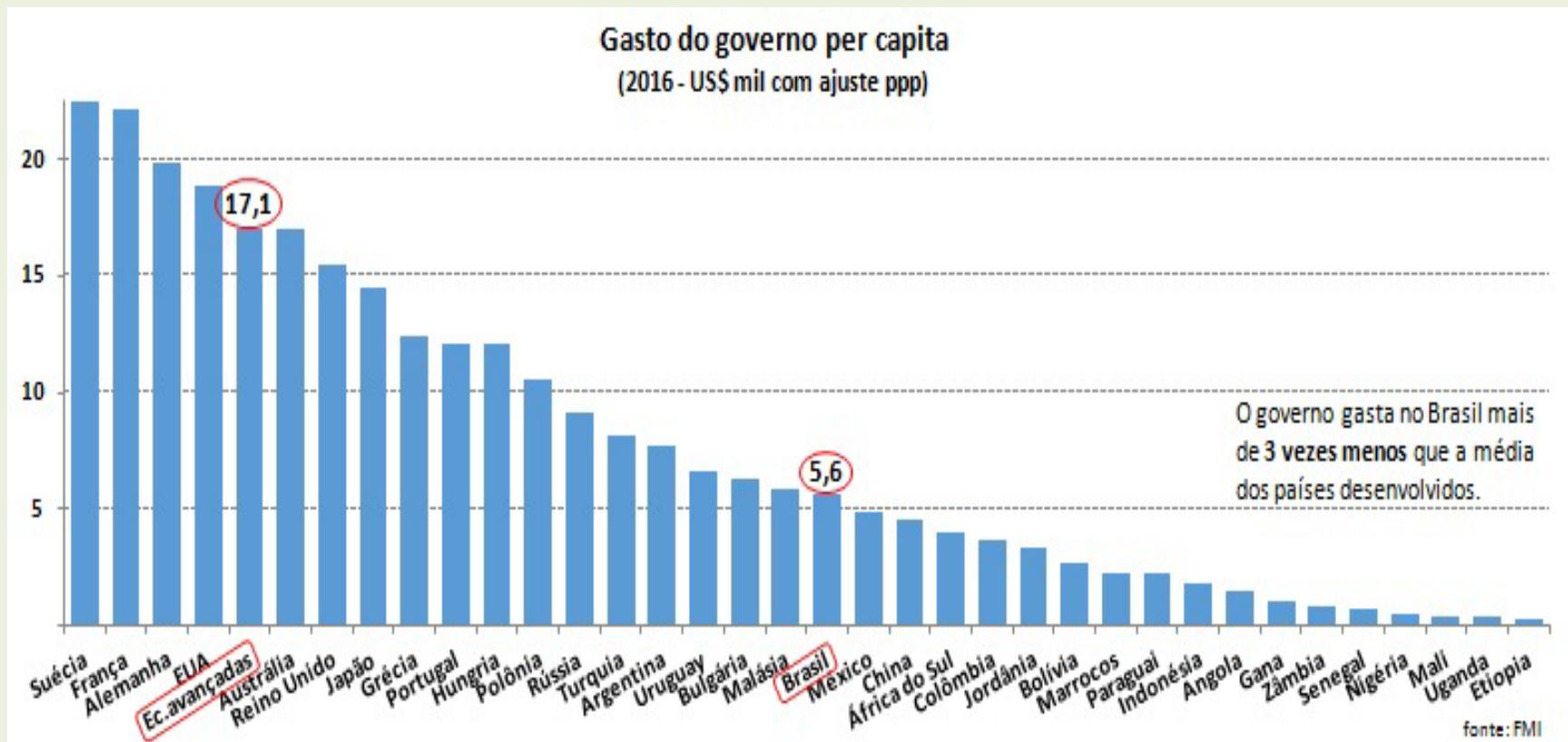
7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

6. A Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa e as reformas microeconômicas vão acordar a “Fada da Confiança” na economia brasileira, recuperando o crescimento, o emprego e a arrecadação??? NÃO!!!



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

7. As Finanças Públicas devem ser pensadas, contabilizadas e tratadas de modo distinto das finanças pessoais e empresariais??? O Estado brasileiro pode gastar, em termos reais, mais do que arrecada, em determinados contextos críticos??? SIM!!!



Hiper-complexos na Contemporaneidade Mundial:

- Hiper-concentração Econômica e Financeirização da Riqueza em escalas tanto global como nacionais.
- Super-exploração agrícola, mineral e industrial e Colapso Ambiental em escalas tanto global como nacionais.
- Crise Profunda dos Valores Republicanos e Democráticos em escalas tanto global como nacionais.
- SMALL BANG (bite, átomo, nano, gene): Novo Padrão Inovativo e Tecnológico é altamente dependente do conhecimento e da inovação induzida (não-espontânea) como insumos fundamentais. E isso levará a um aumento sem precedentes históricos da heterogeneidade estrutural entre países, aumento das assimetrias globais e forte mercadorização (com apropriação privada) dos ganhos do progresso técnico.

Complexificação da Agenda do Desenvolvimento requer Estado capaz e pró-ativo:

- Não basta fazer crescer o PIB; é preciso fazê-lo de forma compatível com:
 - Fortalecimento do mercado interno e estruturação do mercado de trabalho,
 - Erradicação da miséria e redução das desigualdades sociais e territoriais/regionais,
 - Sustentabilidade produtiva, ambiental e humana,
 - Aperfeiçoamento das instâncias representativas, participativas e deliberativas da sociedade,
 - Respeito e garantia das conquistas e direitos republicanos e democráticos.

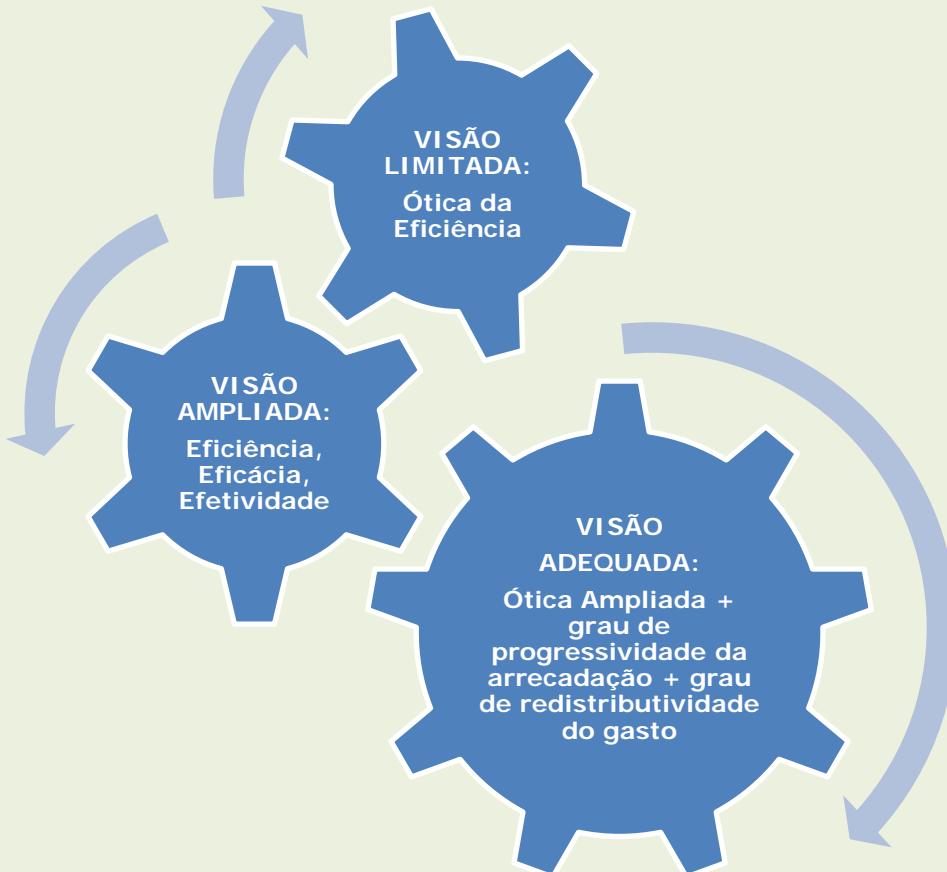
DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NO SÉC. XXI

- DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA: MÉRITO, TRANSPARÊNCIA, AUTONOMIA, MOBILIDADE, RESPONSABILIDADE
- PROFISSIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA: CICLO LABORAL DO SERVIDOR PÚBLICO
- NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO & COMUNICAÇÃO: CRIAÇÃO E DIFUSÃO DE T.I.G.C.'s
- GESTÃO POR DESEMPENHO E RESULTADOS: DESENVOLVIMENTO COMPLEXO E MULTIDIMENSIONAL
- NOVOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA: REPACTUAÇÃO FEDERATIVA; MAIS/MELHOR PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

DESAFIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO SÉC. XXI

- ELEVAR O NÍVEL DE AGREGAÇÃO DAS UNIDADES MÍNIMAS DE EXECUÇÃO DO GASTO PARA O PLANO ESTRATÉGICO DOS OBJETIVOS OU METAS DO PPA.
- APLICAR TRATAMENTO DIFERENCIADO AO GASTO PÚBLICO (EM TERMOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTAÇÃO, CONTROLE, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO), SEGUNDO A NATUREZA EFETIVA E DIFERENCIADA DAS DESPESAS, DE MODO QUE, POR EX:
 - DESPESAS DE CUSTEIO “INTERMEDIÁRIO” DA MÁQUINA PÚBLICA = CONTABILIZAÇÃO ANUAL E FOCO NA EFICIÊNCIA.
 - DESPESAS DE CUSTEIO “FINALÍSTICO” DAS POLÍTICAS PÚBLICAS = CONTABILIZAÇÃO ANUAL E FOCO NA EFICÁCIA E EFETIVIDADE.
 - DESPESAS DE INVESTIMENTO-CUSTEIO = CONTABILIZAÇÃO PLURIANUAL E FOCO NA EFICÁCIA E EFETIVIDADE.

GASTO COM QUALIDADE: 3 ABORDAGENS POSSÍVEIS



DESAFIOS DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO SÉC. XXI

- **CENTRALIDADE**: VISÃO ESTRATÉGICA GLOBAL / VISÃO DE FUTURO.
- **TEMPORALIDADE E DIRECIONALIDADE**: CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO & COORDENAÇÃO.
- **SETORIALIDADE E ESPACIALIDADE**: TEOR PROSPECTIVO / PROPOSITIVO.
- **EXEQUIBILIDADE** (GOVERNABILIDADE SISTÊMICA E GOVERNANÇA COLABORATIVA): TEOR DEMOCRÁTICO / PARTICIPATIVO
- **RESPONSIVIDADE**: TEOR ÉTICO: princípios republicanos e democráticos...

VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO DESEJÁVEL ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

- **REFORMA TRIBUTÁRIA E FISCAL** = PROGRESSIVA NA ARRECADAÇÃO E REDISTRIBUTIVA NOS GASTOS.
- **REFORMA ÉTICO-POLÍTICA** NOS SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO = VALORIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.
- **CULTURA DE DIREITOS** = PLATAFORMA DHESCA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.
- **REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA-PRODUTIVA** = ECONOMIA VERDE + EDUCAÇÃO AMBIENTAL = ENCADEAMENTOS INOVATIVOS = INOVAÇÃO PRODUTIVA E INSTITUCIONAL DE PROCESSOS E PRODUTOS.

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

+

REPÚBLICA

esfera pública, interesse geral, bem-comum

+

DEMOCRACIA

representação, participação, deliberação e controle social

+

DESENVOLVIMENTO

Estado capaz e pró-ativo

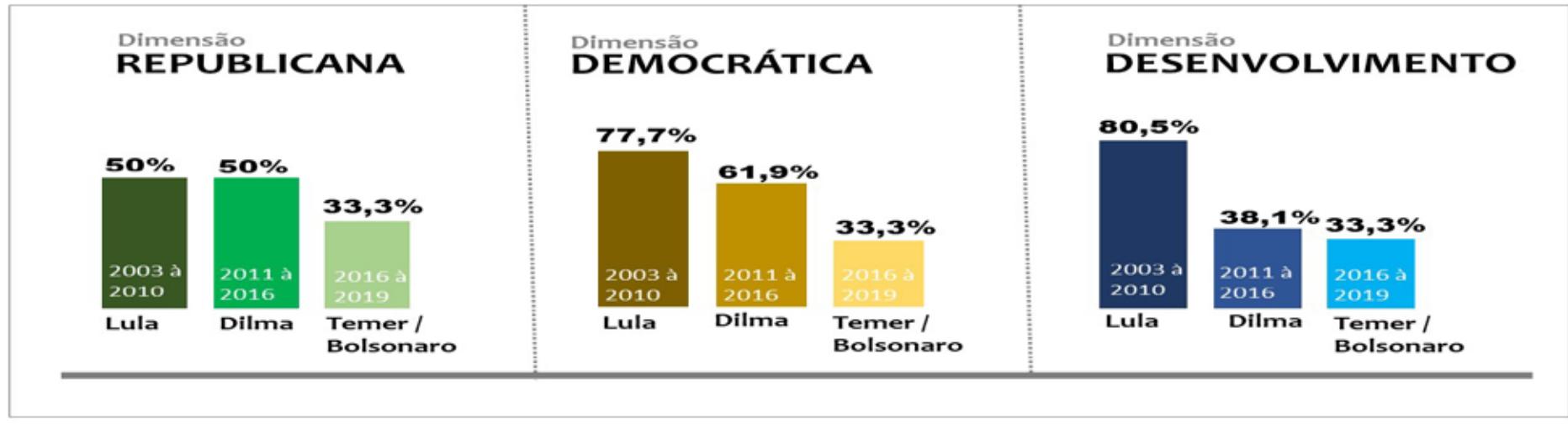
- + transparência:
 - dos processos decisórios
 - dos resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas
- + controle social:
 - sobre os 3 poderes (executivo, legislativo, judiciário)
 - sobre os meios de comunicação (públicos e privados)

- + representatividade: reforma política
- + participação: conselhos, conferências, audiências, ouvidorias, fóruns, grupos de trabalho
- + deliberação: referendos, plebiscitos, iniciativas populares
- + esfera pública: controle social

- inserção internacional soberana
- macroeconomia do desenvolvimento: crescimento, estabilidade, emprego e distribuição de renda
- estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente integrada
- infraestrutura econômica (energia, transportes, comunicações), social e urbana (moradia, saneamento, mobilidade)
- sustentabilidade, produtiva, ambiental e humana
- proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades
- fortalecimento do Estado, das instituições republicanas e da democracia

Processos de republicanização, democratização e desenvolvimento do Estado, da sociedade e da economia brasileira, entre 2003 e 2019.

República – Democracia – Desenvolvimento no Brasil 2003 - 2019



Tais resultados foram obtidos por meio de uma avaliação de desempenho e expectativa governamental que pontua de 1 (= desempenho ruim) a 2 (= desempenho médio) e 3 (= desempenho satisfatório) a atuação (nos casos dos governos findos) ou a intenção (no caso do governo em curso), relativamente a aspectos e dimensões do processo de construção e fortalecimento do Estado no Brasil. Evidentemente, trata-se de uma avaliação aproximada, que usa como parâmetros de pontuação alguns critérios importantes (porém não exaustivos) da configuração de Estados nacionais republicanos, democráticos e desenvolvidos. Ainda como alerta metodológico, embora a pontuação aplicada de cada quesito a cada governo reflita uma leitura/interpretação pessoal de natureza retrospectiva acerca dos governos findos de Lula, Dilma e Temer e apenas uma projeção subjetiva acerca do governo Bolsonaro, pareceu-nos importante essa confrontação inicial com vistas ao acompanhamento futuro (e ainda comparativo) que se pretende realizar sobre este governo em curso. Para um detalhamento ver Cardoso Jr. (2019).

Processos de republicanização, democratização e desenvolvimento do Estado, da sociedade e da economia brasileira, entre 2003 e 2019.

Por **republicanização**, entendemos aqui um processo histórico por meio do qual um país e sua nação buscam se aproximar de uma forma de organização política do Estado que visa (e prevê) a repartição e o equilíbrio do poder entre seus cidadãos e organizações.

“(...) a institucionalização da República requer o aprimoramento – e até mesmo a radicalização, ainda que incremental – da política democrática, na direção da democracia como aprendizado republicano, capaz de torná-la mais apta a refletir o conjunto da demos, a comunidade política em sua integridade.” (Cardoso Jr. e Bercovici, 2013: 35)

Por **democratização**, referimo-nos aqui à forma de organização política da sociedade por meio da qual opiniões, vontades e interesses diversos podem ser agregados, manifestos e representados, e os conflitos podem ser disciplinados, regrados e “momentaneamente resolvidos”.

De acordo com Tilly (2007: 13), *“um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos são amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente comprometidas.”*

Por **desenvolvimento**, queremos aqui demarcar uma forma específica de organização econômica da sociedade por meio da qual se busca avançar, material e culturalmente, nos arranjos institucionais de produção, distribuição e apropriação do excedente econômico gerado coletivamente. Para este tema, ver Cardoso Jr. (2015).

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

+

REPÚBLICA

esfera pública, interesse geral, bem-comum

- **Reforma do Estado:** republicanização e democratização das estruturas e formas de funcionamento dos aparatos governamentais, com planejamento governamental participativo, gestão pública democrática, controles burocráticos do Estado voltados para a transparência dos processos decisórios, efetividade das ações públicas e institucionalização da participação social em todas as etapas do circuito de políticas públicas.

+

DEMOCRACIA

representação, participação, deliberação e controle social

- **Reforma Política:** refundação democrática de organizações e novos mecanismos de representação e deliberação coletivas.

+

DESENVOLVIMENTO

Estado capaz e pró-ativo

- **Reforma Administrativa:** combate aos privilégios, à injustiça e à corrupção.
- **Reforma Tributária:** progressiva na arrecadação.
- **Reforma Fiscal:** redistributiva no gasto.

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

**+ República =
Reforma do
Estado:
+ esfera pública,
interesse geral,
bem-comum**

- Medidas para conferir mais e melhor **transparência dos processos decisórios** intragovernamentais e nas relações entre entes estatais e privados, bem como sobre resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas de modo geral. Este é um dos principais campos de atuação republicana contra a visão moralista e punitivista de combate à corrupção no país.
- Medidas para estimular **mais participação social e melhor controle público sobre os poderes da União** (Executivo, Legislativo, Judiciário) e Ministério Público. O empoderamento social no âmbito de conselhos e outras instâncias de compartilhamento de poder no âmbito dos três poderes constitucionais (e Ministério Público) é condição fundamental para o reequilíbrio de poder e valorização da esfera pública no país.
- Medidas para promover **desconcentração econômica, mais democratização e melhor controle social sobre os meios de comunicação** (públicos e privados) em operação no país. Sem uma mídia plural e ativa, responsável por mais e melhores informações ao conjunto da população e tomadores de decisões, a democracia não pode se realizar plenamente.
- Medidas de minimização do impacto da porta giratória e das porosidades entre Estado e mercado por meio da **regulamentação das atividades de lobby e advocacy**.

+ Democracia =
Reforma Política:
+ representação,
participação,
deliberação e
controle social

- **Sistema representativo:** medidas para uma reforma político-partidária que impliquem maior convergência entre representação parlamentar e representados, bem como maior alinhamento ideológico e programático entre partidos e eleitores. Neste campo, o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais é primordial.
- **Sistema participativo:** medidas que impliquem maior institucionalização, ativação e responsividade dos conselhos, conferências, audiências e ouvidorias públicas, fóruns de discussão e grupos de trabalho na interface entre Estado, políticas públicas e sociedade civil. Tais instâncias podem e precisam avançar qualitativamente como espaços de deliberação sobre questões estratégicas e diretrizes de políticas públicas.
- **Sistema deliberativo:** medidas que impliquem maior disseminação, uso e responsabilização dos instrumentos e mecanismos diretos de democratização das decisões coletivas, tais como o referendo, o plebiscito e as proposições legislativas de iniciativa popular. Esta ampliação da prerrogativa de convocação de plebiscitos, referendos e consultas populares deve incorporar também a introdução do voto popular, de modo a ratificar a soberania popular como espaço decisório cotidiano e de última instância em torno de questões cruciais para a sociedade brasileira.

+
**Desenvolvimento
= Reforma
Administrativa,
Tributária e
Fiscal:**

+ Estado capaz e
pró-ativo

- Medidas de **recuperação e ativação das capacidades estatais de planejamento governamental e de coordenação estratégica dos investimentos** e demais decisões das empresas estatais. Neste particular, é preciso compatibilizar a sustentabilidade empresarial de longo prazo com a função social pública das estatais, já que a eficiência microeconômica de curto prazo não pode estar acima da eficácia macroeconômica e da efetividade social no médio e longo prazos.
- Medidas de **profissionalização e valorização da ocupação no (e do) serviço público**, tais que uma verdadeira política de recursos humanos para o setor público brasileiro – que leve em consideração de modo articulado e orgânico as etapas de seleção, capacitação, alocação, remuneração, progressão e aposentação – esteja ancorada e inspirada pelos valores e princípios da república, da democracia e do desenvolvimento nacional.

Síntese das Transformações na Administração Pública Federal Brasileira entre 2003 e 2013

Dimensões Relevantes	Proteção Social, Direitos e Oportunidades	Infraestrutura Econômica, Social e Urbana	Inovação, Produção e Proteção Ambiental	Soberania, Defesa e Território
1. Estrutura, Organização e Marcos Legais	.Novos ministérios, secretarias e órgãos. .Profusão legislativa e novas institucionalidades.	.Novas empresas e secretarias. .Conflito “agências x nova regulação estatal”.	.Novos ministérios, secretarias e órgãos. .Profusão legislativa e novas institucionalidades.	.Crise federativa: esvaziamento político dos Estados. .Arranjos de planejamento e gestão débeis.
2. Seleção e Formação de Pessoal	.Recuperação de pessoal RJU e criação de novas carreiras. .Empoderamento e profissionalização.	.Recuperação de pessoal RJU e criação de novas carreiras. .Empoderamento e blindagem institucional.	.Recuperação de pessoal RJU e criação de novas carreiras. .Grande rotatividade e heterogeneidade.	.Grande heterogeneidade entre níveis da federação. .Seleção, formação e mobilidade diferenciadas para carreiras das áreas.
3. Interfaces Sócioestatais	.Conselhos e Conferências. .Sistema participativo em formação.	.Audiências e Lobbies. .Blindagem Institucional em setores de invest. vultosos.	.Conselhos e Câmaras Técnicas. .Sistema participativo truncado.	.Interfaces federativas pouco institucionalizadas. .Sistemas pouco participativos.
4. Interfaces Federativas	.Principais Políticas Constitucionalizadas .Heterogeneidade grande e Qualidade baixa.	.Alta primazia do poder executivo federal: financiamento, arranjos de implementação etc.	.Alta primazia do poder executivo federal. .Baixa institucionalidade e trajetórias erráticas.	.Alta primazia do poder executivo federal. .Áreas pouco articuladas em termos federativos.
5. Interfaces Entre Poderes	.Grande poder de agenda do Executivo. .Episódios de judicialização e excesso de controle.	.Grande poder de agenda do Executivo. .Embates legislativos, judicialização e controles.	.Grande poder de agenda do Executivo. .Embates legislativos, judicialização e controles.	.Grande poder de agenda do Executivo. .Baixa interatividade entre poderes.
6. Financiamento e Gastos	.CF-1988 = OSS, porém com riscos estruturais. .Gastos redistributivos mas financiamento regressivo.	.Invest. OGU X Custeio obscurece alternativas. .Financ. Longo prazo dependente dos bancos estatais.	.Financ. não-vinculado, dependente do OGU residual. .Gastos conflitivos superam os cooperativos.	.Descentralização e guerra fiscal X Recentralização tributária federal (DRU). .Grandes oscilações do investimento direto.
7. Planejamento, Regulação, Gestão e Controle	.Alinhamento crescente (porém insuficiente) entre PPA's e Políticas Públicas Prioritárias. .Gestão da área social em consolidação institucional.	.Alinhamento crescente (porém insuficiente) entre PPA's e Políticas Públicas Prioritárias. .Modelo regulatório tradicional das “agências” em crise.	.Alinhamento crescente (porém insuficiente) entre PPA's e Políticas Prioritárias. .Inciência e pequena densidade regulatória, orçamentária e institucional.	.Alinhamento crescente (porém insuficiente) entre PPA's e Políticas Prioritárias. .Muito formalismo e burocratismo; blindagem institucional.
8. Tensões Estruturais das Políticas Públicas	Universalização X Privatização	Universalização X Acumulação	Institucionalização X Compensação	Institucionalização X Descontinuidades

Principais Tendências, Significados e Tensões Estruturais das Dimensões Relevantes de Análise para o Estudo das Transformações da Administração Pública Federal Brasileira

Dimensões Relevantes de Análise na Administração Pública Federal	Questão 1 * Tendências Recentes	Questão 2 ** Sentidos e Significados	Questão 3 *** Tensões Estruturais
Cap. 1: estrutura organizacional.	<p>. Crescimento expressivo da estrutura organizacional, sobretudo desde 1995, reflexo da ampliação das demandas sociais desde a redemocratização, e da complexificação e alargamento temático da agenda do desenvolvimento nacional desde a CF-1988.</p>	<p>. Há um sentido inequívoco de crescimento horizontal da estrutura organizacional entre 1995 e 2014, mas com sobreposições e lacunas em atribuições institucionais específicas, além de grande heterogeneidade em termos de eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental.</p>	<p>. Como compatibilizar amplitude e complexidade atuais da agenda de desenvolvimento (inclusivo, sustentável, soberano e democrático) com ideários e proposições de Estado mínimo (em termos de estrutura organizacional e funções precípuas) no Brasil contemporâneo?</p>
Cap. 2: ocupação e tendências gerais.	<p>. Tendências gerais entre 2003 e 2014 implicaram em: fortalecimento das atividades de finanças, fiscalização e controle; autonomia gerencial em órgãos da administração indireta; mesas de negociação para a gestão de pessoal; reabertura de concursos para servidores temporários e permanentes; substituição de pessoal ocupado em atividades-fim via RJU; recomposição de remuneração para carreiras de Estado.</p>	<p>. Tendências gerais entre 2003 e 2014 apontavam para: (i) recomposição quantitativa e profissionalização de quadros em áreas estratégicas do desenvolvimento nacional, e (ii) equilíbrio macroeconômico em termos dos gastos com pessoal, frente a agregados como o PIB, a arrecadação tributária e a massa salarial do setor privado.</p>	<p>. Como adequar os formatos de seleção e formação de quadros permanentes com perfis alinhados à natureza da ocupação pública e ao cumprimento das exigências institucionais do Estado?</p>

Principais Tendências, Significados e Tensões Estruturais das Dimensões Relevantes de Análise para o Estudo das Transformações da Administração Pública Federal Brasileira

Dimensões Relevantes de Análise na Administração Pública Federal	Questão 1 * Tendências Recentes	Questão 2 ** Sentidos e Significados	Questão 3 *** Tensões Estruturais
Cap. 3: ocupação de cargos comissionados.	<p>.Crescimento expressivo da estrutura de cargos de confiança, sobretudo desde 1995, reflexo da ampliação das necessidades de governabilidade e governança no presidencialismo de coalização brasileiro.</p>	<p>.Tendências gerais entre 2003 e 2014 apontavam, algo contraditoriamente, para: (i) profissionalização dos ocupantes e das atribuições institucionais dos cargos comissionados de alto escalão (DAS 4, 5 e 6), e (ii) grande rotatividade e permeabilidade político-sindical-partidária nas indicações e ocupações superiores.</p>	<p>. Como instaurar e cultivar uma cultura republicana e democrática de aprimoramento contínuo de desempenho institucional nos três níveis federativos e também nos três grandes poderes da República?</p>
Cap. 4: planejamento governamental.	<p>.Tendências gerais entre 2003 e 2015 implicaram em tentativas, geralmente frustradas, de: fortalecimento institucional do PPA; elaboração ocasional de planos nacionais e regionais de longo prazo; importante mas insuficiente retomada setorial de planos de médio prazo; em todos os casos com aprimoramentos metodológicos de pouca envergadura.</p>	<p>.Houve iniciativas governamentais para aperfeiçoamentos normativos, metodológicos e institucionais da função planejamento, mas não suficientes para fazer esta função se equipar (em termos políticos e institucionais) a outras funções indelegáveis de Estado, tais como as de arrecadação, orçamentação, fiscalização e controle interno.</p>	<p>.Como recuperar os muitos anos de desmonte das instituições, instrumentos e da própria cultura de planejamento público no Brasil, dada a crença atual e aparentemente dominante: (i) na suposta superioridade do mercado em promover o desenvolvimento, mesmo considerando aspectos críticos da globalização econômica e da geopolítica internacional; (ii) na impossibilidade prática de organizar um sistema de planejamento aderente às necessidades contemporâneas do Estado e do desenvolvimento nacional?</p>

Principais Tendências, Significados e Tensões Estruturais das Dimensões Relevantes de Análise para o Estudo das Transformações da Administração Pública Federal Brasileira

Dimensões Relevantes de Análise na Administração Pública Federal	Questão 1 * Tendências Recentes	Questão 2 ** Sentidos e Significados	Questão 3 *** Tensões Estruturais
Cap. 5: finanças públicas e gasto financeiro.	<p>.Crescimento expressivo do gasto financeiro na composição do gasto público total, sobretudo desde 1995, como reflexo, principalmente, da estratégia de estabilização monetária adotada desde o Plano Real, com juros altos, câmbio valorizado e geração de superávits fiscais primários generosos em todos os anos entre 2002 e 2014.</p>	<p>.Como contrapartida do gasto financeiro elevado na composição do gasto público total, observa-se esterilização não desprezível de recursos em todo o período analisado e baixa capacidade do gasto público real em dinamizar o lado real da economia.</p> <p>.A consequência mais perversa decorrente da manutenção do tripé da estabilização monetária por longo período é a transformação estrutural da matriz produtiva nacional, no sentido da desindustrialização, reprimarização e desnacionalização de ativos.</p>	<p>.Dado que a manutenção do tripé macroeconômico da estabilização monetária gera como efeito colateral indesejado uma dinâmica de crescimento de baixa potência e intensidade, como migrar desse arranjo institucional-financeiro para outro mais favorável ao crescimento econômico com distribuição de renda, sem colocar em risco a estabilidade relativa da moeda nacional, bem como a capacidade e a sustentabilidade intertemporal de endividamento e de financiamento público?</p>
Cap. 6: finanças públicas e gastos reais.	<p>.Crescimento dos gastos reais (consumo do governo e investimento público) altamente dependente da elasticidade da arrecadação tributária frente ao ritmo e intensidade do crescimento econômico. Com isso, o crescimento do gasto público real entre 2003 e 2013 deu-se com aumento mais que proporcional da arrecadação e sem criação de novos tributos ou aumento de alíquotas daqueles já existentes. Por isso, o aumento dos gastos reais do governo (consumo e investimentos) aconteceu sem desequilíbrio macroeconômico severo até 2014.</p>	<p>.Dada a estrutura regressiva da tributação no Brasil, o crescimento econômico que engendra expansão da arrecadação e concomitante expansão dos gastos reais do governo (consumo e investimentos) é na verdade fator de concentração funcional e pessoal da renda, pois a tributação incide, proporcionalmente, mais sobre: (i) os setores reais da acumulação que os financeiros; e (ii) os segmentos relativamente mais pobres da população e da ocupação que os mais ricos.</p> <p>.Tudo somado, restringe-se, estruturalmente, o impacto potencial redistributivo do gasto público real do governo, tanto sobre regiões do país como sobre suas respectivas populações.</p>	<p>.Dada a primazia política do tripé macroeconômico para a estabilização monetária (sobre outras alternativas certamente existentes) e a dinâmica estrutural de baixo crescimento que ele engendra, como promover uma reforma tributária que seja, ao mesmo tempo, progressiva na arrecadação e redistributiva nos gastos?</p>

Principais Tendências, Significados e Tensões Estruturais das Dimensões Relevantes de Análise para o Estudo das Transformações da Administração Pública Federal Brasileira

Dimensões Relevantes de Análise na Administração Pública Federal	Questão 1 * Tendências Recentes	Questão 2 ** Sentidos e Significados	Questão 3 *** Tensões Estruturais
Cap. 7: marcos regulatórios.	<p>.Coexistência de distintos modelos de política e gestão na agenda de governo. Iniciativas de aprimoramento do ambiente institucional procuraram atingir objetivos em diversas frentes, conjugando metas sociais, promoção da concorrência, defesa da soberania, estímulos aos investimentos públicos e privados. Podem ser citados, entre outros, os novos arcabouços legais dos setores elétrico (2004) e de saneamento básico (2007); as simplificações nos processos de regularização fundiária urbana (2009); a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010); a Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012); o regime de produção e exploração do Pré-Sal (2012); a nova Lei de Portos (2013). A esses marcos somam-se outras iniciativas, como a criação de um regime diferenciado de licitação e contratações (RDC), a consolidação das carreiras das agências reguladoras, a criação de empresas de planejamento e pesquisa nas áreas energética (Empresa de Pesquisa Energética – EPE) e de logística (Empresa de Planejamento e Logística – EPL), além da implantação de uma carreira transversal de analistas de infraestrutura.</p>	<p>.No estágio posterior às reformas gerencialistas, a partir de 2003 e particularmente de 2007 a 2015, viu-se a adoção pelo Governo Federal de um perfil mais intervencionista, no plano da agenda programática central, dissociando-se, assim, da heurística do Estado regulador convencional e das reformas de Estado dos anos 1990. Esse novo impulso priorizou também o fortalecimento da discussão sobre governança e capacidades estatais num momento em que a própria discussão sobre o desenvolvimento nacional retornava à pauta de discussões e de ação do Estado.</p>	<p>.Dada a tradição burocrática do país, como engendar arranjos institucionais de regulação estatal e planejamento governamental que busquem e alcancem adequação e complementaridade entre recursos disponíveis, estruturas de governança e distintas formas de relacionamento, articulação e coordenação de setores e políticas públicas?</p>

Principais Tendências, Significados e Tensões Estruturais das Dimensões Relevantes de Análise para o Estudo das Transformações da Administração Pública Federal Brasileira

Dimensões Relevantes de Análise na Administração Pública Federal	Questão 1 * Tendências Recentes	Questão 2 ** Sentidos e Significados	Questão 3 *** Tensões Estruturais
Cap. 8: interfaces federativas nos consórcios públicos municipais.	<p>.A articulação de municípios brasileiros por meio da formação de consórcios é um dos traços característicos do federalismo brasileiro no século XXI. Trata-se de fenômeno novo, que apenas ganhou expressão após a CF-1988, tornando-se mais relevante a partir dos anos 2000, a partir da Lei nº 11.107 de 2005; conhecida como Lei dos Consórcios Públicos.</p>	<p>.Esse arranjo não é neutro em relação às consequências transformadoras que ele é capaz de induzir no âmbito das relações sociais e da atuação da administração pública. Uma federação cooperativa descentralizada fomenta a inovação na administração pública, o protagonismo da sociedade civil, bem como a promoção de maior equidade no acesso aos serviços públicos entre cidadãos localizados em diferentes jurisdições.</p>	<p>.Consórcios Públicos Intermunicipais não são um ente da federação; são um arranjo institucional específico para lidar com: (i) a elevada fragmentação territorial por efeito do acelerado processo de divisão municipal ; e (ii) a falta de escala na execução e provimento de políticas e serviços públicos. Assim, como compatibilizar os efeitos potencialmente benéficos dos Consórcios com os dilemas estruturais do federalismo brasileiro?</p>
Cap. 9: interfaces participativas no âmbito federal.	<p>.Sobretudo entre 2003 e 2013, ímpeto participativo implicou na criação ou ampliação de muitos canais de relacionamento direto entre Estado e Sociedade. Conselhos e Conferências de políticas públicas, audiências, fóruns, ouvidorias e outros instrumentos alargaram as interfaces sócioestatais e suscitaram a ideia de um sistema (e de uma política nacional) democrático-participativo de políticas públicas.</p>	<p>.Dificuldades de integração com as estruturas burocráticas existentes levaram a dificuldades de institucionalização.</p> <p>.Adicionalmente, a produção das lógicas de representação geraram desigualdades entre o perfil de representados e representantes, muito embora em menor grau do que nos espaços legislativos.</p> <p>.Por fim, a grande incógnita sobre a efetividade desses espaços vem mobilizando uma larga agenda de pesquisa na área desde então.</p>	<p>.Como aprimorar e avançar na gestão das interfaces socioestatais, levando em consideração as tendências dos últimos quinze anos, que se manifestam em expansão setorial e burocratização da participação social, com explicitação de imensa heterogeneidade e complexidade das tentativas de promoção de articulação e de busca por transversalidades?</p>

Principais Tendências, Significados e Tensões Estruturais das Dimensões Relevantes de Análise para o Estudo das Transformações da Administração Pública Federal Brasileira

Dimensões Relevantes de Análise na Administração Pública Federal	Questão 1 * Tendências Recentes	Questão 2 ** Sentidos e Significados	Questão 3 *** Tensões Estruturais
Cap. 10: controle interno da União.	<p>.Nos últimos quinze anos, o controle interno passou por expressivas transformações, em especial no âmbito do Poder Executivo Federal. Cabe destacar: (i) a extinção das Cisets (Secretarias de Controle Interno situadas dentro de cada Ministério) e (ii) a Lei 10.683/2003 que consolidou a criação da Controladoria-Geral da União (CGU), tal qual uma unidade ministerial – na verdade, situada acima dos demais Ministérios, por vincular-se diretamente à Presidência da República –, integrando em um corpo único a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), a Corregedoria-Geral da União (CRG) e a Ouvidoria-Geral da União (OGU).</p>	<p>.Mudança da lógica de funcionamento do controle, passando de um modelo descentralizado e pulverizado, para outro, centralizado em uma unidade externa aos órgãos setoriais, de forma a compor um sistema de controle.</p> <p>.Expressiva ampliação das responsabilidades e do alcance de atuação do controle interno federal, com expressiva reorganização de sua lógica de funcionamento e dos modos de desenvolvimento de suas atividades precípuas: prevenção, detecção e punição da corrupção.</p>	<p>.Dada a velocidade e intensidade com que a função controle interno foi-se institucionalizando e empoderando-se no Brasil em anos recentes, vis-a-vis outras funções tecnopolíticas importantes de governo (tais como a arrecadação tributária, o planejamento e a gestão pública, a orçamentação e a participação social), como doravante reequilibrar o seu peso relativo, dentro dos processos de prevenção, detecção e punição da corrupção, ao mesmo tempo em que preserva e aprimora os objetivos republicanos e democráticos de mais e melhor transparência, responsabilização e controle social público dos atos e intenções de governo?</p>

Contextos Explicativos para Análise Interpretativa da Pesquisa



Grandes Áreas Programáticas de Atuação Estatal e as suas Macrotensões Estruturais

Grandes Áreas de Atuação Estatal	Tensão Estrutural Dominante	Significado Geral
Proteção Social, Direitos e Oportunidades	Universalização X Privatização	<p>. Desde a CF-1988, setores rentáveis das políticas sociais (notadamente: previdência, saúde, educação, cultura, esportes, trabalho e segurança pública) convivem com constrangimentos tecnopolíticos à universalização de fato de seus principais programas, e paulatinamente se observa o crescimento normativo, regulatório e ideológico na provisão dessas políticas sob a égide privada.</p> <p>. Por sua vez, as chamadas políticas sociais de nova geração (direitos humanos e de cidadania para públicos e situações específicas), depois de uma fase de institucionalização promissora até 2014, encontram-se material e ideologicamente inibidas.</p>
Infraestrutura Econômica, Social e Urbana	Universalização X Acumulação	<p>. Desde 2003, sobretudo, esforços governamentais no sentido da ampliação da cobertura e do acesso da população relativamente aos bens e serviços típicos da modernidade (tais como energia, modais de transporte, mobilidade urbana, telecomunicações, acesso digital, saneamento básico e moradia digna), tem convivido com: (i) dilemas do perfil de atuação estatal (se meramente regulador ou também produtor direto; se meramente incentivador ou também promotor direto de inovações), e (ii) com exigências cada vez mais elevadas dos entes empresariais privados em termos de rentabilidade mínima e sustentabilidade financeira e temporal dos empreendimentos dessa natureza.</p>

Grandes Áreas Programáticas de Atuação Estatal e as suas Macrotensões Estruturais

Grandes Áreas de Atuação Estatal	Tensão Estrutural Dominante	Significado Geral
Inovação, Produção e Proteção Ambiental	Institucionalização X Compensação	<p>. Desde a CF-1988, primeiro pelo choque externo provocado pela abertura comercial e financeira desde o Gov. Collor, depois, pelo choque interno causado pela engenharia financeira de estabilização monetária desde o Gov. FHC, e finalmente, pelo acirramento da concorrência externa decorrente da globalização comercial (efeito China) e financeira (bolhas especulativas indexadas em dólar) ao longo dos Govs. Lula e Dilma, o fato é que os setores nacionais de produção (sobretudo industrial), de inovação (de processos e produtos ao longo das cadeias produtivas) e de proteção e mitigação ambiental, tem-se ressentido de políticas públicas mais robustas para o enfrentamento dos imensos problemas e desafios a elas colocados. A um vetor tímido, lento e pouco estruturado de institucionalização de políticas públicas nos campos da produção de bens e serviços, da inovação de processos produtivos e de produtos finais, e da proteção e mitigação ambiental, sobressaem medidas apenas de natureza compensatória, de efeitos limitados, tanto setorial como temporalmente, incapazes de alterar para melhor a estrutura e a dinâmica produtiva em espaço nacional, ou mesmo de neutralizar os efeitos nefastos que emanam da estrutura e dinâmica capitalista dominante em curso.</p>
Soberania, Defesa e Território	Institucionalização X Descontinuidades	<p>. Depois de muitos anos relegadas a níveis secundários de importância, houve – mormente entre 2003 e 2013 – tentativas de melhor institucionalização das áreas e políticas públicas de soberania, defesa e território. Foram tentativas governamentais no sentido de: (i) reorientar a diplomacia brasileira rumo a uma postura ativa e altiva no cenário internacional; (ii) reequipar as forças armadas e atualizar a estratégia e a política nacional de defesa; e (iii) reinstaurar instituições, fluxo de recursos, capacidades estatais e governativas, sob o manto de uma nova política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. Não obstante o processo de institucionalização iniciado, a complexidade em si desses temas e áreas de políticas, aliada à baixa primazia que historicamente tiveram e continuaram a ter na conformação das agendas prioritárias dos governos recentes, fazem com que descontinuidades de várias ordens (de diretrizes estratégicas a alocação orçamentária) sejam a regra mais que a exceção nos três casos.</p>

Atlas do Estado Brasileiro: uma análise multidimensional da burocracia pública brasileira.

Félix Lopez; Erivelton Guedes
J. Celso Cardoso Jr.; Roberto Nogueira

Algumas conclusões gerais

1. O movimento de recomposição de pessoal no setor público brasileiro, observado durante toda a primeira década de 2000, não foi explosivo e se mostrou suficiente para repor praticamente o mesmo estoque e percentual de servidores ativos existentes em meados da década de 1990.
2. Ao longo do período em estudo, houve, em particular, uma preocupação em conferir maior capacidade burocrática ao Estado brasileiro, mediante reforço a carreiras em áreas estratégicas, tais como: advocacia pública, arrecadação e finanças, controle administrativo, planejamento e regulação.
3. Tampouco se deduz dos dados analisados que os gastos com pessoal tenham saído do controle do governo federal, pois, em termos percentuais, essa rubrica permaneceu praticamente constante ao longo da primeira década de 2000, em um contexto de retomada relativa do crescimento econômico e também da arrecadação tributária. Mesmo depois de 2014, já em contexto de estagnação econômica e perda de capacidade e iniciativa arrecadatória por parte do governo federal, tampouco houve explosão de gastos com pessoal relativamente à carga tributária total ou ao PIB.

Algumas conclusões gerais

4. Do ponto de vista qualitativo, evidências da pesquisa indicam que o movimento atual de recomposição de pessoal no setor público deve trazer melhorias gradativas ao desempenho institucional, talvez ainda pouco perceptíveis em função do insuficiente tempo de maturação do novo contingente de força de trabalho a serviço do Estado, uma vez que esses servidores:

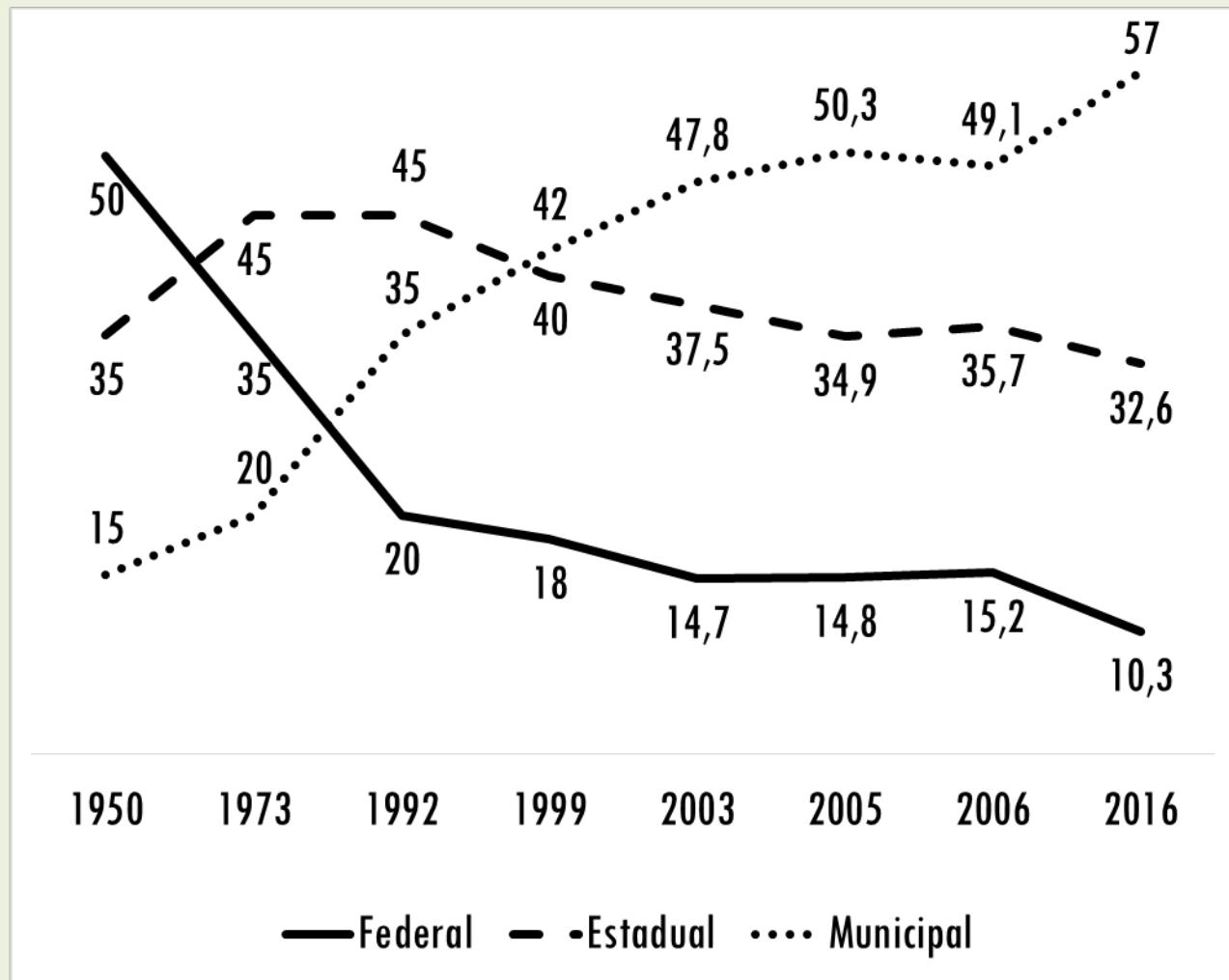
- vêm sendo selecionados a partir de critérios meritocráticos, por meio de concursos públicos, e mais para atividades-fim, que exigem nível superior de escolarização, do que para atividades-meio, indicando a possibilidade de maiores impactos sobre a produtividade agregada do setor público; e
- têm assumido a forma de vinculação estatutária, em detrimento do padrão celetista ou de várias formas de contratação precárias, o que os coloca sob direitos e deveres comuns e estáveis, podendo com isso gerar mais coesão e homogeneidade no interior da categoria, aspecto considerado essencial para um desempenho satisfatório do Estado a longo prazo.

5. Tendências recentes acerca do assunto no Brasil, tais como: i) o crescimento mais que proporcional dos vínculos privados, relativamente aos públicos, ao longo da primeira década de 2000; ii) a municipalização da ocupação no setor público; a substituição de terceirizados por servidores concursados sob regime jurídico único, e de pessoal administrativo (áreas meio) por pessoal técnico em áreas finalísticas da ação estatal; iii) o aumento da escolarização e profissionalização da força de trabalho ocupada no setor público, bem como o aumento da presença feminina na ocupação pública; e iv) tendências recentes em termos dos gastos com pessoal frente a agregados, como o PIB, a arrecadação tributária e a massa salarial do setor privado.

6. Evolução da ocupação no setor público em comparação com outros setores da economia:

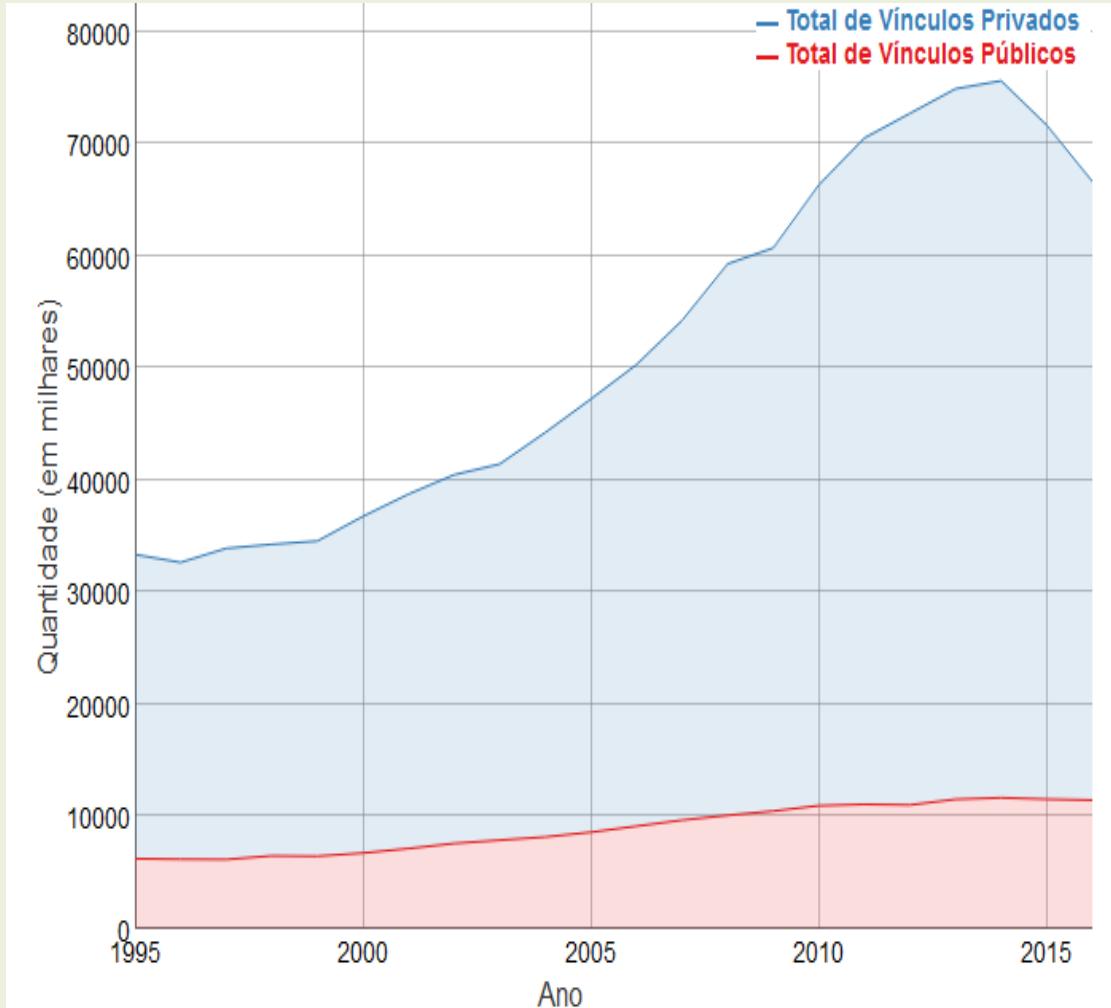
i) o percentual de vínculos nas três esferas públicas, em relação ao total de vínculos formais da economia, diminuiu, passando de 25,2% a 21,8%; ii) a taxa de crescimento da ocupação da administração pública (30,2%) é bem menor que a taxa do conjunto do setor privado (58,6%); iii) a taxa de crescimento da ocupação da administração pública (30,2%) é comparável à taxa de crescimento dos vínculos das entidades sem fins lucrativos (28,1%); iv) em 2010, as três esferas da administração pública acumulavam somente 21,8% do total de vínculos, enquanto o setor privado representava 76,3%.

Vínculos no serviço público, por nível federativo (1950-2016)



- Expansão municipal é anterior à promulgação da CF de 88, que ampliou as competências dos municípios e a descentralização na execução de políticas.
- +
 - Ampliação do número de municípios no país, que passou de 3.991, em 1980, para mais de 5.565, em 2008.

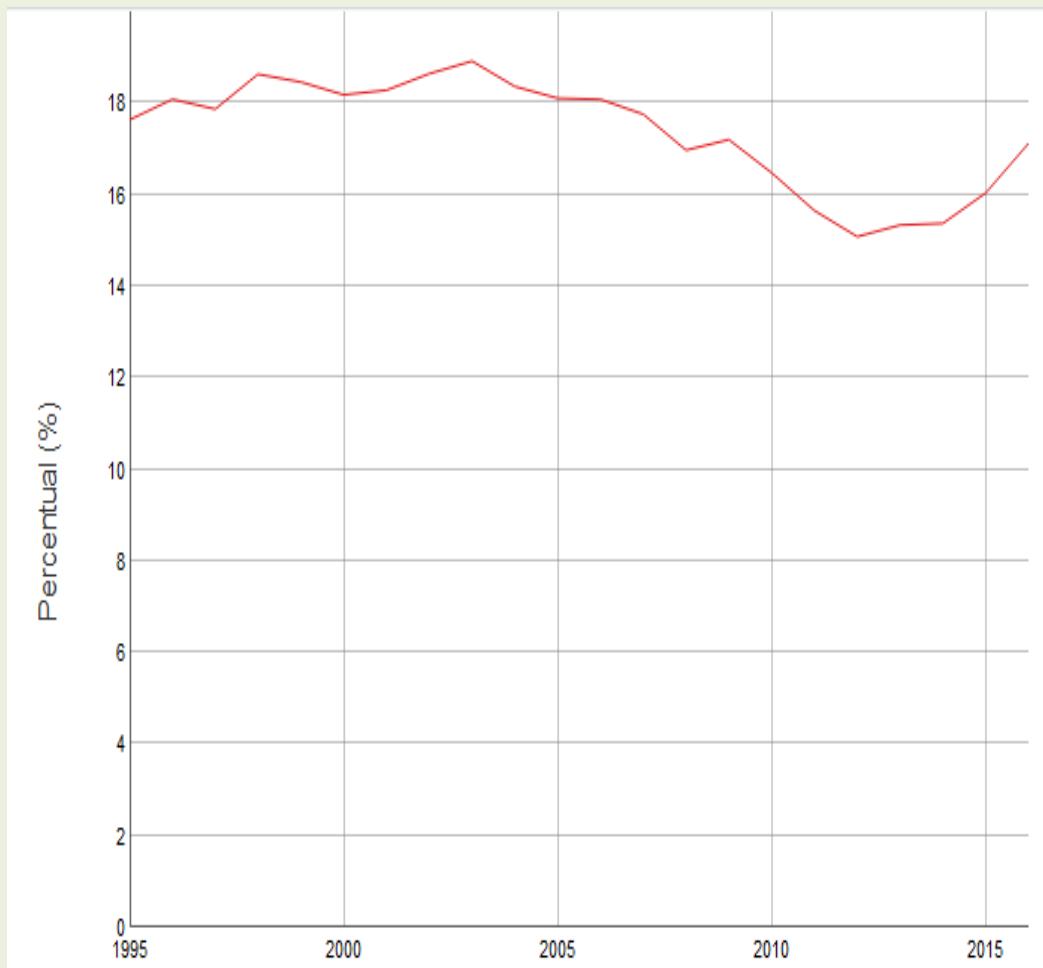
Vínculos no setor público e setor privado (1995-2016)



- O total de vínculos ativos civis e militares (em vermelho) aumentou de aproximadamente 6,3 milhões para 11,5 milhões.
- O total de ocupados formais reportados no setor privado (em azul), passou de 27,1 milhões para 55,1 milhões.

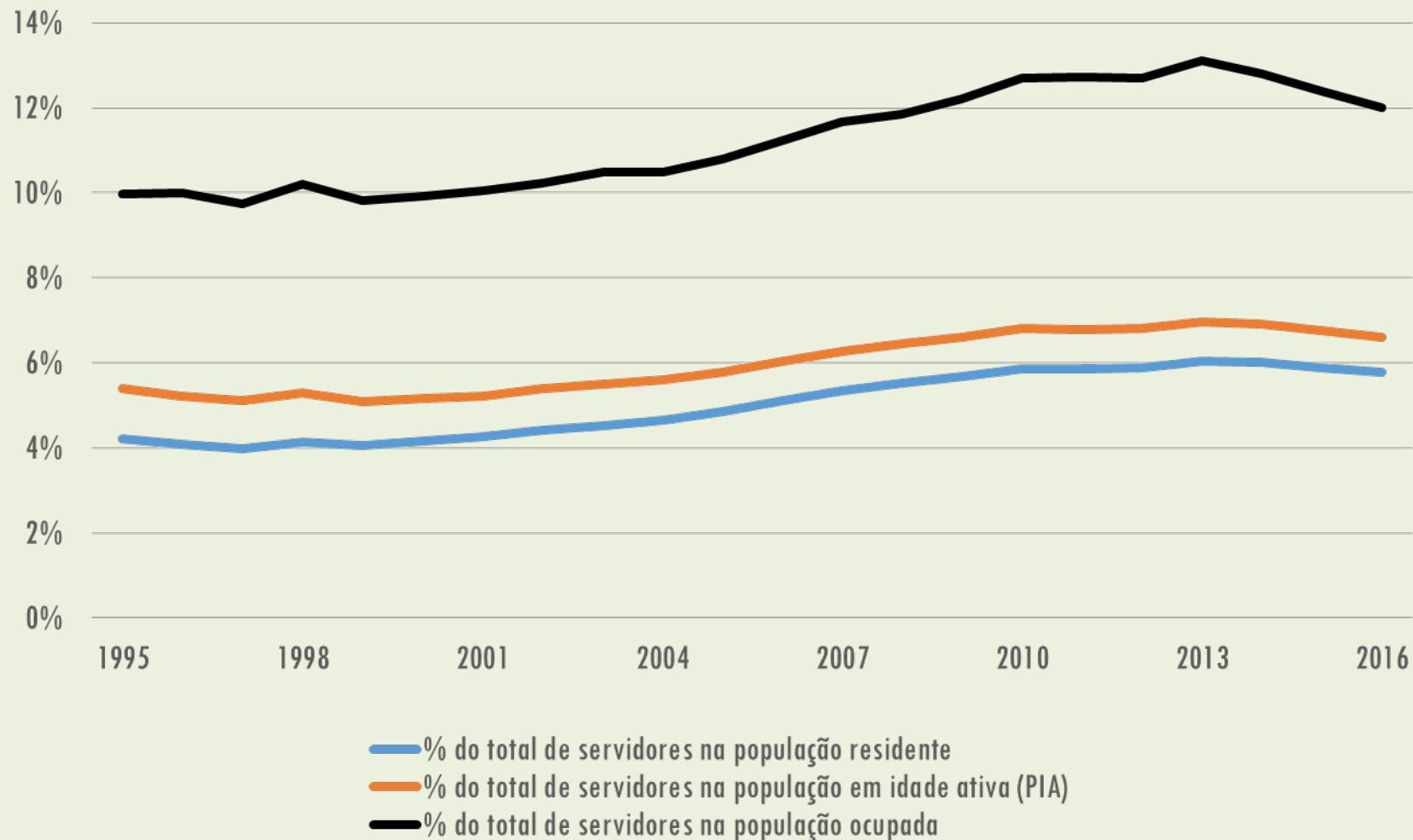
Fonte: Rais/MTE. Elaboração: Atlas do Estado Brasileiro; Ipea. Obs.: Exclui empresas públicas e de capital misto.

Vínculos no setor público e setor privado (1995-2016)

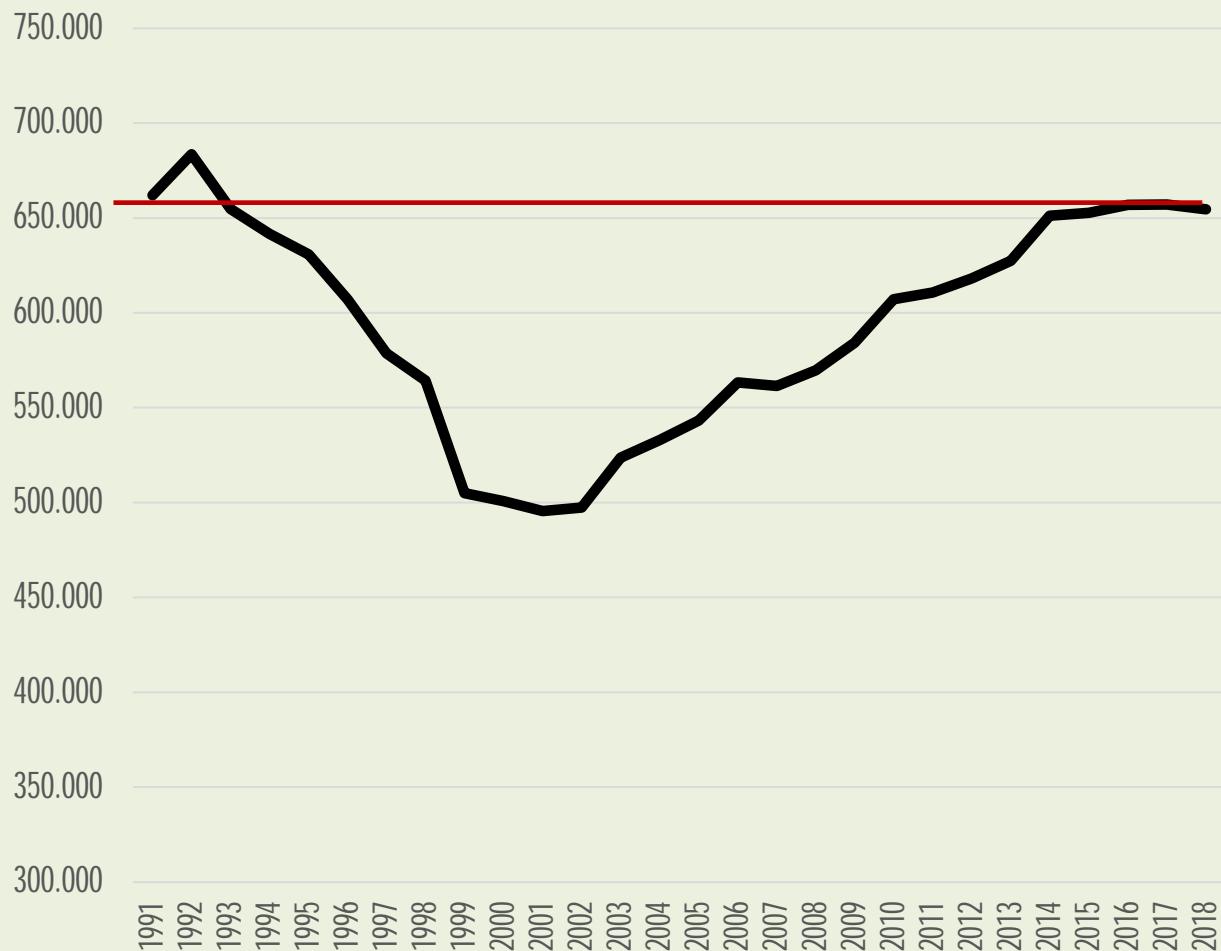


O total de vínculos no setor público (excluindo empresas públicas) baixou de 18% para 17% (1995-2016).

% de servidores em grupos populacionais



Total de servidores federais civis ativos (1991-2018)

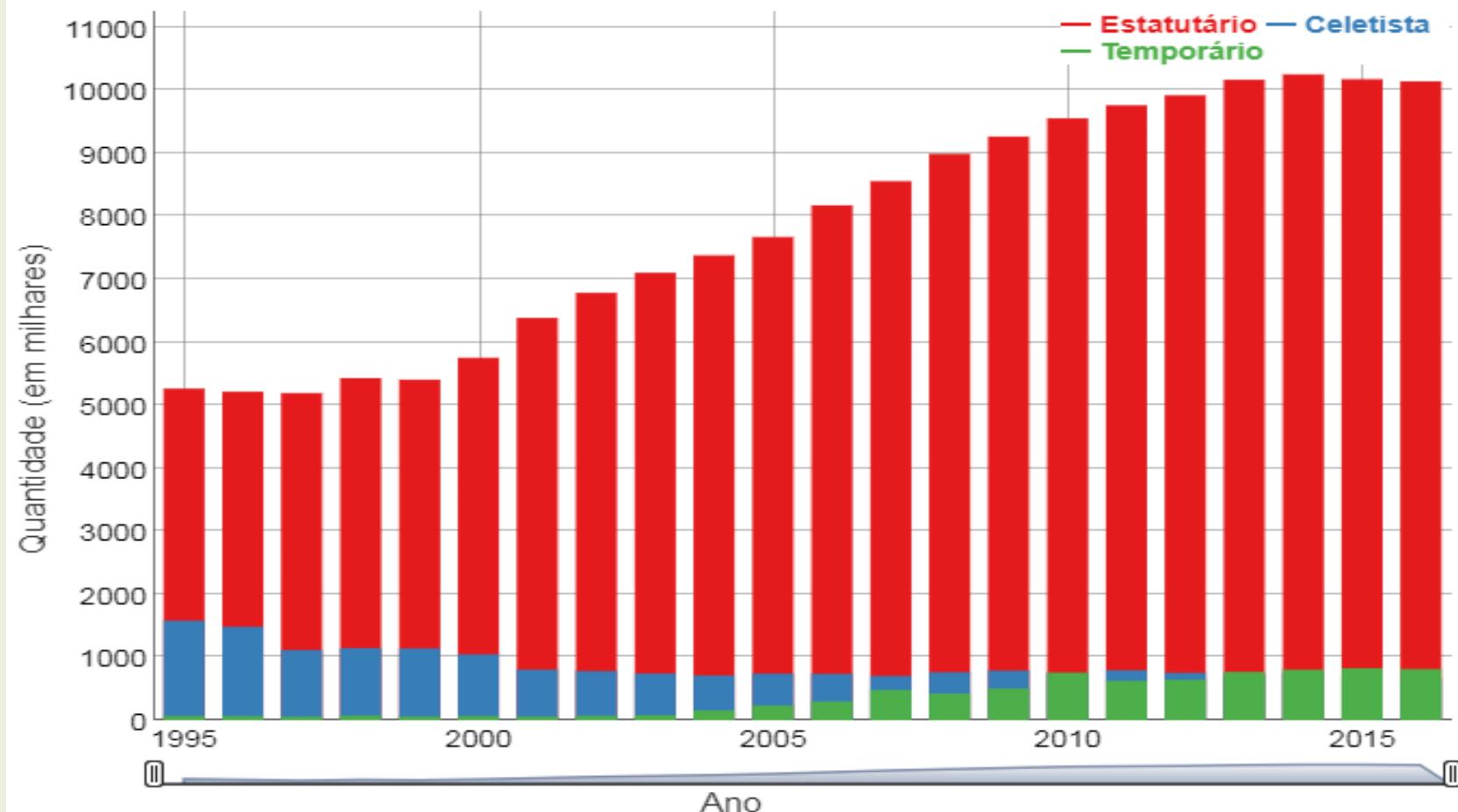


- Total em 2018 (655 mil) é inferior ao observado em 1991 (662 mil).
- A expansão observada nos anos 2000: políticas deliberadas de recomposição dos quadros de servidores (sobressaem professores federais)
- +
 - imposições do TCU, que em 2002, “[...] considerou irregulares os expedientes precários de recrutamento utilizados nos anos 1990.
- A partir de 2014, estabilidade.

Ocupados no setor público por natureza do vínculo (1995-2016)

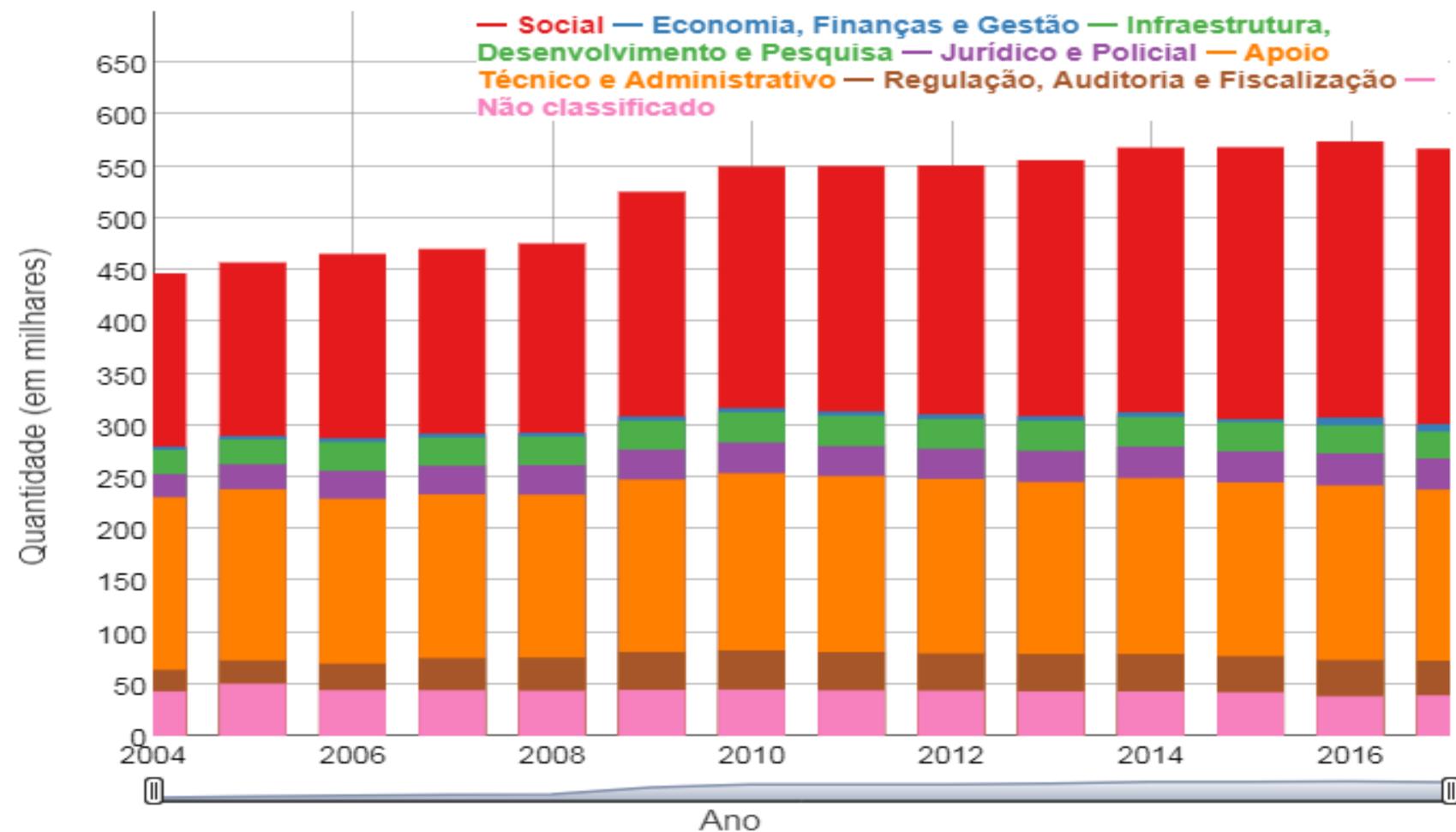
A maioria absoluta dos ocupados no setor público brasileiro é constituída por servidores contratados pelo Regime Jurídico Único (RJU) e o percentual aumentou de 76% para 88%, de 1995 a 2016, passando de 5,2 milhões para 10,1 milhões de vínculos. Os contratados por regime celetista (CLT) caíram de 23% para 5%, no mesmo período, descendo de 1,6 milhões para cerca de 630 mil vínculos. Os contratados temporariamente subiram de 1% para 7%, passando de 53 mil para quase 800 mil vínculos (gráfico 14).

Gráfico 14 - Total de ocupados no setor público brasileiro, por tipo de vínculo (1995-2016)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

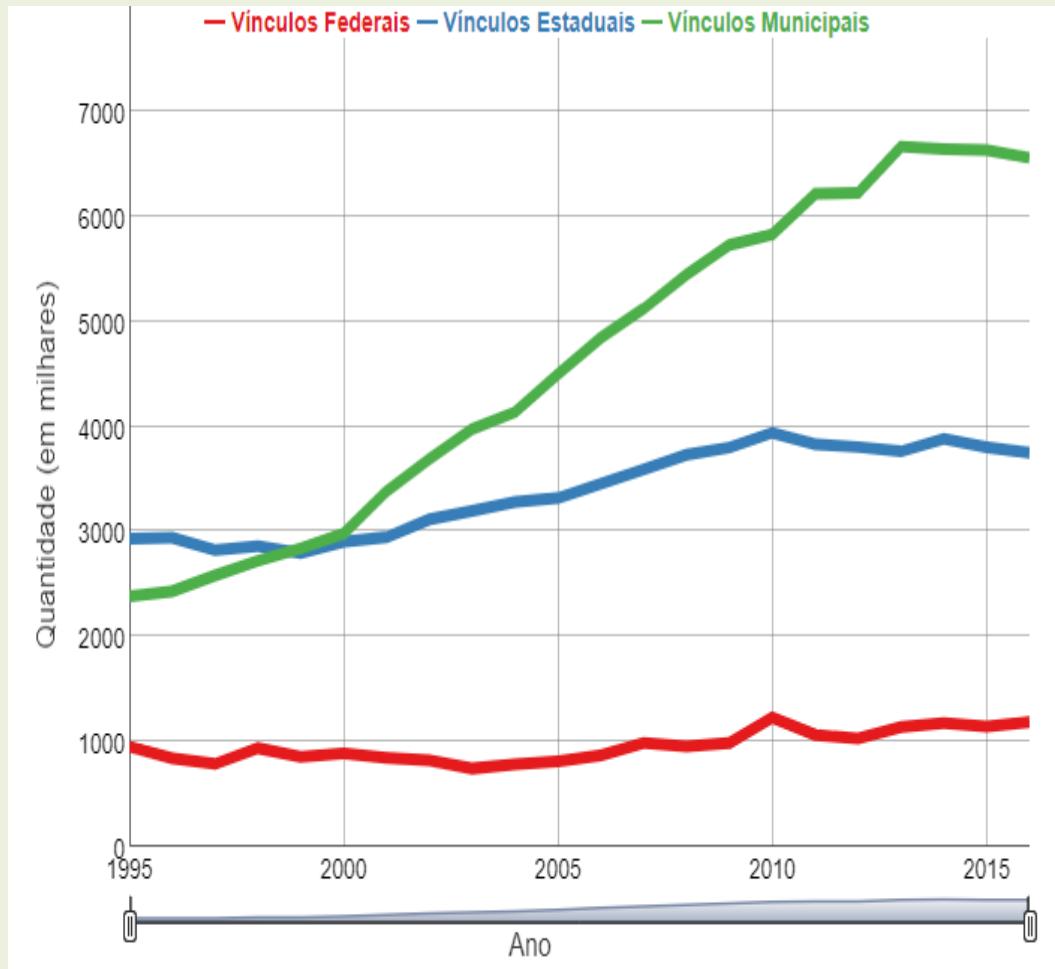
Gráfico 68 - Total de servidores, por agrupamentos de carreira (2004-2017)



Fonte: Siape/MPDG, 2018. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA. Com base na classificação de Ventura (2017).

Crescimento concentrado nos municípios (1995-2016)

Evolução anual do total de vínculos (civis e militares), por nível administrativo (1995-2016)

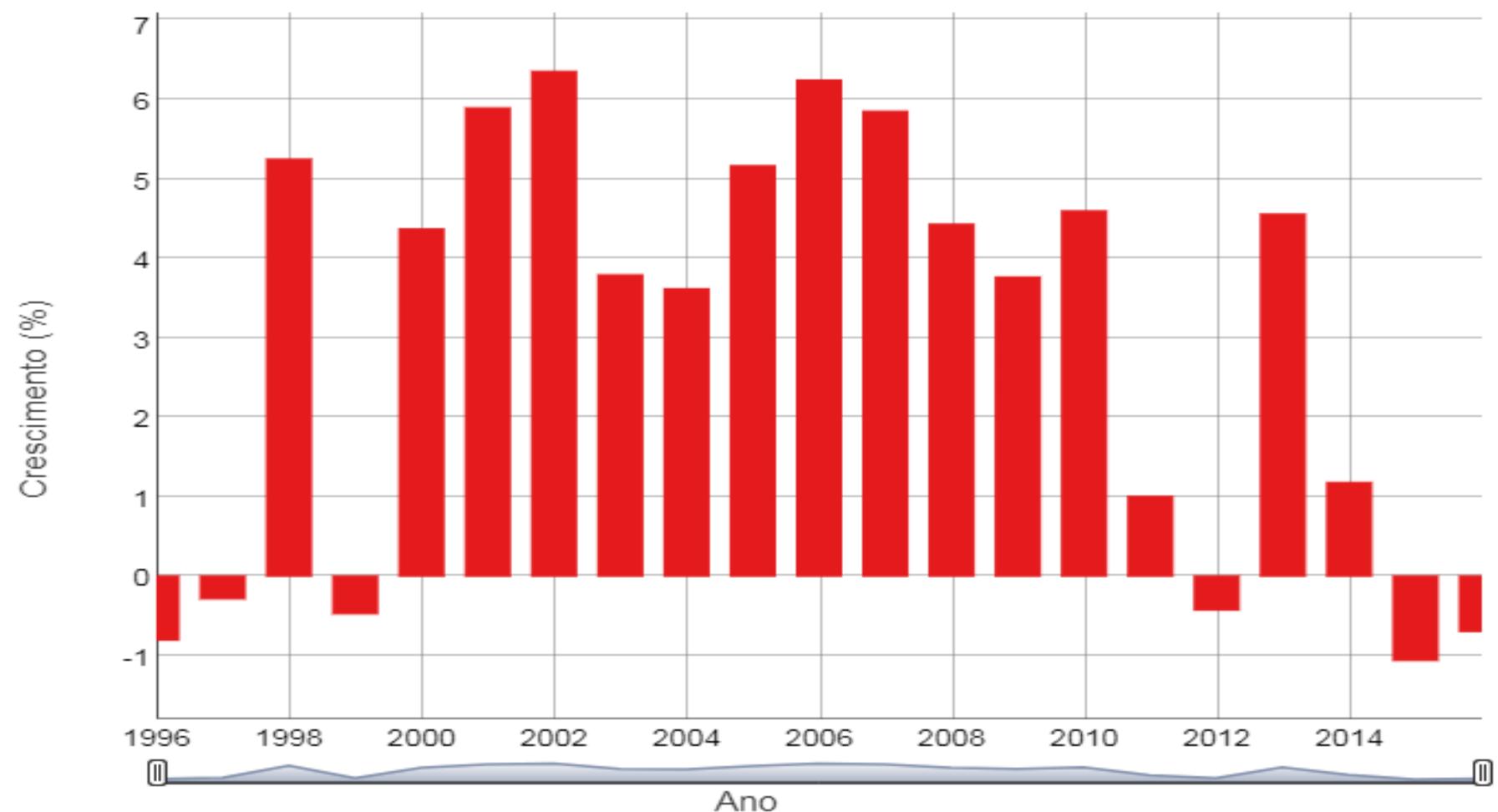


Federal: crescimento de 25%; 950 mil para 1,2 milhão.

Estadual: cresceu 28%. 2,9 para 3,7 milhões.

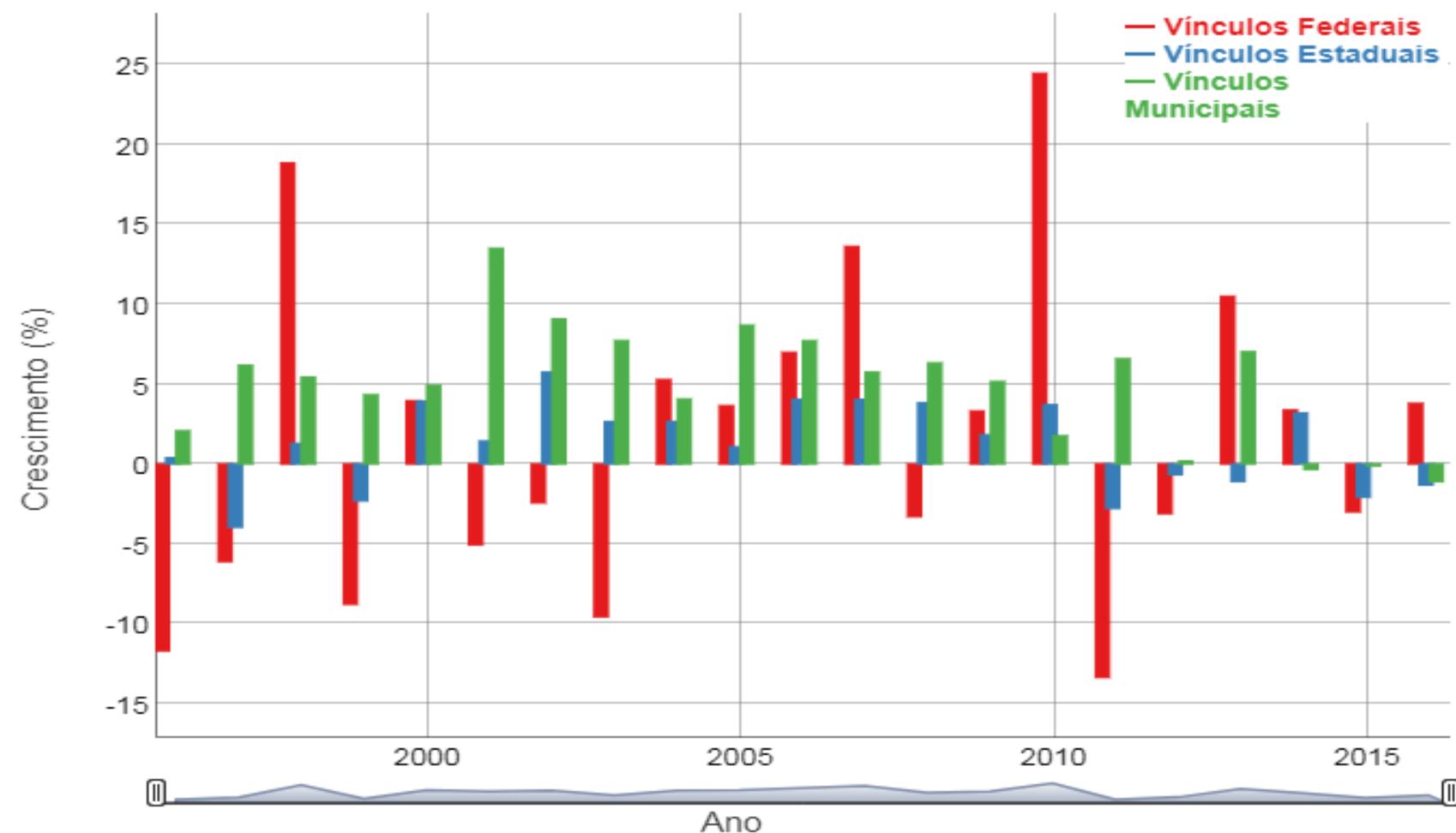
Municipal: cresceu 175%. 2,4 para 6,5 milhões

Gráfico 4 – Crescimento anual do total de vínculos no setor público (civis e militares) - (1995-2016)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA. Exclui os vínculos de “outros públicos”.

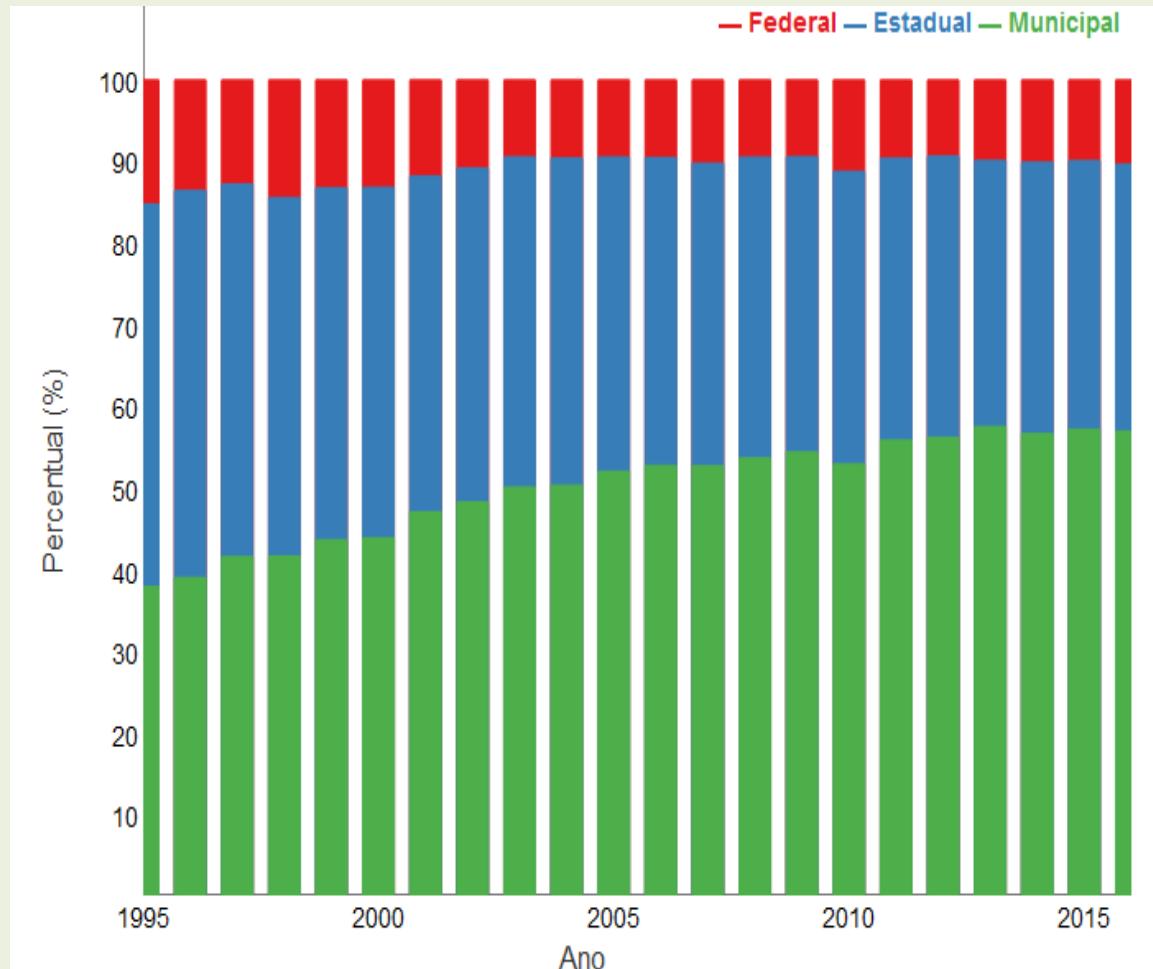
Gráfico 5 - Percentual de crescimento do total de vínculos no setor público (civis e militares), por nível de administração (1995-2016)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA. Exclui os vínculos de "outros públicos".

Crescimento concentrado nos municípios (1995-2016) - %

- Proporção de vínculos – civis e militares – no setor público, por nível federativo (1995-2016)



Setor público municipal: subiu de 38% para 57%.

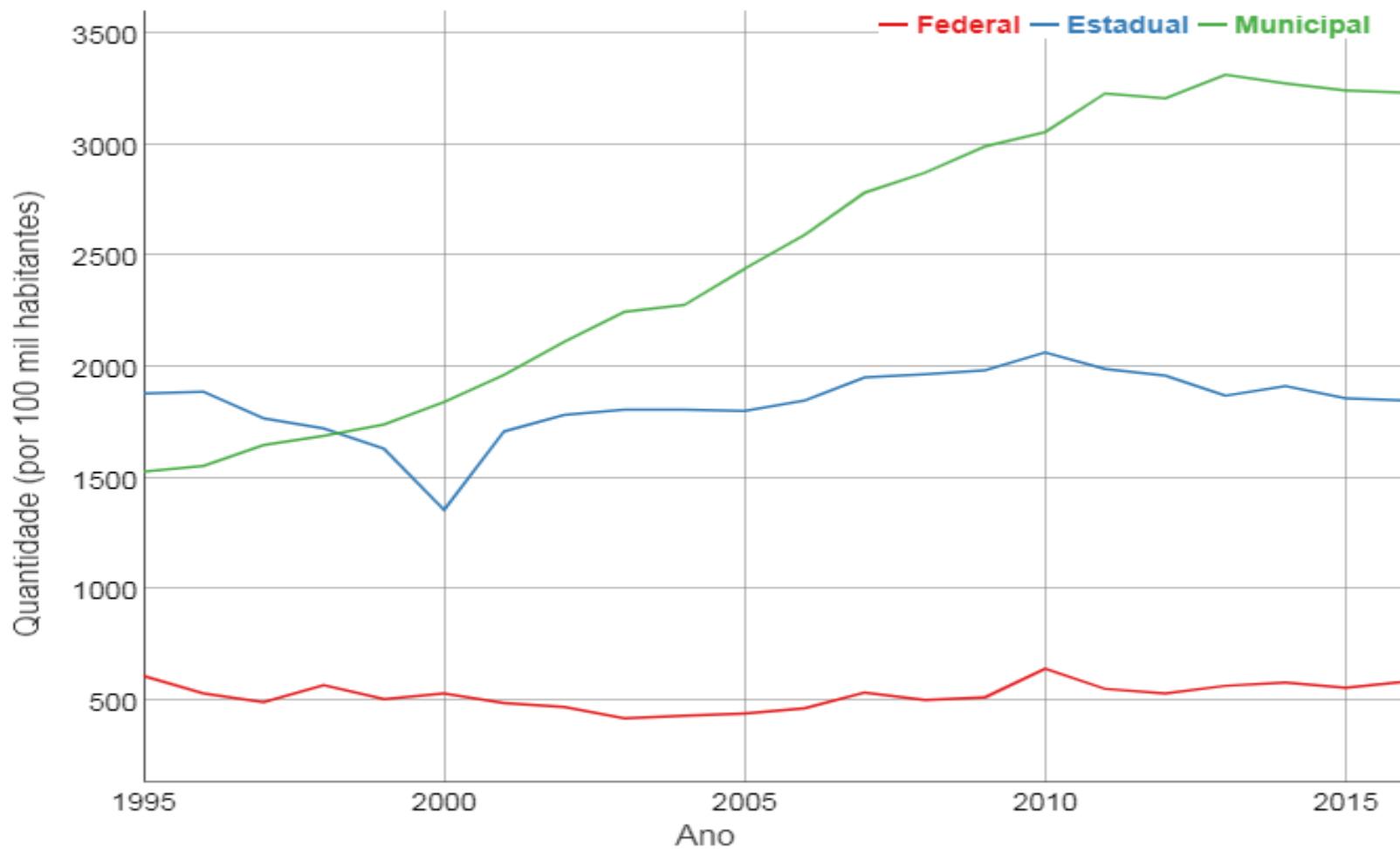
(4 em cada 10 servidores são professores, médicos ou enfermeiros).

Setor público estadual: caiu de 47% para 33%

(perfil ocupacional semelhante aos municípios; se incluir segurança, 6 em cada 10)

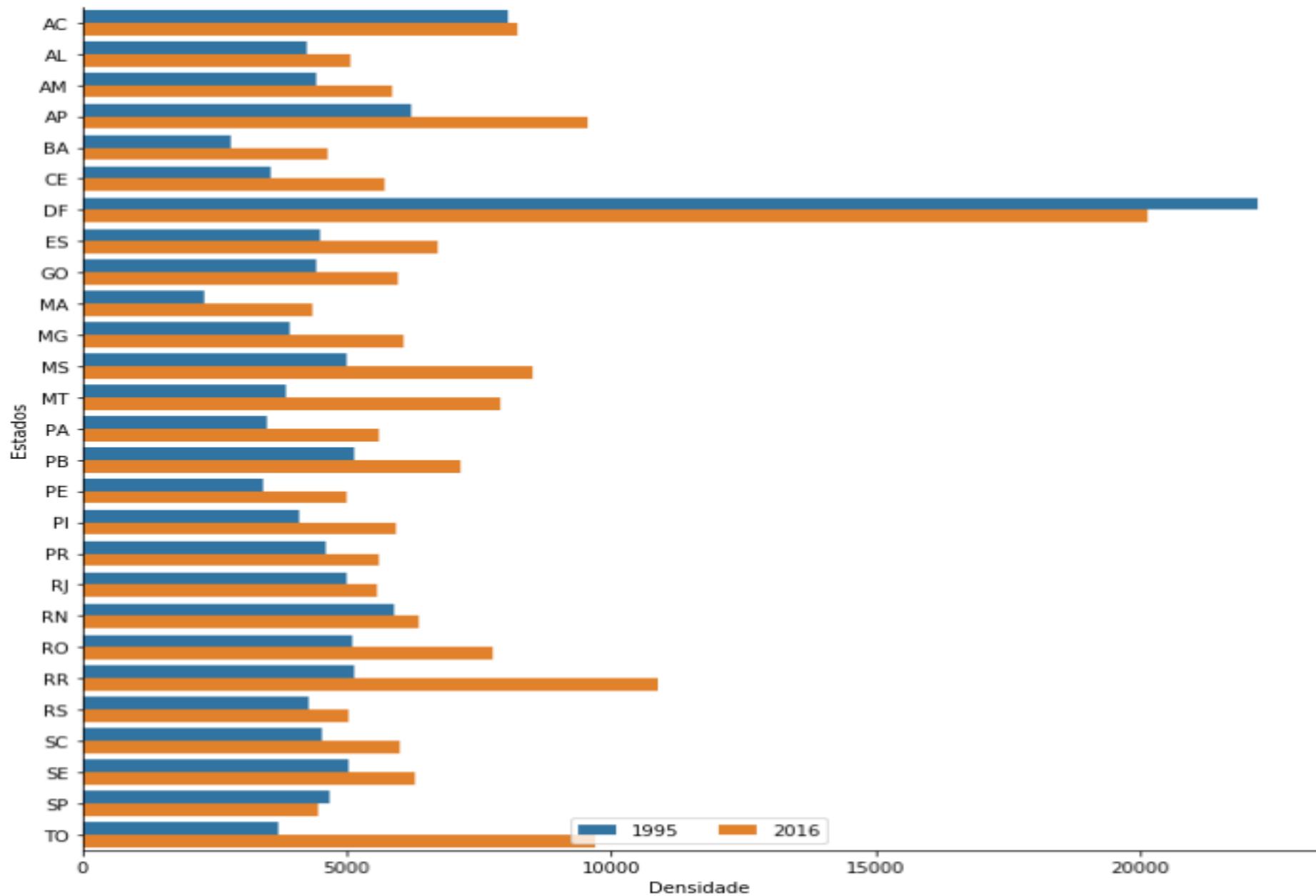
Setor público federal: caiu de 15% para 10%

Gráfico 35 - Densidade anual dos servidores públicos do país, por nível da administração (por 100 mil/ha)



Fonte: RAIS/MTE e IBGE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

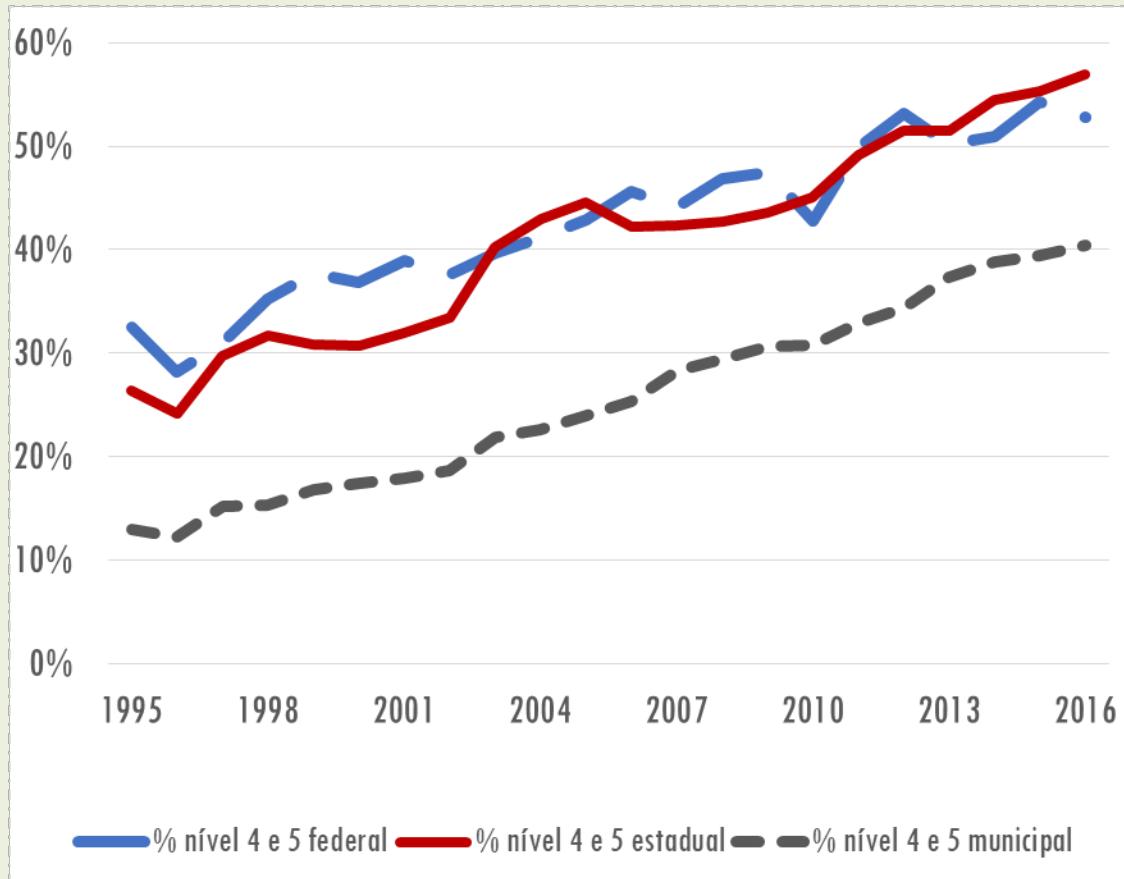
Gráfico 36 - Densidade de servidores públicos por UF (1995 e 2016)



Fonte: RAIS/MTE e IBGE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

RAIS	IPEA	
Descrição	Grau de Instrução	Nível de Escolaridade
Analfabeto	1	
Até 5º Ano Incompleto	2	
5º Ano Completo	3	Nível 1
6º ao 9º Ano do Fundamental	4	
Fundamental Completo	5	
Médio Incompleto	6	Nível 2
Médio Completo	7	
Superior Incompleto	8	Nível 3
Superior Completo	9	Nível 4
Mestrado	10	
Doutorado	11	Nível 5
Ignorado	-1	S/ Nível

Escolaridade média, por nível federativo (1995-2016)

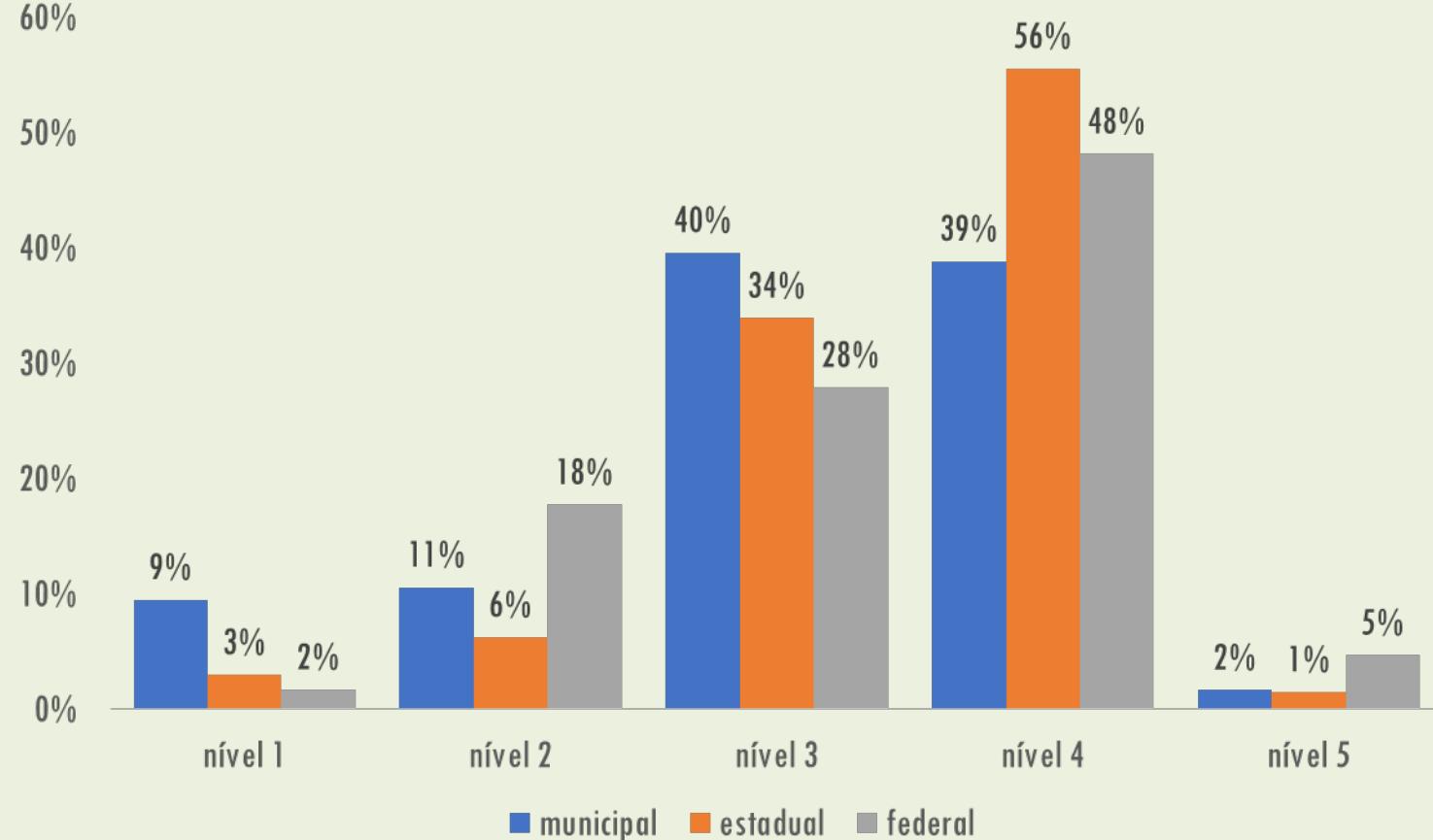


Aumentou o percentual dos servidores federais com nível superior completo ou diversas modalidades de pós-graduação.

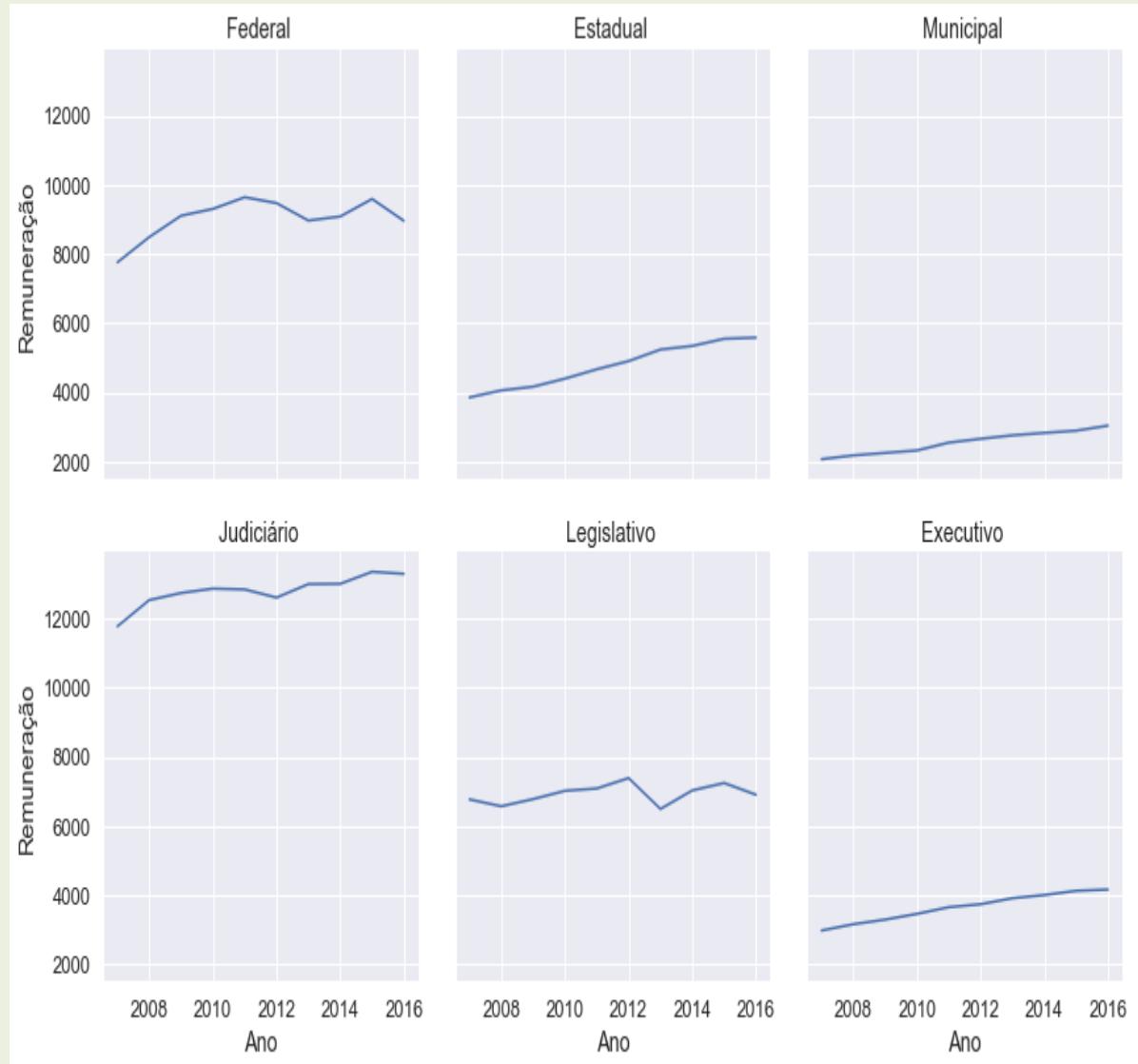
- Federal: 32% para 53%
- Estadual: 26% para 57%
- Municipal: 13% para 41%

Escolaridade, por níveis de escolaridade

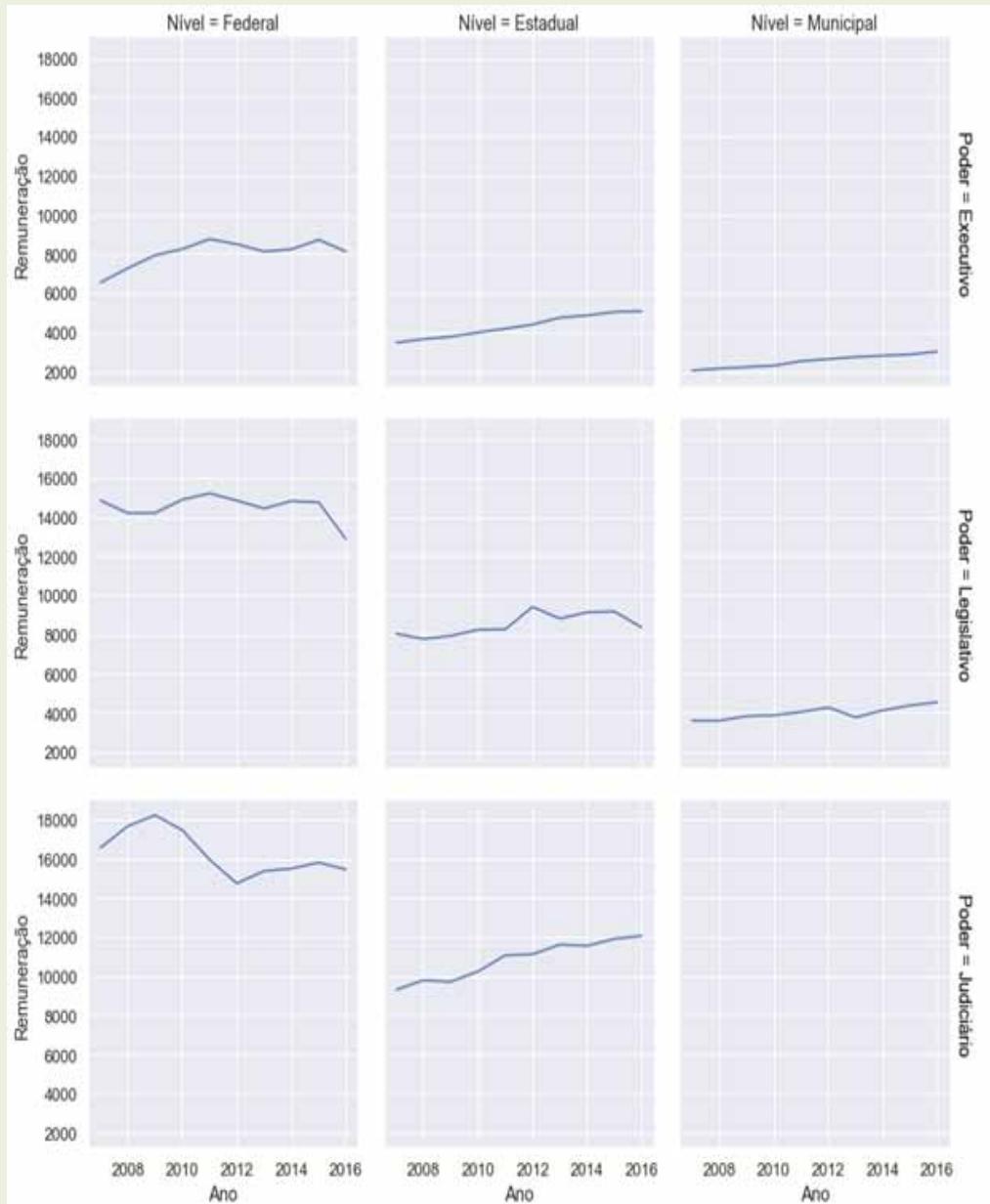
Percentual de ocupados no setor público brasileiro, por nível federativo e faixas de escolaridade (2016)



Remunerações mensais médias por nível e poder (2007-2016)

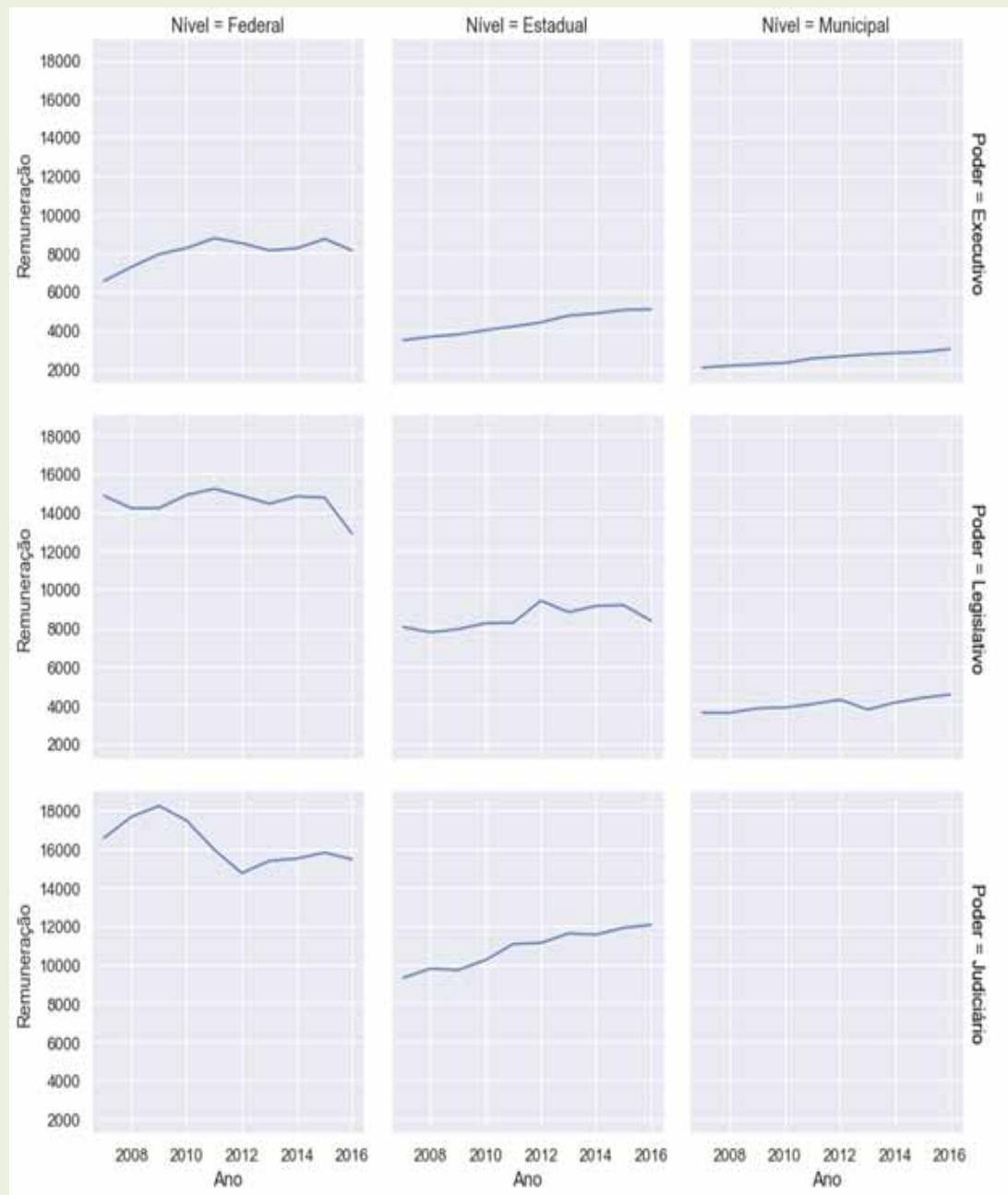


- A diferença nas remunerações mensais médias, tanto entre níveis federativos quanto entre poderes;
- Judiciário: maior RMM entre os poderes;
- Federais: maiores entre os níveis



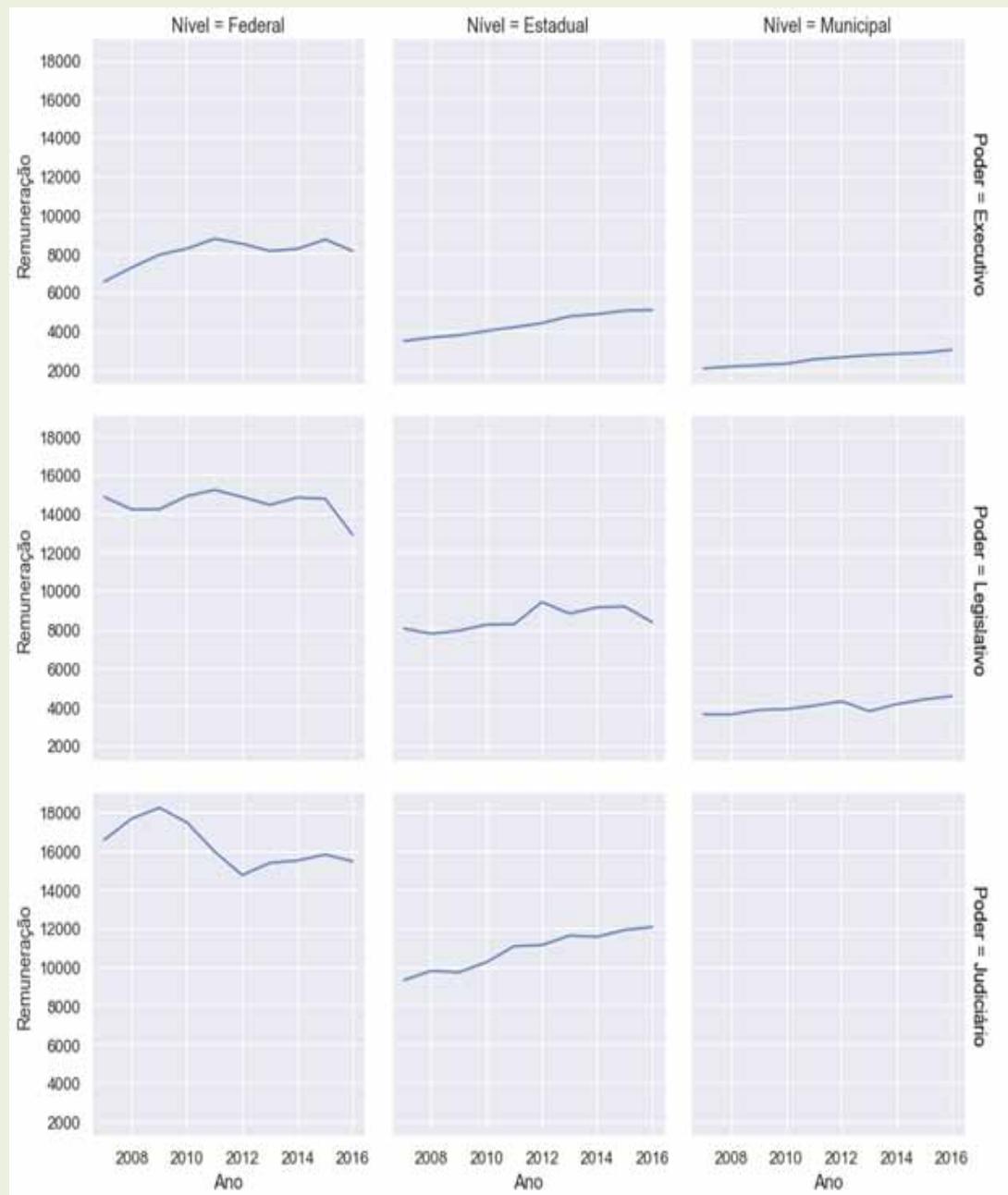
Remuneração média mensal (RMM) – nível e poder (2007-2016)

- Executivo federal aumentou de R\$ 6,5 mil para R\$ 8,1 mil;
- Executivo estadual aumentou de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil;
- Executivo municipal aumentou de R\$ 2 mil para R\$ 3 mil.



Remuneração média mensal (RMM) – nível e poder (2007-2016)

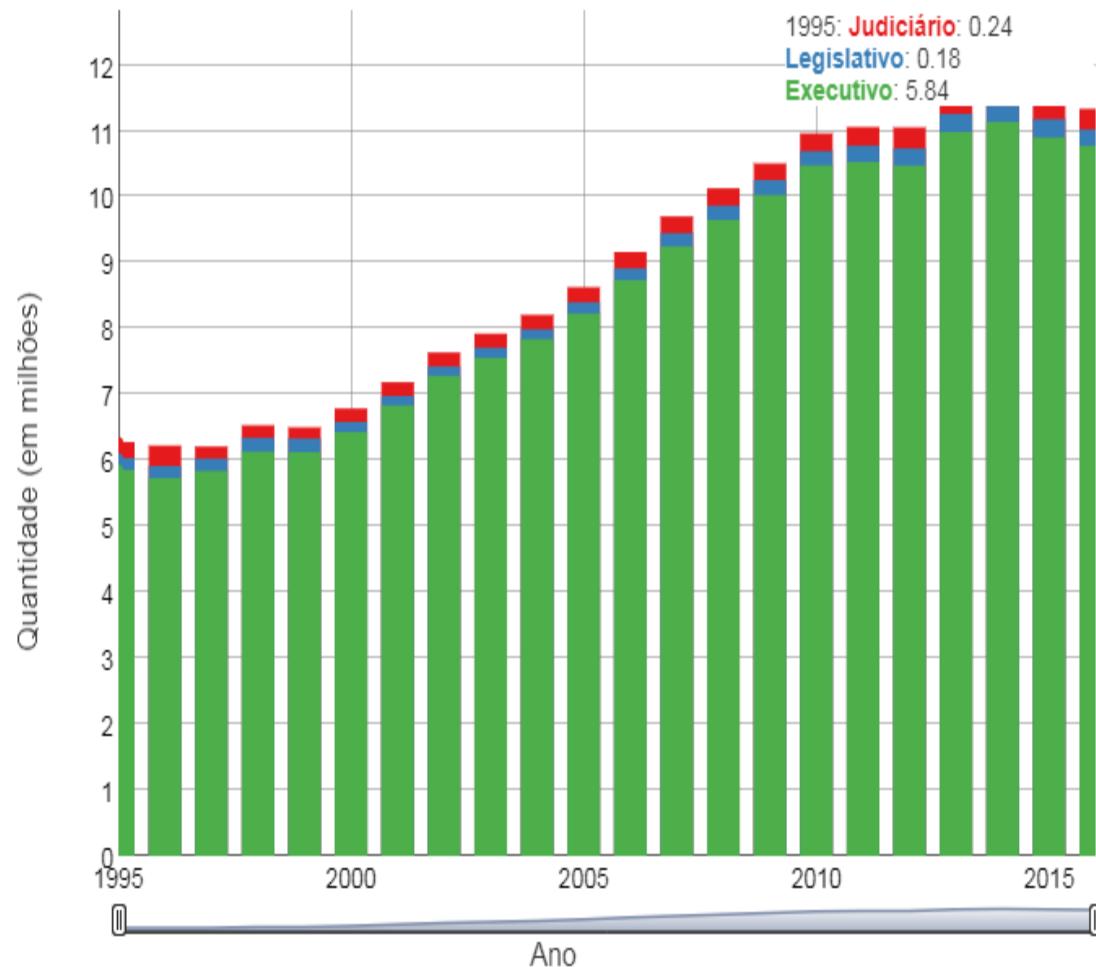
- Legislativo federal caiu de R\$ 14,8 mil para de R\$ 12,9 mil
- Legislativos estaduais, aumentou de R\$ 8 mil para R\$ 8,4 mil
- Legislativos municipais subiu de R\$ 3,6 mil para R\$ 4,6 mil



Remuneração média mensal (RMM) – nível e poder (2007-2016)

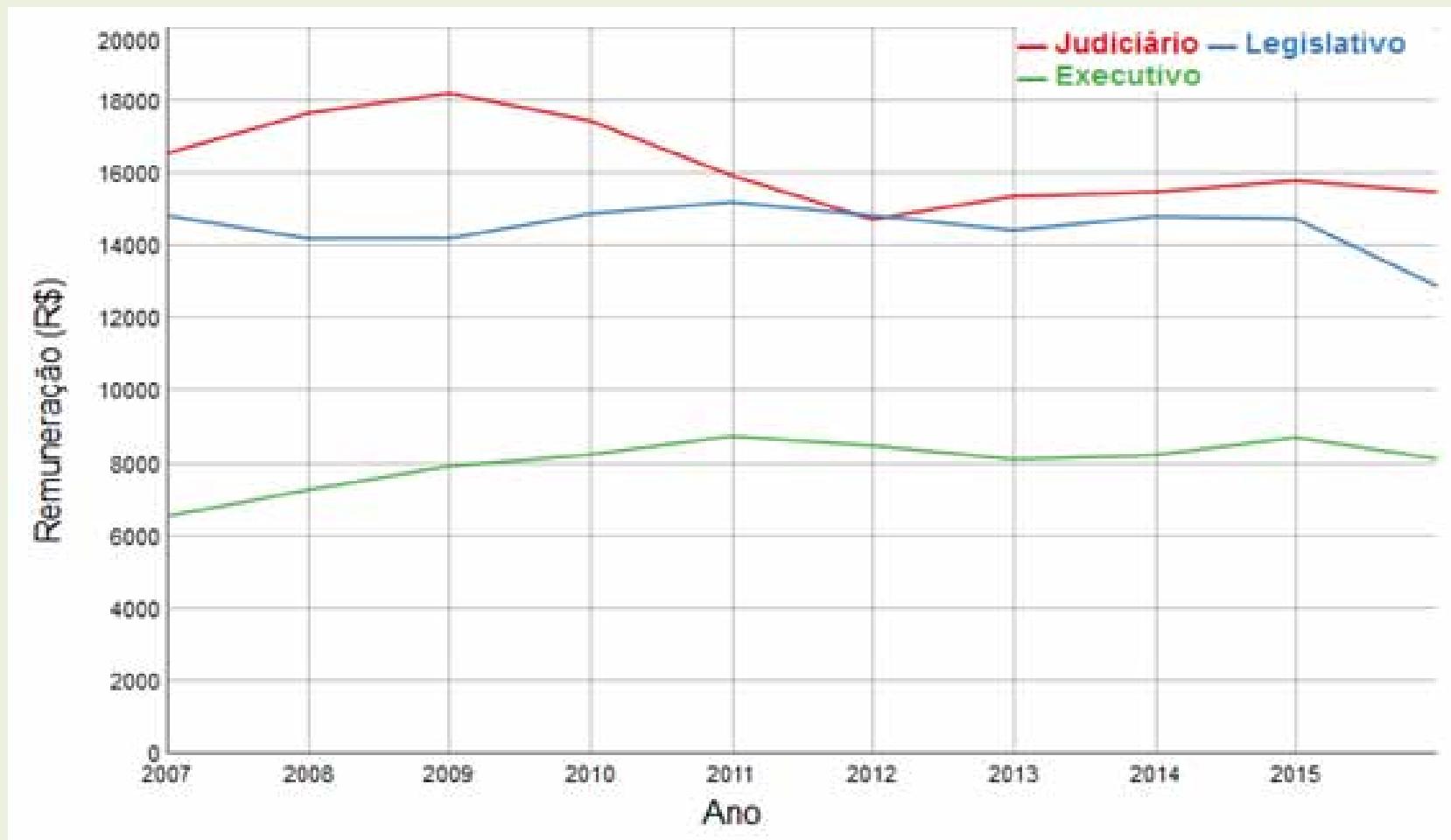
- Judiciário federal baixou de R\$ 16,6 mil para R\$ 15,8 mil
- Judiciário estadual, subiu de R\$ 9,3 mil para R\$ 12 mil

Gráfico 37 - Total de ocupados no setor público, por Poder (1995-2016)



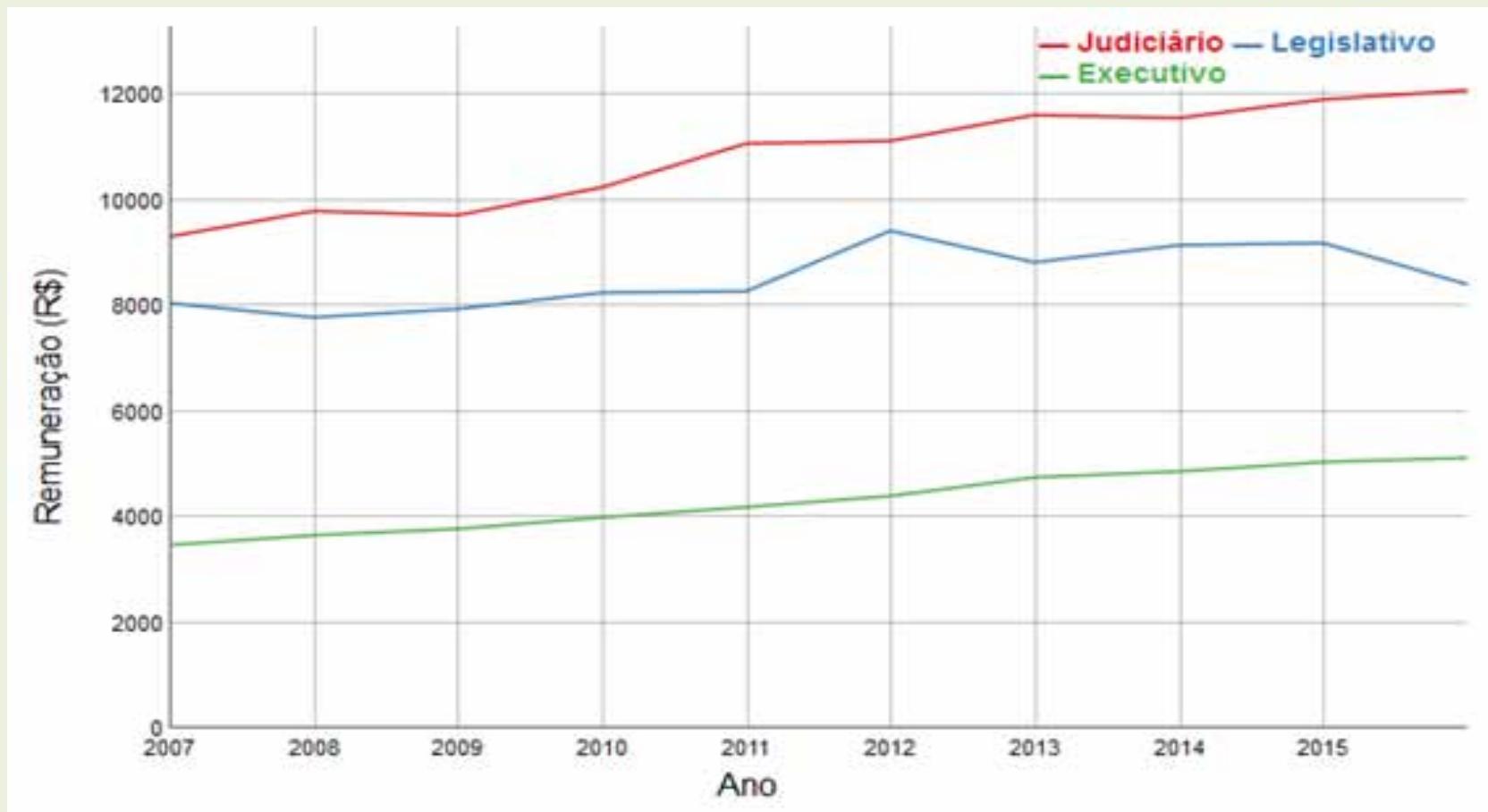
Fonte: RAIS/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

Remunerações médias mensais dos ocupados no setor público federal, por poder (2007-2016)



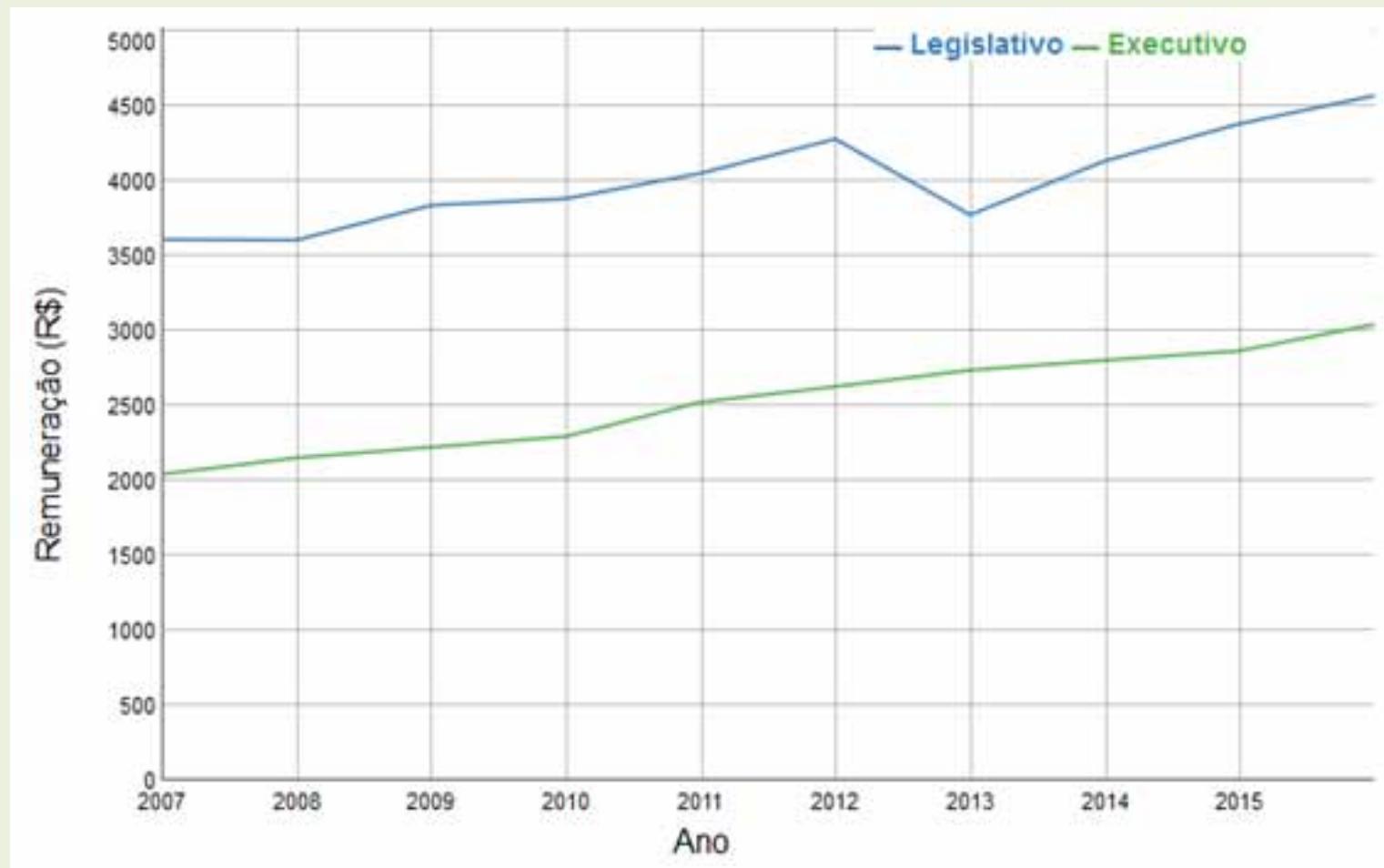
Fonte: Rais/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro; Ipea. Obs.: Dados atualizados para valores de 2018, com base no IPCA/IBGE.

Remunerações médias mensais dos ocupados no setor público estadual, por poder (2007-2016)



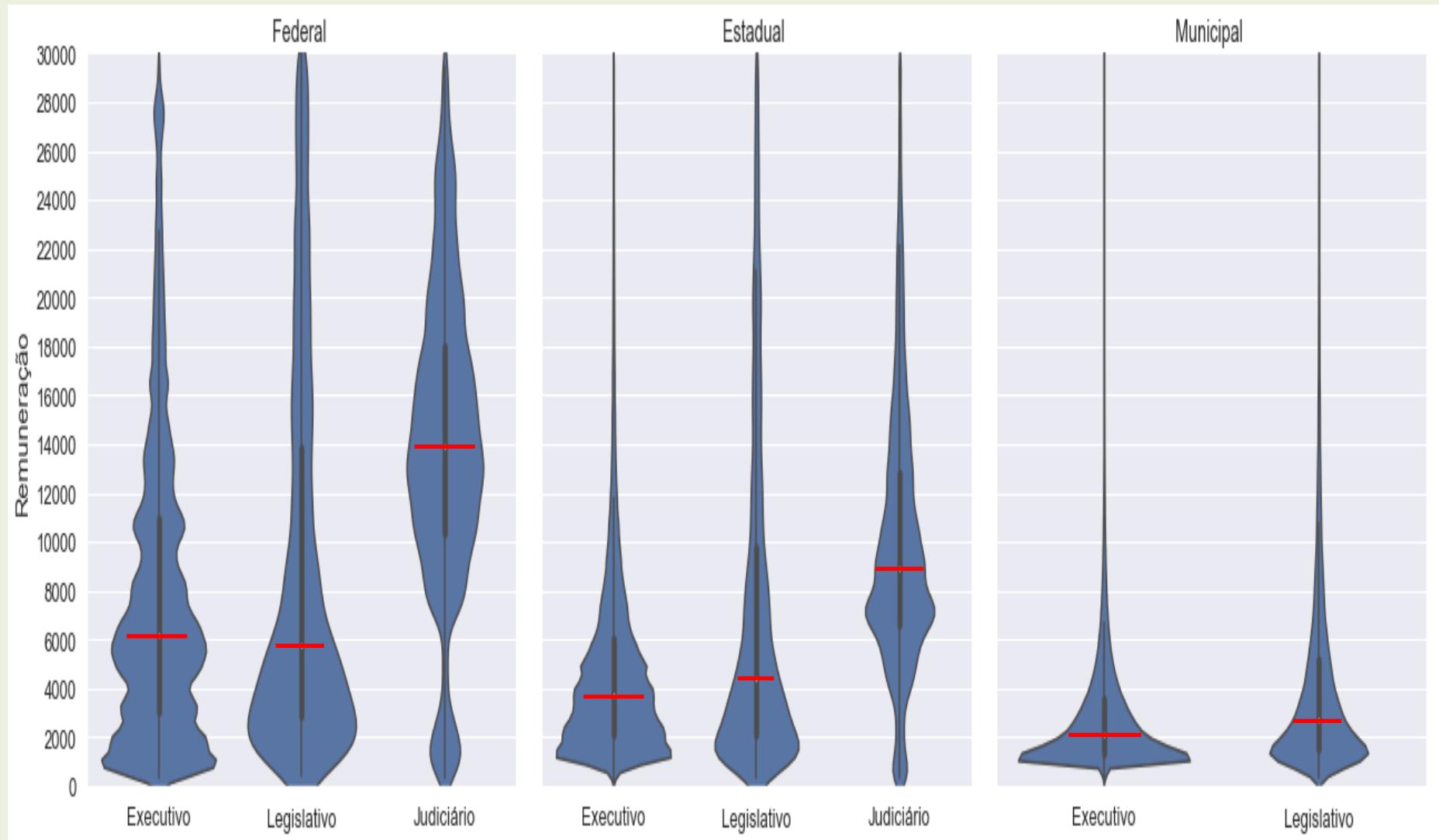
Fonte: Rais/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro; Ipea. Obs.: Dados atualizados para valores de 2018, com base no IPCA/IBGE.

Remunerações médias mensais dos ocupados no setor público municipal, por poder (2007-2016)



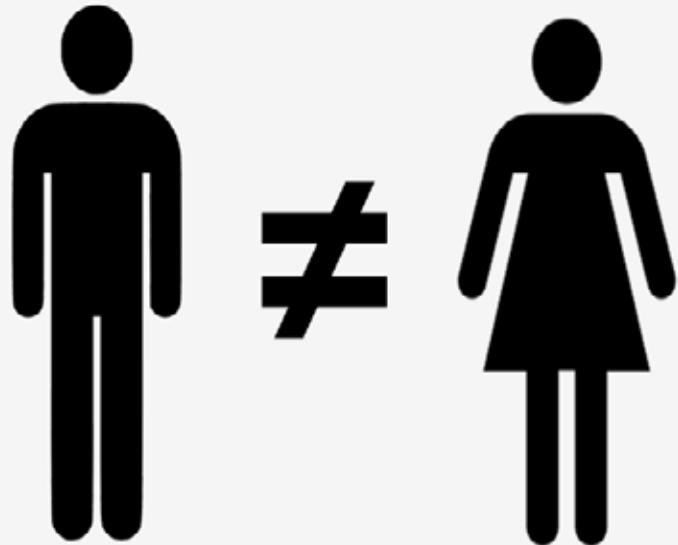
Fonte: Rais/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro; Ipea. Obs.: Dados atualizados para valores de 2018, com base no IPCA/IBGE.

Distribuição das remunerações médias mensais, por poderes e níveis federativos (em 2016)



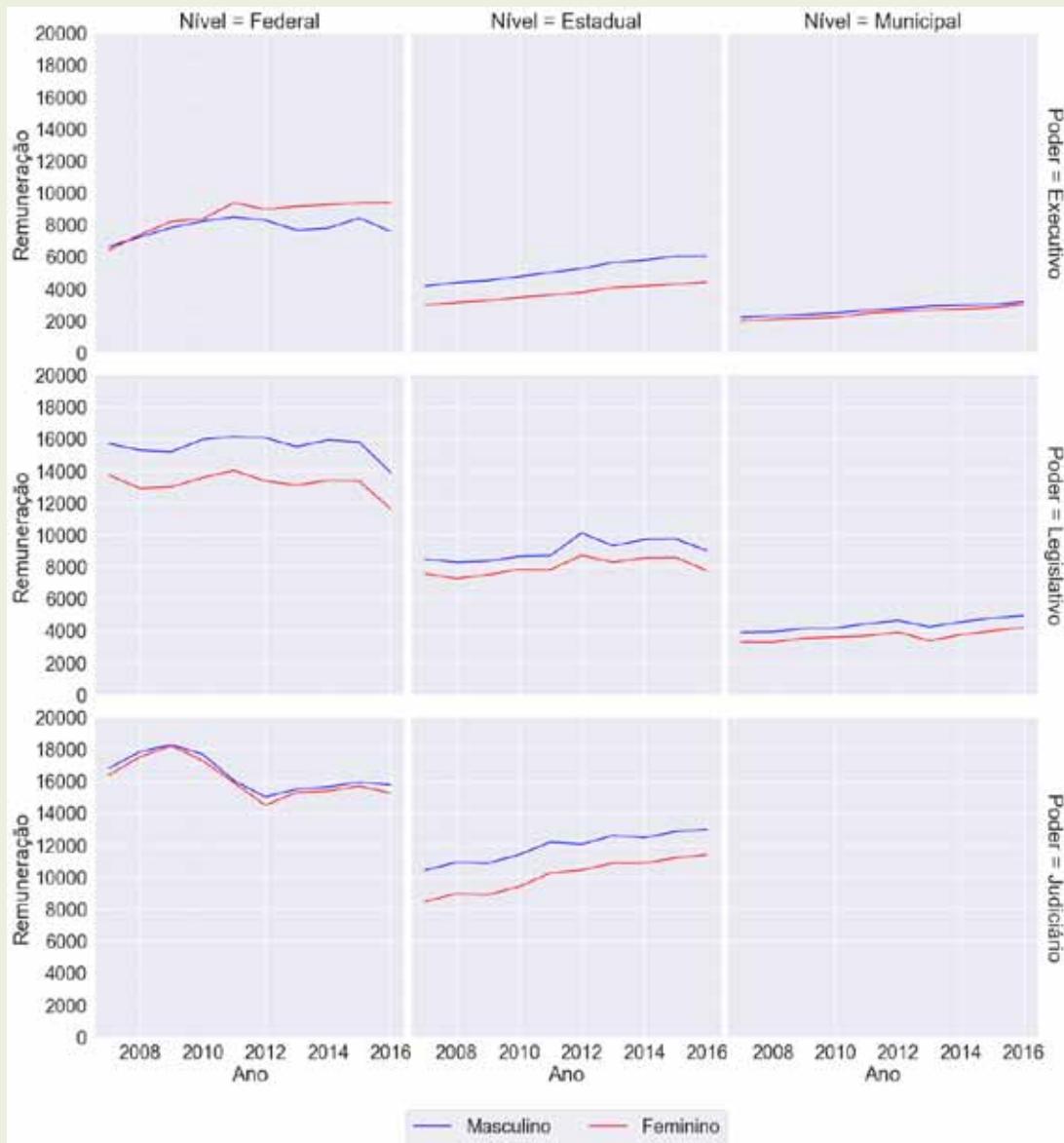
Fonte: Rais/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - Ipea. Obs.: Dados atualizados para valores de 2018, com base no IPCA/IBGE.

Remunerações mensais médias de mulheres e homens (2007-2016)



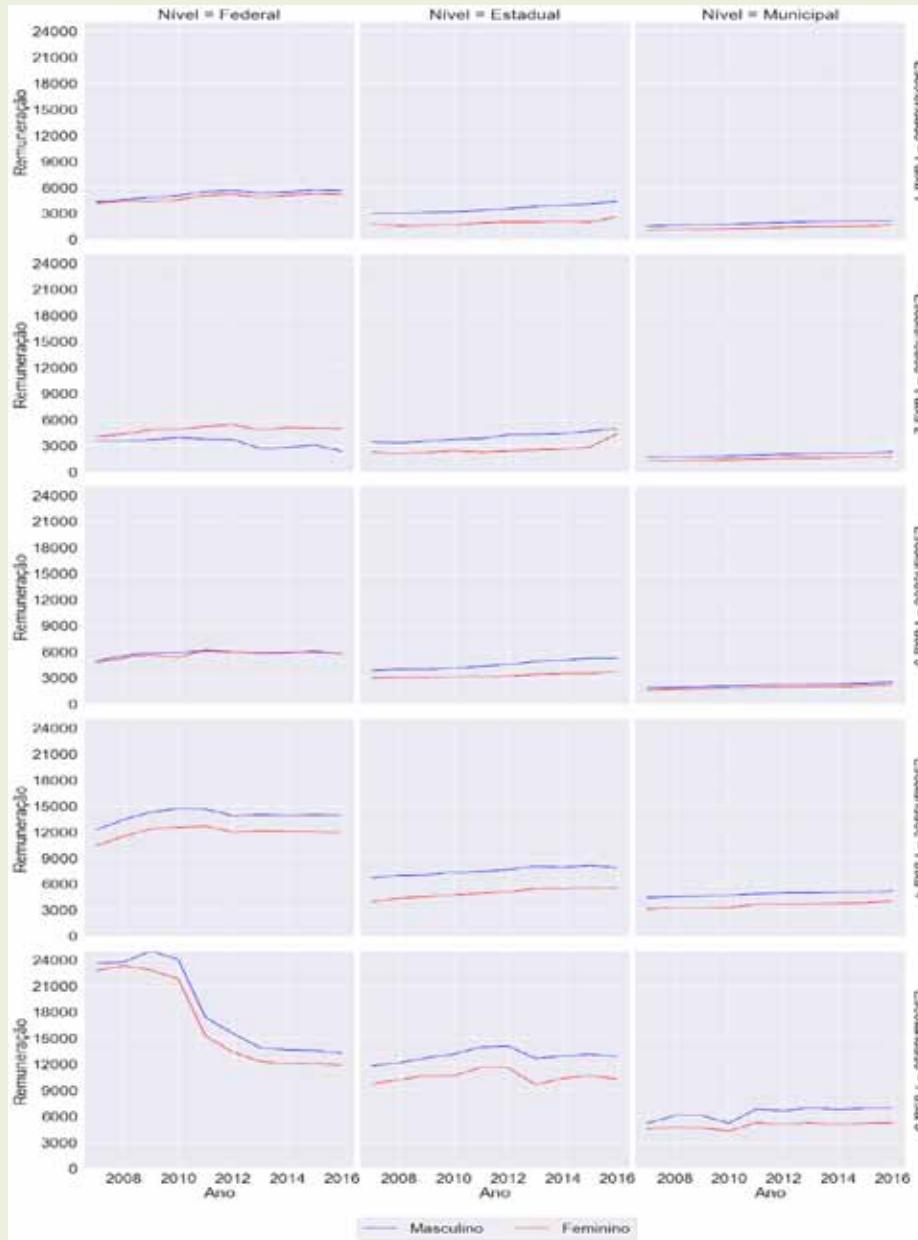
- Mulheres constituem a expressiva maioria na administração pública nacional e ampliaram seu espaço, sobretudo nos municípios.
- Ali, passaram de 60% a 66% do total, entre 1995 e 2016.
- Nos estados, oscilaram entre 55% e 60%
- Na União, oscilam entre 60% e 70% entre civis e em 2016 eram 46%, quando se incluem militares.

Remunerações mensais médias de homens e mulheres (2007-2016)



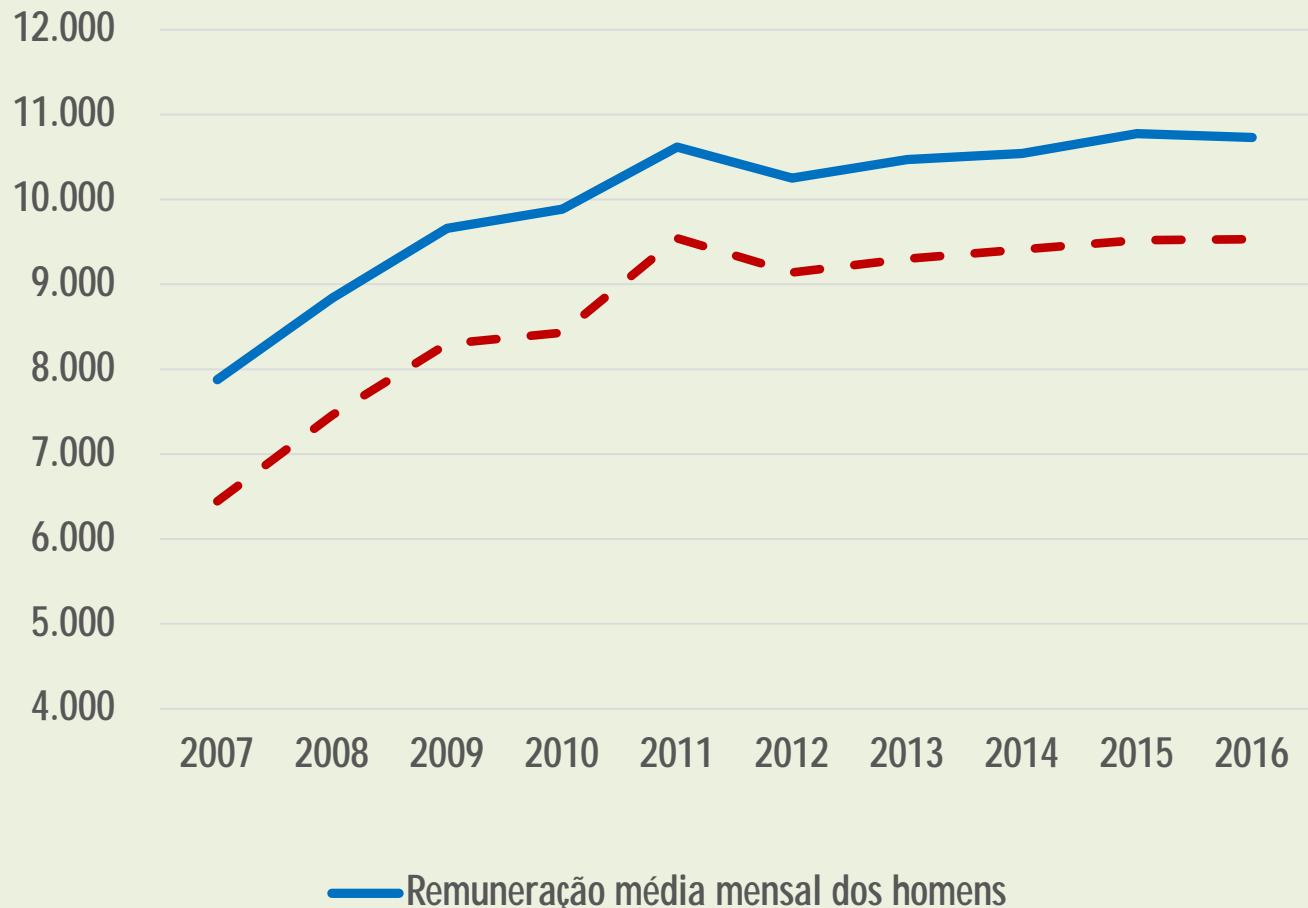
- As mulheres recebem menos que os homens em todos os poderes e níveis.
- A diferença é maior no Judiciário estadual e menor no executivo municipal.

Remunerações mensais médias de homens e mulheres (2007-2016)



- As mulheres recebem menos mesmo quando se controla por escolaridade.
- Tudo indica que as diferenças se explicam pela presença majoritária de mulheres em ocupações que pagam menos.

Remunerações dos civis ativos federais, por sexo (2007-2016)



- A remuneração dos homens no Executivo civil federal foi 14% superior às mulheres.
- Ao longo dos anos da série (2007-2016), a diferença se reduziu de 22% para 13%.

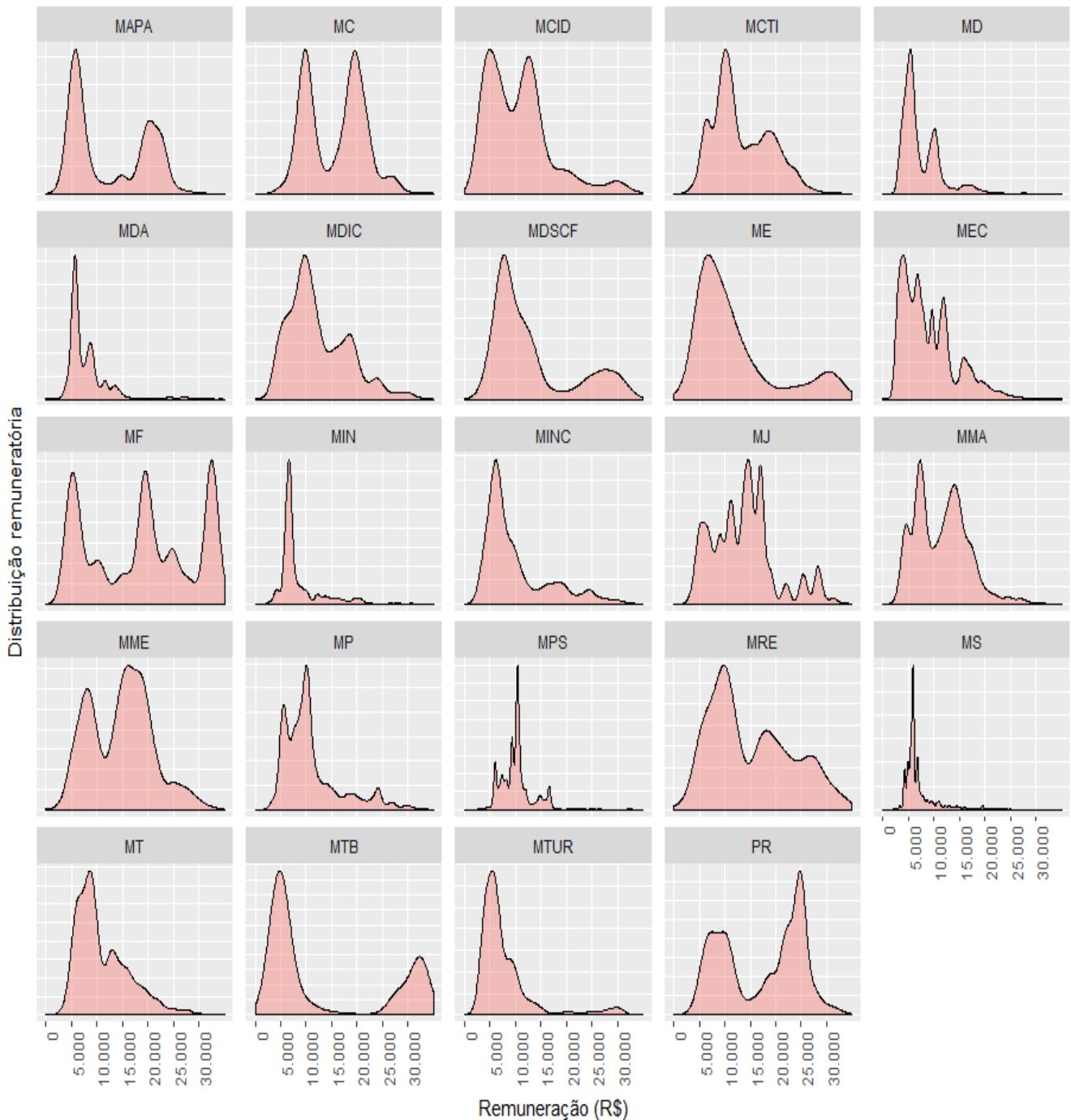
Distribuição remuneratória por Ministérios em 2017

O MP, talvez por causa do IBGE, tem uma densidade maior em remunerações entre 5 e 10 mil reais.

O MC tem remunerações bastante altas, um dos picos tá na casa dos 20 mil.

MF, surpresa nenhuma. Tem o pico dos técnicos, o pico dos analistas e o pico dos auditores.

MS extremamente concentrado perto dos 5 mil, devido ao SUS.



Presença étnica e de gênero

MJ, MAPA, MIN, MMA e MT
são ministérios bastante
masculinos.

MCTI, MDIC, MRE e PR com
quase nenhuma
representação da mulher
negra.

E a PR com um vergonhoso
processo de “masculinização”
desde 2003.

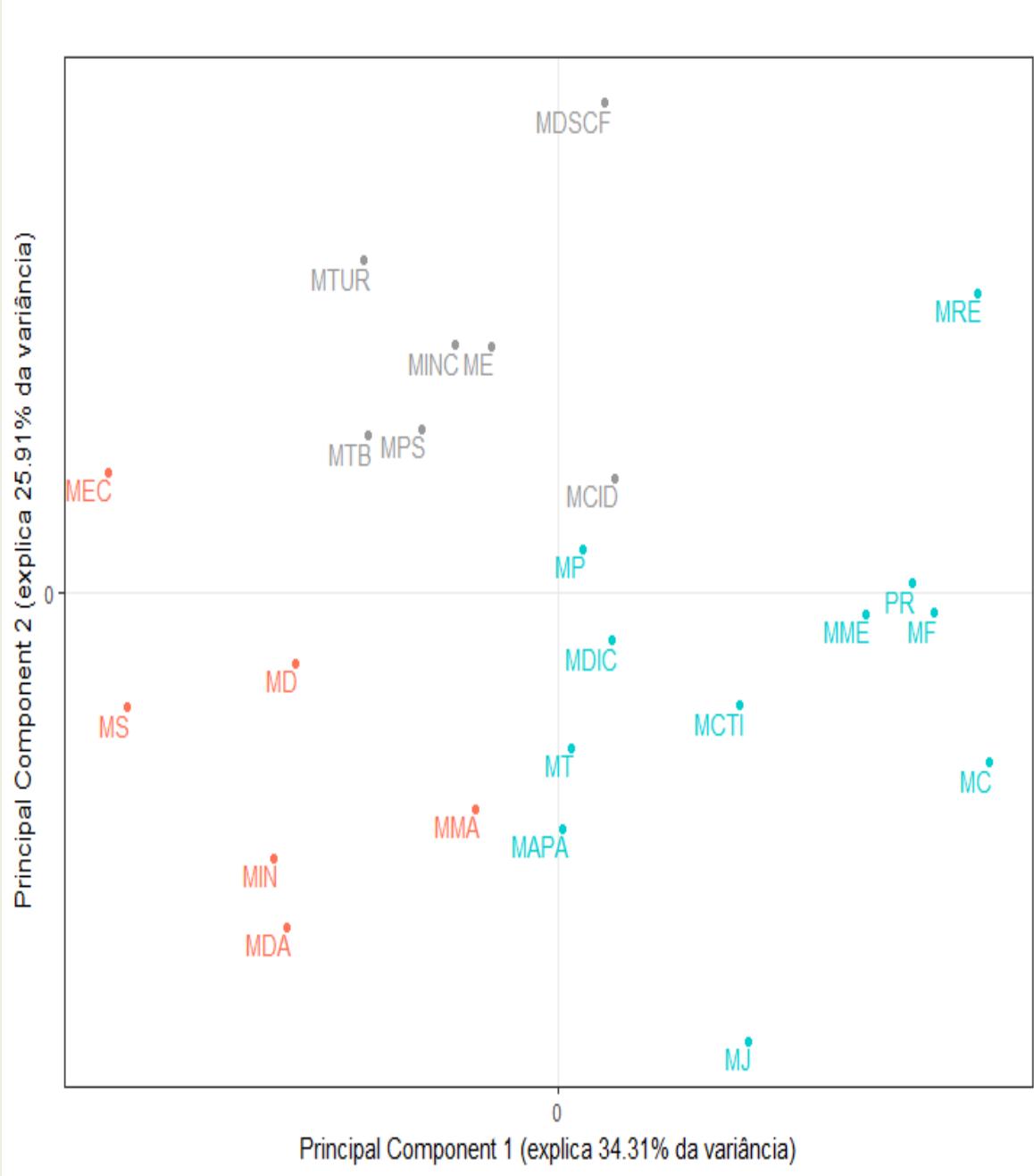
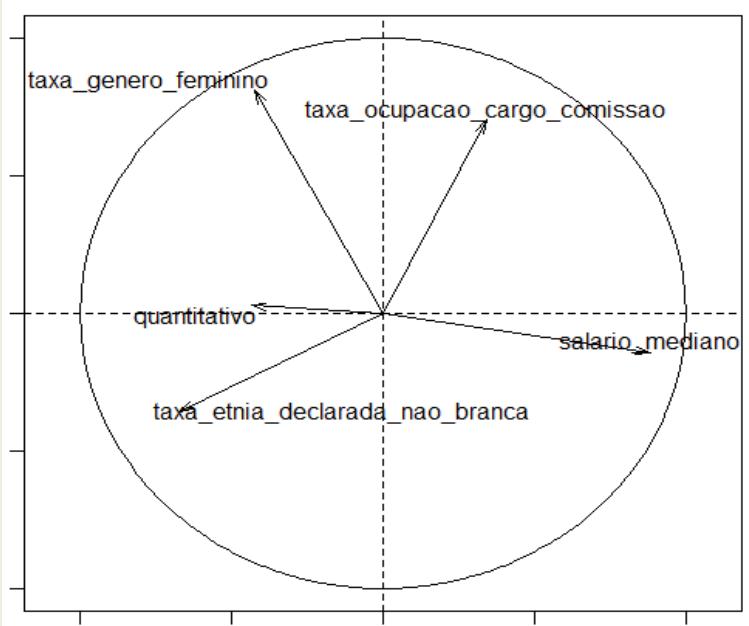
MS talvez o mais equilibrado,
tanto em raça quanto em
gênero.



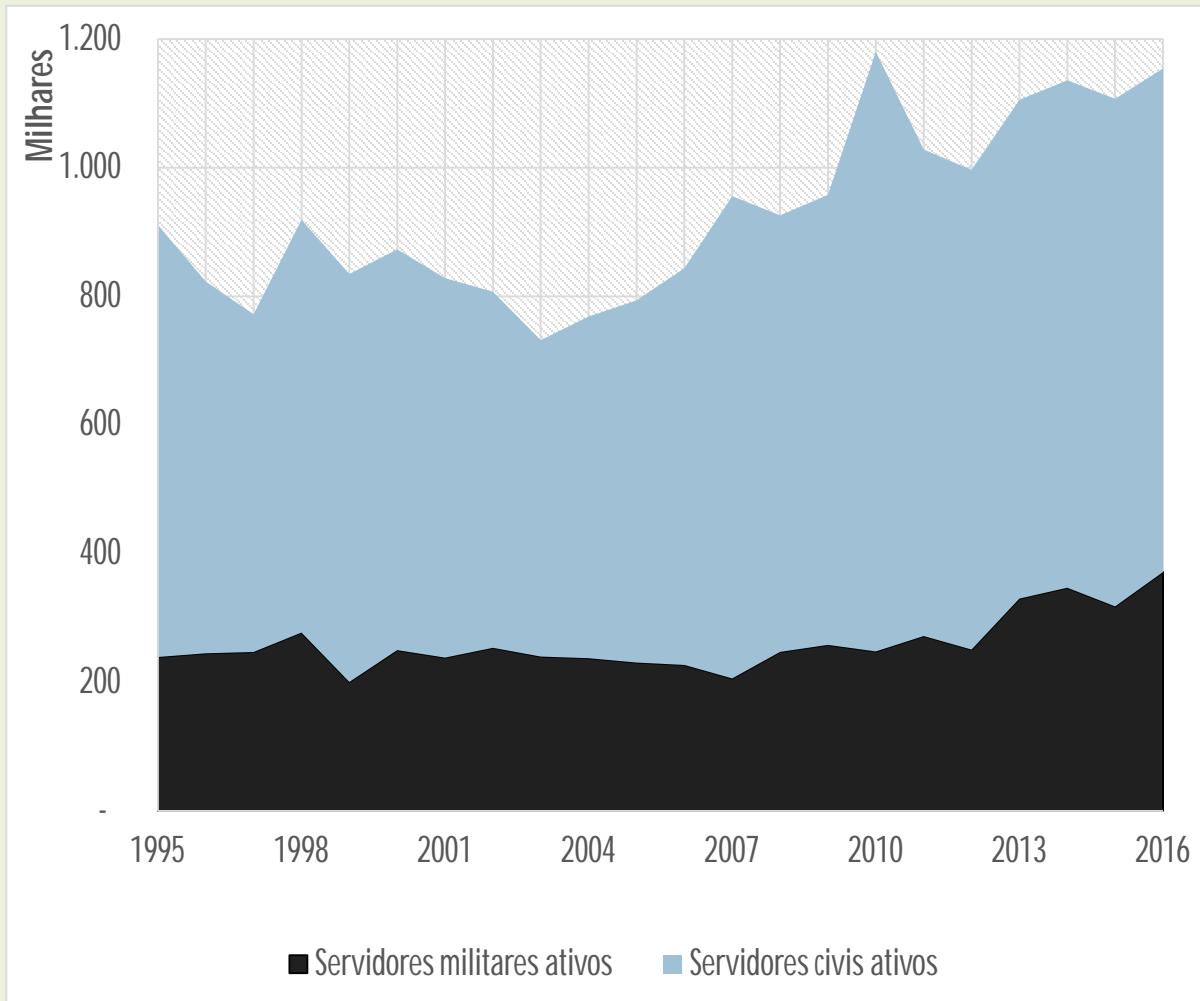
Distribuição dos ministérios segundo dominâncias de ocupação, cargos, gênero e etnia:

O Vermelho tem menores remunerações, maiores quantitativos e uma presença maior de não brancos, tendo o Azul como seu nêmesis.

O cinza é um meio termo que puxa mais para uma maior tolerância à presença feminina.

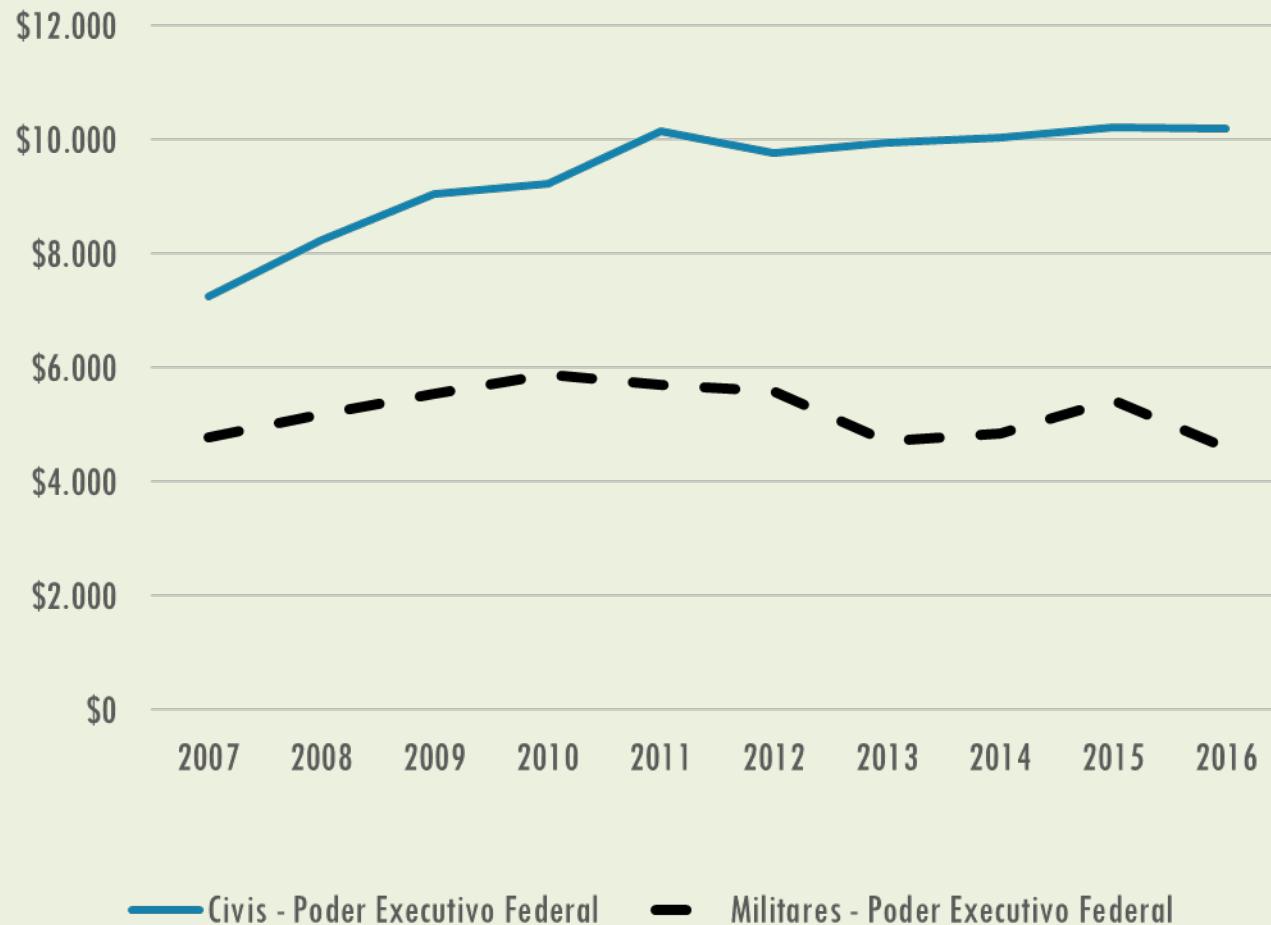


Total de vínculos civis e militares federais (1995-2016)



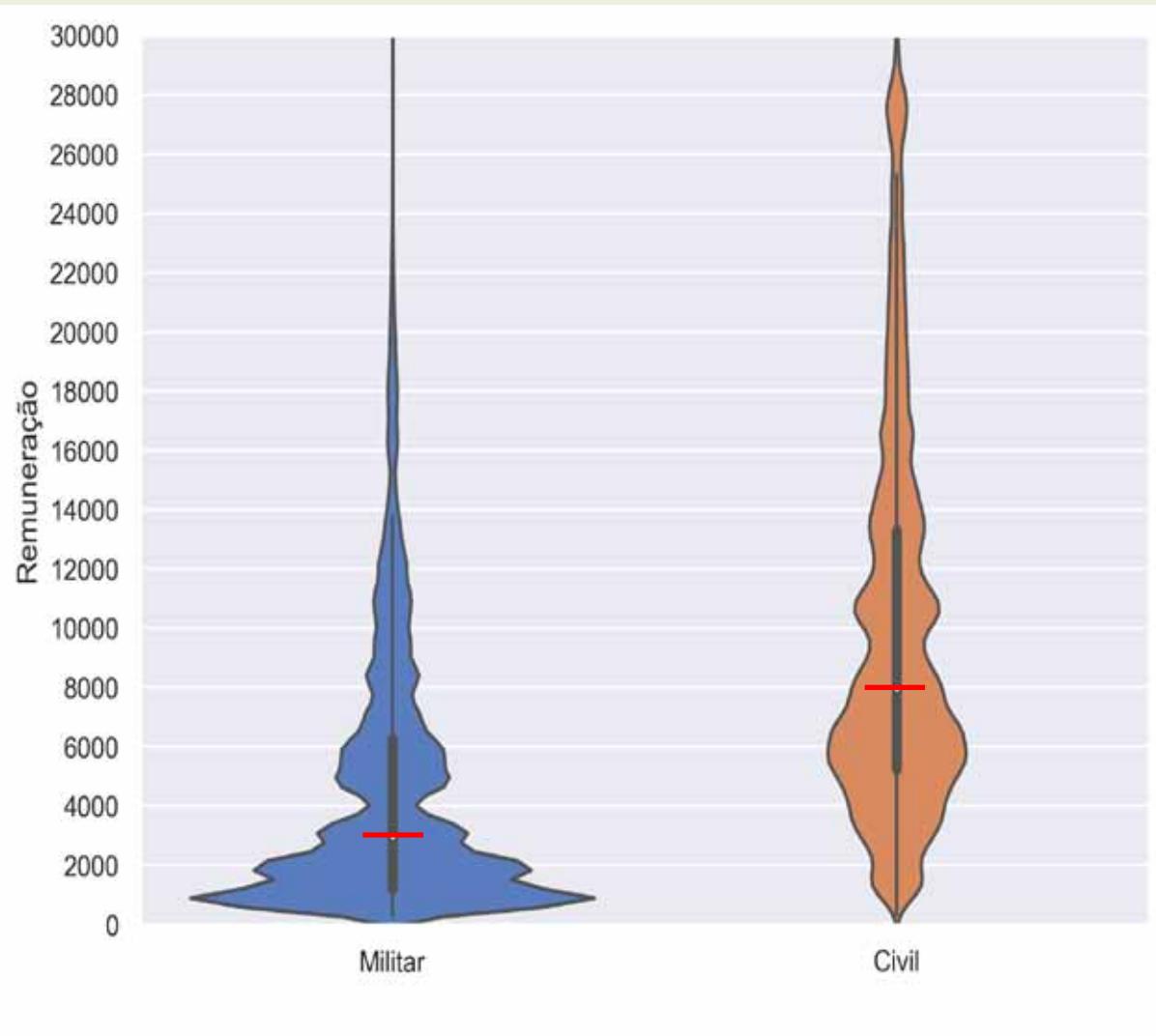
- **Militares: 239 mil para 371 mil**
(não eram reportados antes de 2011).
- **Civis: 672 mil para 783 mil**

Remunerações de civis e militares federais ativos (2007-2016)



- Em 2016, a remuneração dos civis foi de R\$ 10,2 mil;
- A remuneração média mensal dos militares foi R\$ 4,6 mil;
- Por isso, a remuneração média mensal do Executivo civil federal sobe de R\$ 8,1 mil para R\$ 10,2 mil

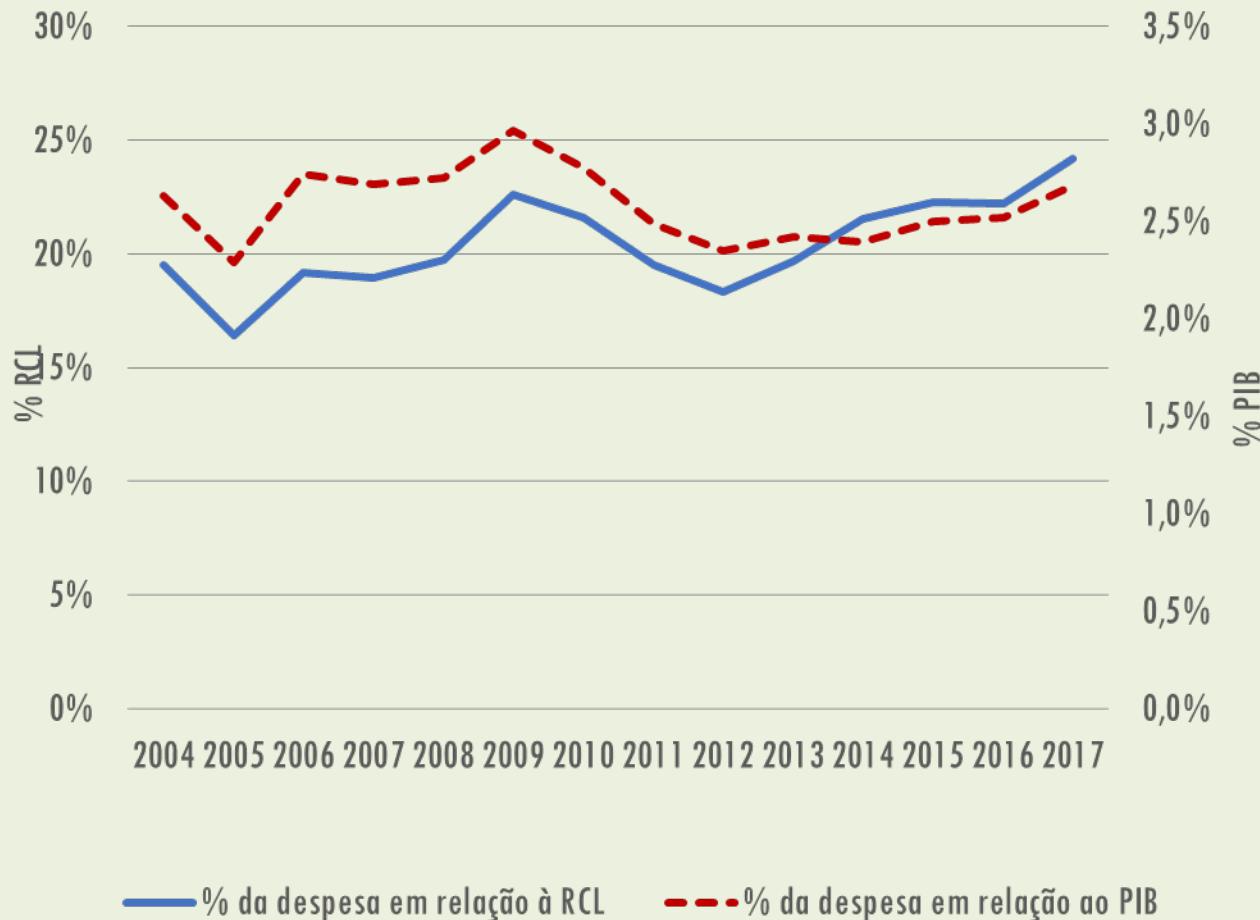
Remuneração de civis e militares federais (2007-2106) - distribuição



- Maior concentração de remuneração dos militares em valores abaixo de R\$ 2 mil (base larga do “violino” azul). A mediana é cerca de R\$ 3 mil.
- A mediana da remuneração civil em R\$ 8 mil – ou seja, 50% das remunerações estão abaixo desse valor.

Despesa com servidores federais ativos (2004-2017)

Despesa com servidores ativos federais em relação à Receita Corrente Líquida e ao PIB – (2004-2017)

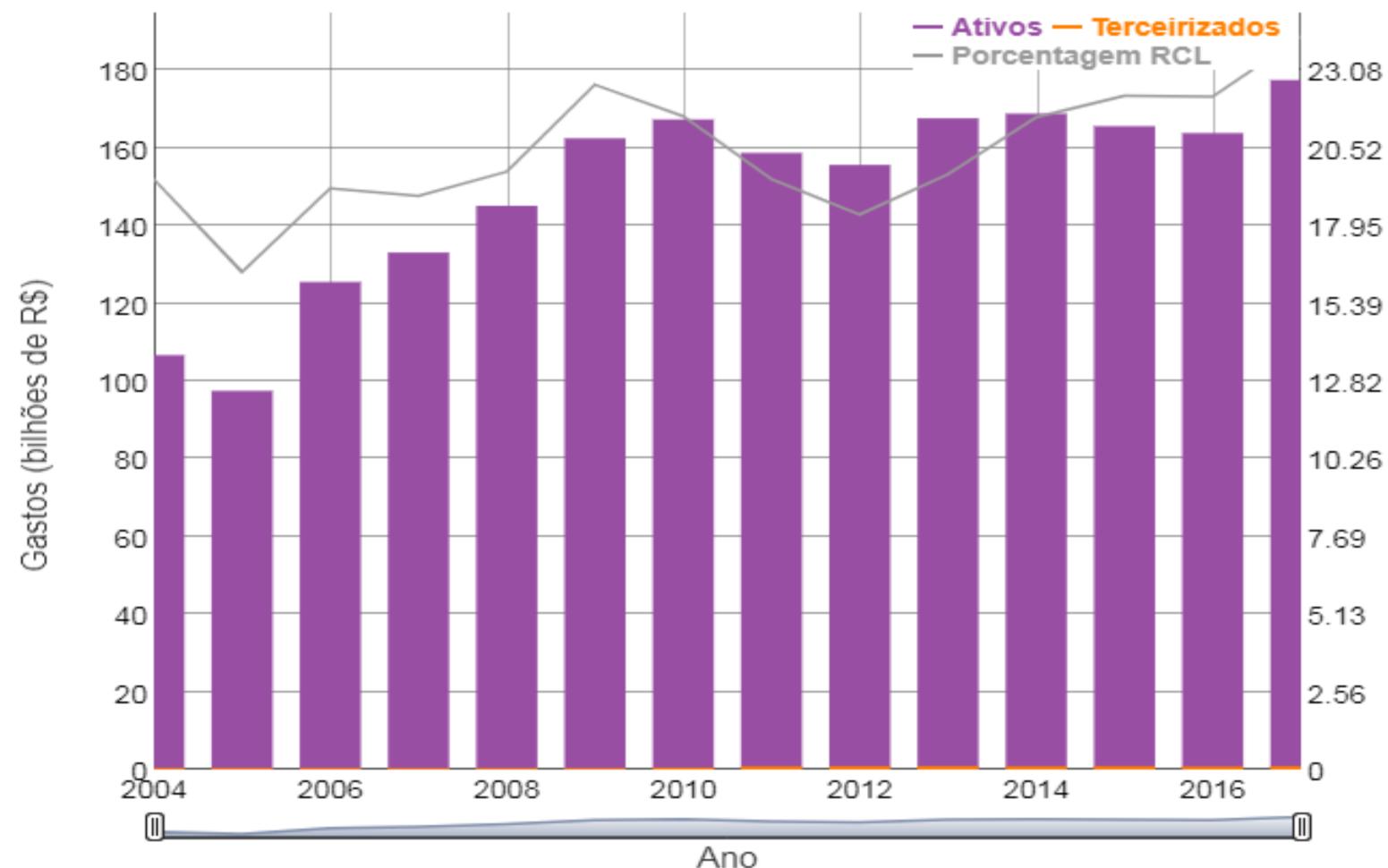


A despesa com *ativos federais* passou de R\$ 106 bilhões para R\$ 177 bilhões (2004-2017).

RCL: a despesas subiu de 19,5% para 24%;

PIB: manteve-se praticamente estável e variou de 2,6% para 2,7%.

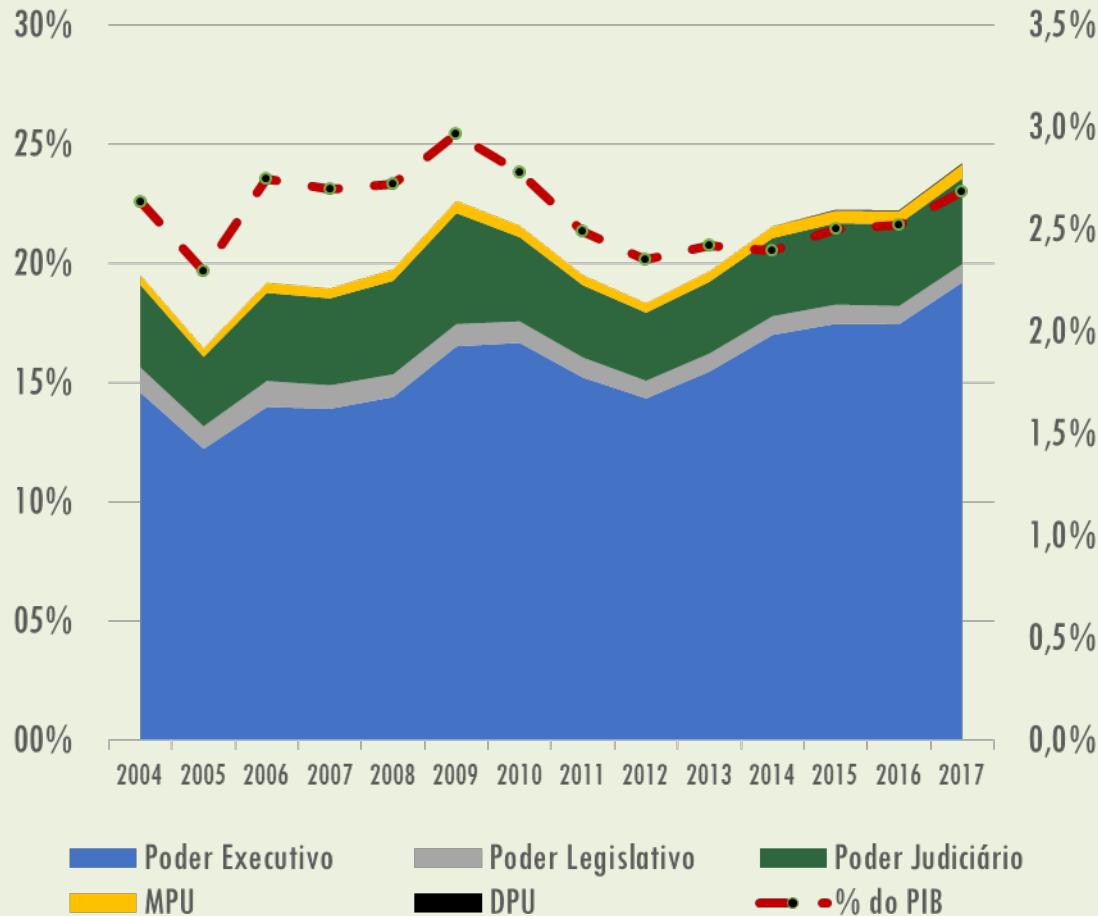
Gráfico 86 - Despesa com servidores ativos federais e percentual da despesa em relação à receita corrente líquida (2004-2017)



Fonte: Tesouro Nacional, SigaBrasil/Senado Federal. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

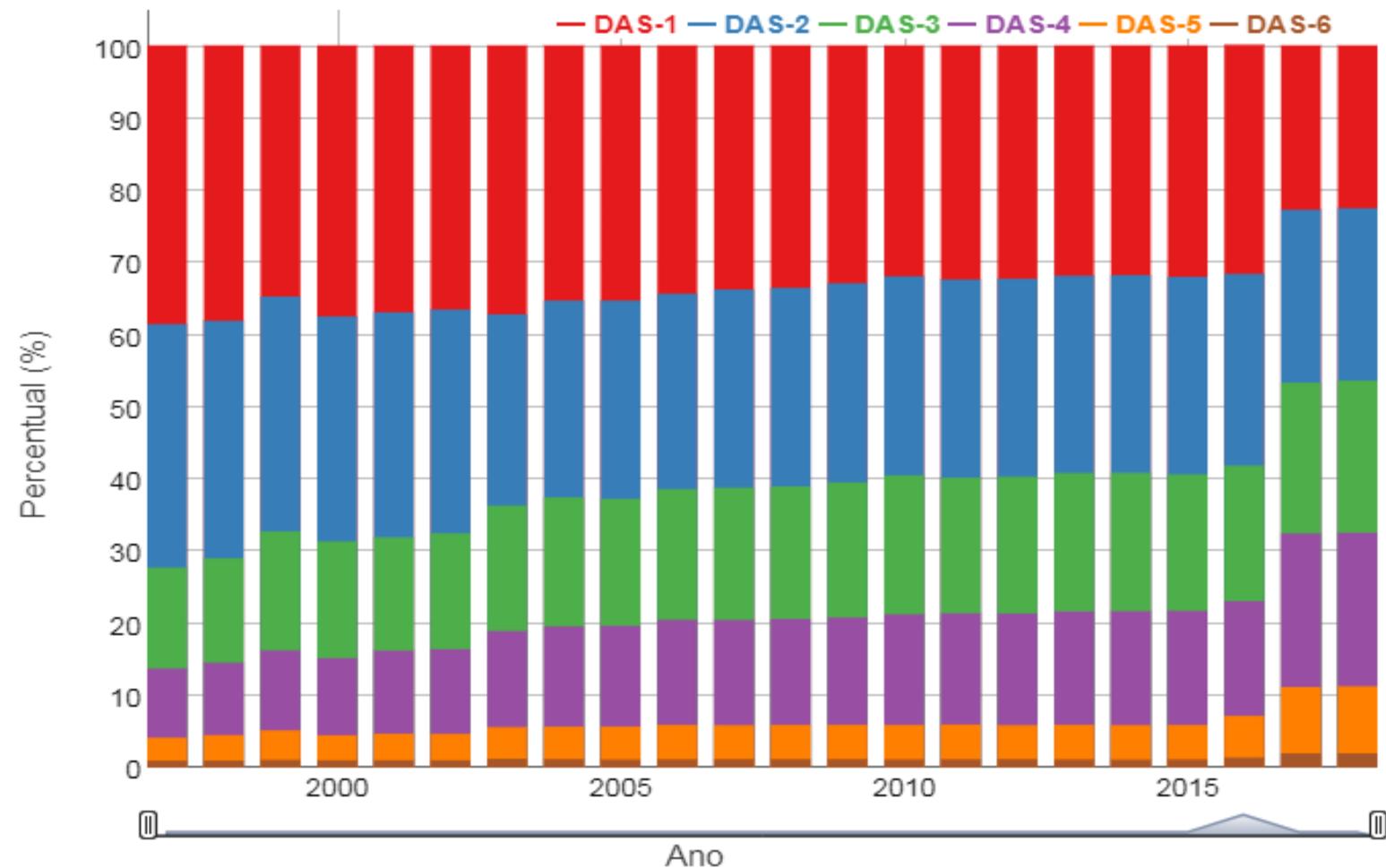
Despesa com servidores ativos federais (2004-2017)

Proporção da despesa, por poder federal



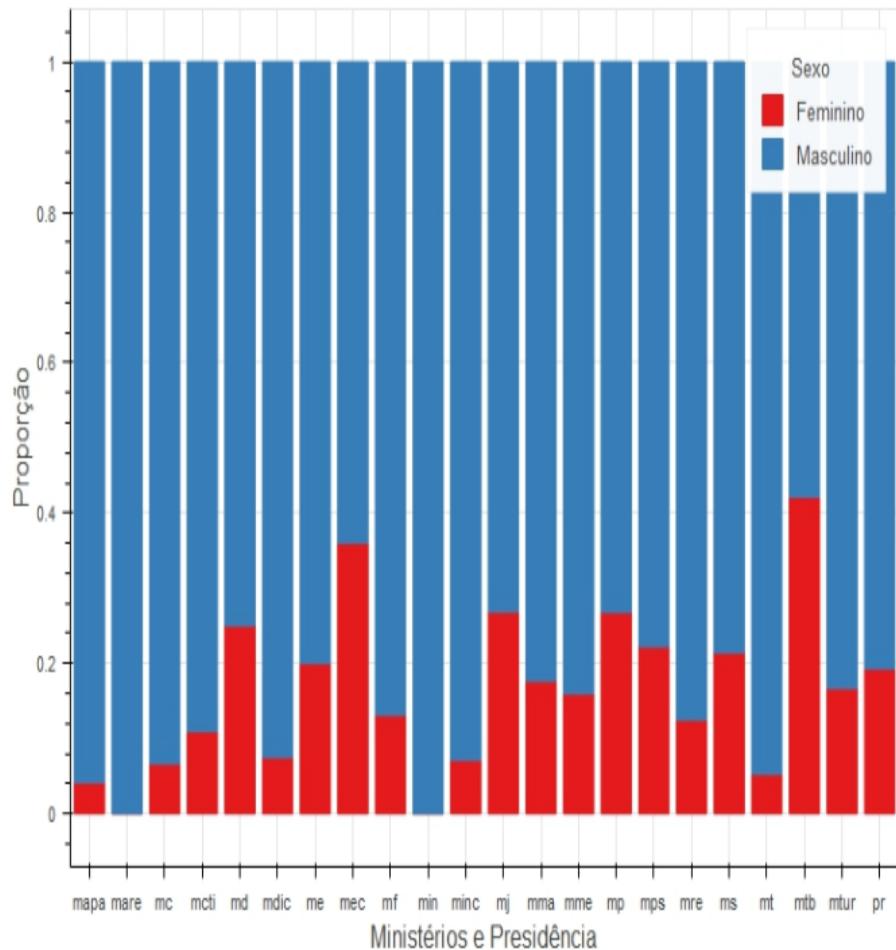
- Executivo subiu de 74% para 79%, (R\$ 80 bilhões, em 2004, para R\$ 140 bilhões, em 2017)
- Judiciário, caiu de 18% para 15%, (subiram de R\$ 20 bilhões para R\$ 26 bilhões)
- Legislativo caiu de 5,4% para 3,1%, A despesa com os servidores ativos do Legislativo federal caiu de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 5,5 bilhões.
- Ministério Público da União subiu de 2,1% para 2,5% (gráfico 12) (dobraram de R\$ 2,2 bilhões, em 2004, para R\$ 4,4 bilhões).

Gráfico 75 - Percentual de DAS, por nível hierárquico (1997-2018)



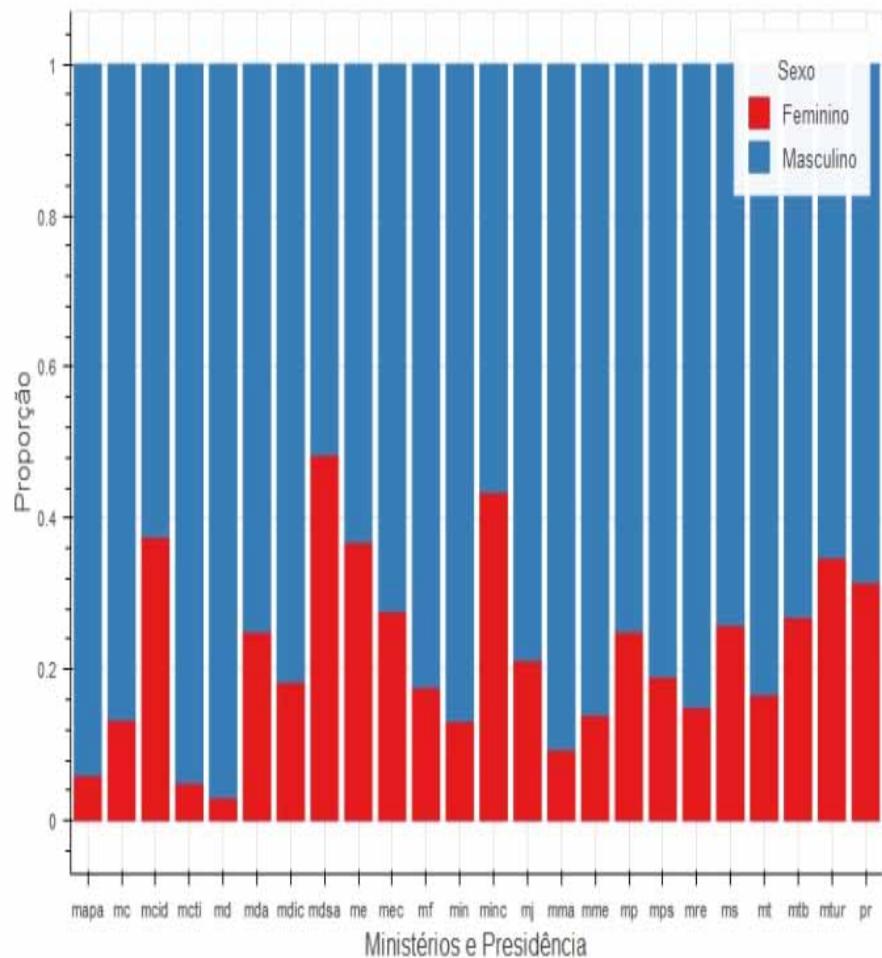
Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Painel Estatístico de Pessoal (MPDG, 2018). Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

Gráfico 78 - Proporção de homens e mulheres em cargos DAS 5 e 6, por ministérios (1999)



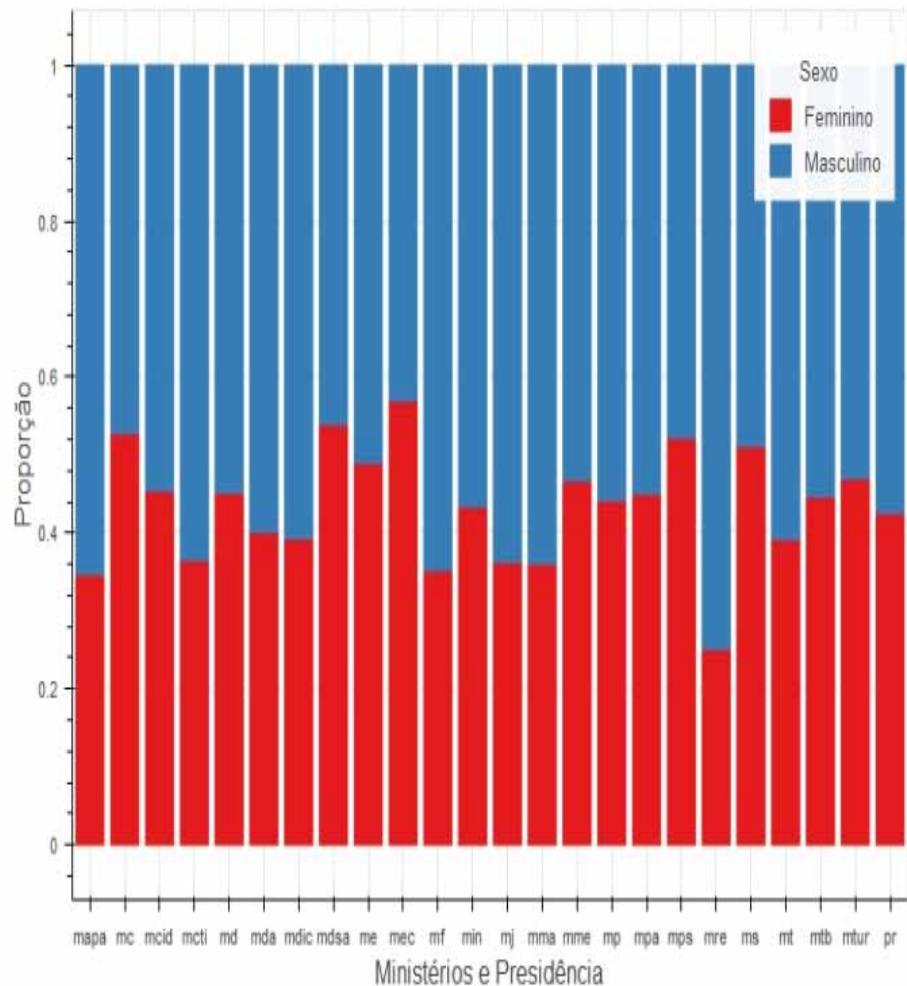
Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Painel Estatístico de Pessoal (MPDG, 2018). Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

Gráfico 79 - Proporção de homens e mulheres em cargos DAS 5 e 6, por ministérios (2006)



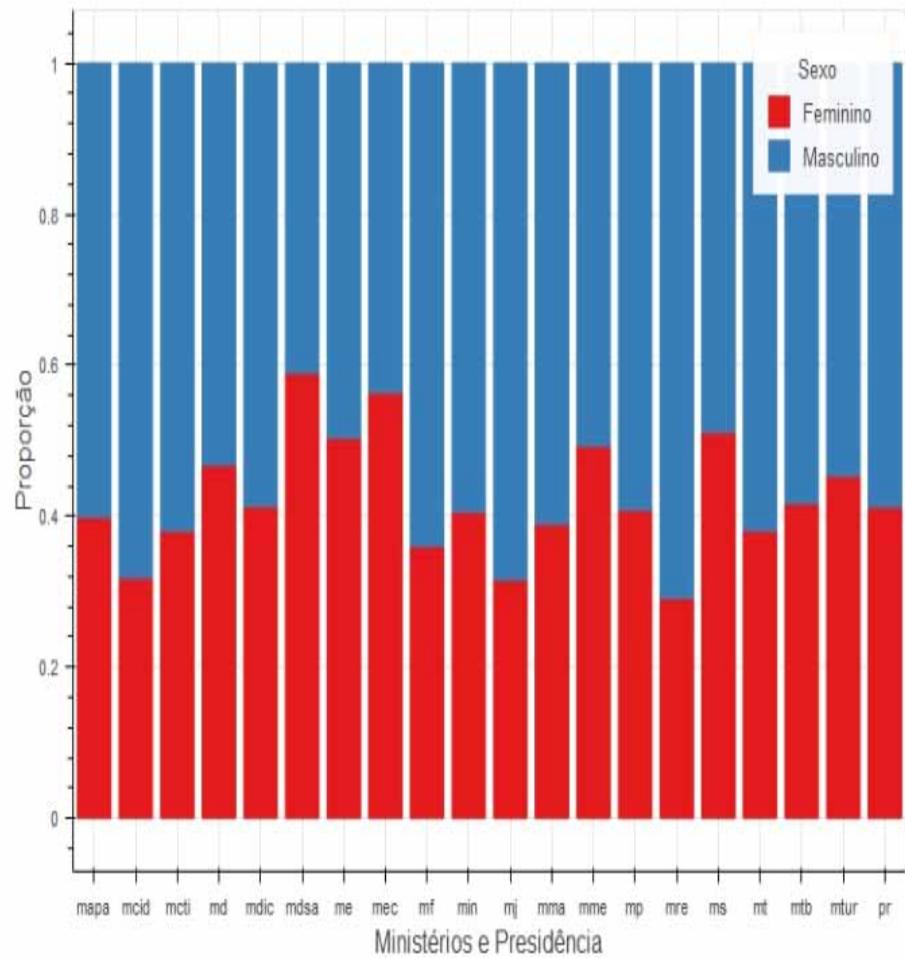
Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Painel Estatístico de Pessoal (MPDG, 2018). Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

Gráfico 80 - Proporção de homens e mulheres e cargos DAS 5 e 6, por ministérios (2012)



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Painel Estatístico de Pessoal (MPDG, 2018). Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

Gráfico 81 - Proporção de homens e mulheres em cargos DAS 5 e 6, por ministérios (2017)



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal e Painel Estatístico de Pessoal (MPDG, 2018). Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

VISÃO PROSPECTIVA

ECONOMIA
POLÍTICA
SOCIEDADE
ESTADO

Hiper-complexos na Contemporaneidade Mundial:

- Hiper-concentração Econômica e Financeirização da Riqueza em escalas tanto global como nacionais.
- Super-exploração agrícola, mineral e industrial e Colapso Ambiental em escalas tanto global como nacionais.
- Crise Profunda dos Valores Republicanos e Democráticos em escalas tanto global como nacionais.
- SMALL BANG (bite, átomo, nano, gene): Novo Padrão Inovativo e Tecnológico é altamente dependente do conhecimento e da inovação induzida (não-espontânea) como insumos fundamentais. E isso levará a um aumento sem precedentes históricos da heterogeneidade estrutural entre países, aumento das assimetrias globais e forte mercadorização (com apropriação privada) dos ganhos do progresso técnico.

1. ECONOMIA = QUEBRA DA CONVENÇÃO DE CRESCIMENTO 2003/2013 =
rebaixamento do padrão de confiança empresarial (público e privado) nas apostas a futuro induzidas pelo PAC e demais políticas públicas federais. Causas diretas:

- a. Ritmo de crescimento da demanda agregada estimulada pelo governo (consumo + investimento + exportações) não veio acompanhado em velocidade e magnitude pelo lado da oferta empresarial privada. Assim, cresceram, simultaneamente, lucros e inflação...
- b. Cenário internacional descrente e desfavorável a médio prazo...
- c. Volatilidade e altos patamares de câmbio e juros continuam sendo problema estrutural da economia brasileira. Ambos exacerbados pela arquitetura de estabilização do Plano Real + tripé macro pós-1999...
- d. Estrutura tributária socialmente regressiva e juridicamente confusa e onerosa dos setores produtivos, aliada aos demais custos de transação (econômicos, jurídicos, administrativos etc.) para operações de natureza público-privada no país, também se constituem em obstáculos ao cálculo econômico e à previsibilidade dos negócios.
- e. Ambiente político-institucional interno conturbado a curto prazo.

2. POLÍTICA = FIM DO PACTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO LULISMO X PMDBismo =

- a. Presidencialismo de Coalizão (Sérgio Abranches)= dilema institucional brasileiro
- b. Presidencialismo de Animação (Renato Lessa) = patologias políticas
- c. Lulismo (André Singer) = do reformismo fraco à conservação da ordem
- d. PMDBismo (Marcos Nobre) = do centrão ao imobilismo da política
- e. Revolução Passiva (Luis Werneck Vianna) = modernização sem o moderno
- f. Projetos de Poder e Perversão do Sistema Político (Marco Aurélio Nogueira) = cooptação, corrupção, domesticação e anulação da política (PT-PMDB-PSDB)
- g. Pragmatismo como Método de Governo (Zé Celso) = hibridismo institucional e esvaziamento da política

2. POLÍTICA = FIM DO PACTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO LULISMO X PMDBISMO

- HIBRIDISMO INSTITUCIONAL:

.Sobreposição e competição de tendências e características dentro do mesmo período de governo, emitindo sinalizações dúbias sobre a estratégia ou formato de Estado em perseguição...

.Normal ou exacerbado ???

- PRAGMATISMO COMO MÉTODO DE GOVERNO:

.Gestão da máquina pública movida à base do binômio “pendência vs. providência” que, embora possa parecer a única via de curto-prazo para a torrente de problemas sempre emergenciais de governo, acaba por explicitar as contradições históricas e o hibridismo institucional da formação do Estado e da Administração Pública no Brasil...

.Embora haja elementos positivos e inovadores implementados no período recente, o fato é que não há clareza acerca da natureza e da direção das ações em curso e sua conformação a um projeto específico de desenvolvimento.

3. SOCIEDADE = HIPERFRAGMENTAÇÃO E ANOMIA SOCIAL =

- a. Individualização das consciências (valores)...
- b. Individualização das atitudes (comportamentos)...
- c. Causas difusas, agendas mal definidas, baixa densidade institucional...
- d. Baixa capacidade de mobilização social para ações coletivas objetivadas...
- e. Esvaziamento programático de partidos, sindicatos e ongs...
- f. Deslegitimização e descrédito das lideranças atuais...
- g. Baixa capacidade de sociabilização primária das instâncias tradicionais (família, igreja, escola, clube, vizinhança...)
- h. Conservadorismo político e moral: discriminações e intolerâncias em vários âmbitos (classe social, gênero, raça, idade, religião, ideologias...) = baixa aceitação da diversidade social...

4. **ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO** = TRAÇOS HISTÓRICOS SE SOBREPÕEM = Estado patrimonial (desde sempre...), burocrático (DASP...), autoritário (Regime Militar...), social (CF-1988...), gerencial (Plano Diretor da Reforma do Estado 1995...), societal (anos 2000...) ...

- a. PATRIMONIALISMO, PATERNALISMO, PERSONALISMO, CLIENTELISMO, ...
- b. FORMALISMO E ISOLAMENTO BUROCRÁTICO
- c. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA
- d. FRAGILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA EM ÁREAS DE CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO
- e. ALTA CENTRALIZAÇÃO BUROCRÁTICA
- f. MUITA IMITAÇÃO DE FÓRMULAS E REFORMAS ESTRANGEIRAS
- g. DÉFICIT DEMOCRÁTICO
- h. PARALISIA OU INÉRCIA DECISÓRIA
- i. PRAGMATISMO COMO MÉTODO DE GOVERNO
- j. HIBRIDISMO INSTITUCIONAL EXACERBADO

VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO PROVÁVEL

- **DIMENSÃO ECONÔMICA** = Aumento de concentração do poder econômico de países líderes e de grandes corporações transnacionais aumentará a heterogeneidade estrutural das economias e as assimetrias entre países.
- **DIMENSÃO SOCIAL** = A prevalecer a continuidade das crises internacional e brasileira, os processos recentes de estruturação dos mercados laborais se reverterão, com impactos adicionais importantes sobre as condições de vida, desigualdade e pobreza de grandes contingentes humanos.
- **DIMENSÃO AMBIENTAL** = A defasagem entre ritmo de ampliação da governança internacional sobre o meio-ambiente e os recursos naturais, e o ritmo de ampliação da degradação ambiental (água, terra, ar / espaço), poderá gerar conflitos diplomáticos (e bélicos?!) entre países líderes, além de crises ambientais severas na periferia do capitalismo.

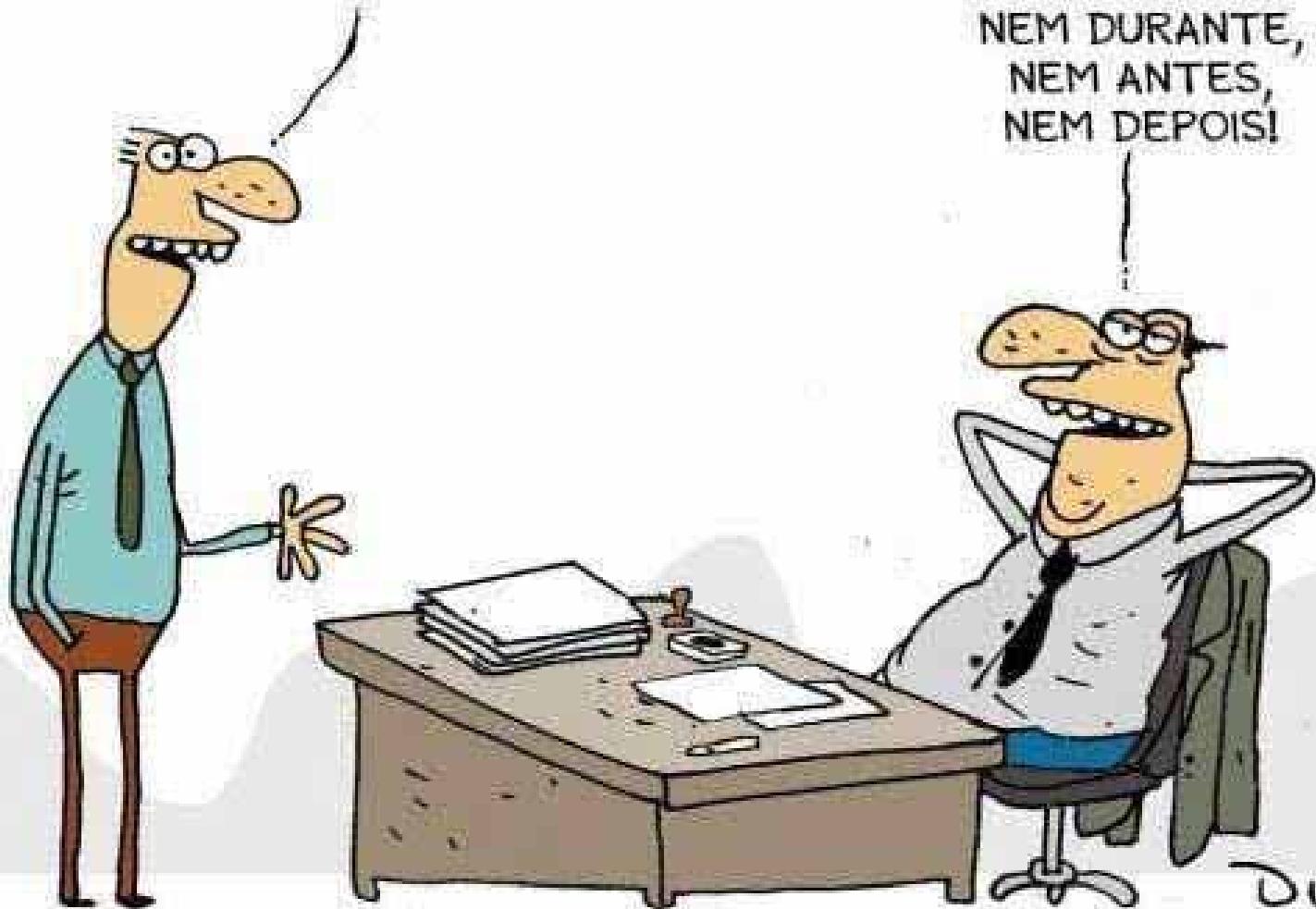
VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO PROVÁVEL

- **DIMENSÃO TECNOLÓGICA** = A chamada convergência tecnológica (small BANG: bite, átomo, nano, gene, cogno) levará os países líderes a um novo e superior padrão técnico-produtivo, altamente dependente do conhecimento e da inovação como insumos fundamentais. E isso levará a um aumento da heterogeneidade estrutural entre países, aumento das assimetrias globais e forte mercadorização (com apropriação privada) dos ganhos do progresso técnico.
- **DIMENSÃO POLÍTICA** = Aumento de concentração do poder econômico de países líderes e de grandes corporações transnacionais levará o mundo a uma fase de privatização e mercadorização crescentes do Direito Internacional, sobretudo no campo do domínio econômico, colocando em risco os conceitos (e situações) de soberania e de democracia no mundo.
- **DIMENSÃO MILITAR** = EUA e OTAN manterão grande superioridade e assimetria militar, com capacidade de atuação global. Portanto, continuarão a empregar suas forças armadas em coalizões multinacionais, em qualquer parte do mundo, sempre que entenderem necessário e militarmente praticável. Isso poderá incentivar soluções militares para os conflitos, na medida em que garante o sucesso no emprego da força, com menores custos e baixas, menores riscos políticos e maior impunidade aos agressores.

VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO DESEJÁVEL ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

- VISÃO ESTRATÉGICA GLOBAL / VISÃO DE FUTURO.
- CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO & COORDENAÇÃO.
- TEOR PROSPECTIVO / PROPOSITIVO.
- TEOR DEMOCRÁTICO / PARTICIPATIVO
- TEOR ÉTICO: princípios republicanos e democráticos...

CHEFE, AS INSTITUIÇÕES
FUNCIONARÃO NO PERÍODO
DE CARNAVAL?



NEM DURANTE,
NEM ANTES,
NEM DEPOIS!